



m no

tharav

Amigo e F. Peixoto.

Voujo pto de Pirayú para An-  
curra e Peribeleni. Trei a Caacupé  
e Barrero Grande. Dentro de  
tres ou quatro dias ahí estarei.

Vou sem novidade.

Quero dar noticias minhas aos  
Sr Visconde de Pelotas e General  
Abato, bem como recomendar-  
me a elles, ao Mr Andre' e mais  
amigos.

Affectuosamente

J. M. de Albuquerque

Pirayú, 1<sup>o</sup> de Junho,  
cis 9 horas da manhã





*Visconde do Rio Branco*

APONTAMENTOS PARA A HISTORIA

el

14  
—

O VISCONDE

DO

RIO-BRANCO

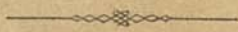
*1752*

POR

*Maria da Silva Paes de*

LUIZ D'ALVARECA PEIXOTO,

*da*



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA DO IMPERIAL INSTITUTO ARTISTICO

21 Rua Primeiro de Março 21

1871.

✓  
323.281.  
R585P  
VRB

BIBLIOTECA FEDERAL

Est volume achado no ...

sob número 2.476

do ano de 1946

## Meu caro Paranhos,

*Dedicando-te o meu livrinho, que narra abreviadamente a vida de teu pai, é como se o dedicasse á mocidade, cheia de nobres e ardentes aspirações, que sympathisa com as grandes questões em que se agita a humanidade.*

*A ti pois, e a essa mocidade, instrumento do livre exame, sentinella avançada da revolução da idéa, que appropriá a si todos os elementos do progresso e toda essa riqueza que o genio das gerações transmite aos vindouros, para a reforma intelligente e pacifica da sociedade, desde a religião até a arte, desde a philosophia até a litteratura,— a ti, e a essa mocidade que se engrandece pela luta, e triumphá pelo trabalho, entrego confiadamente o meu pobre livro.*

*Mais uma palavra :*

*Este trabalho, estudo historico, não obstante sua indole toda litteraria, e não servir-se, quando combate certos actos, do ferrão da abelha que punge, mas sim (perdôa-me a comparação, roubada á elegante penna do Pinheiro*



*Chagas) mas sim do bater d'asa da borboleta, que derruba o insecto que a importuna,— não obstante esta linda comparação, é possível que o meu amor da historia seja acoi-mado de mesura official.*

*O que fazer?*

*A' morte oppõe-se o desprezo da vida, á intimidação a resistencia, á calumnia a verdade dos factos; mas o que é que se ha de oppôr á calumnia das intenções?*

*Deus os guarde a todos os que em mim pensam para bem, e não moleste os que de mim cogitam para mal.*

*Teu do coração*

**LUIZ.**

---

## DUAS PALAVRAS DE INTRODUÇÃO

Assim como o passado não é para nós uma palavra sem sentido, que cae aos pés do exame, como ao pé da arvore cae o fructo apodrecido, a posteridade,—forte do seu criterio, que é o raciocinio, robusta do seu temperamento, que é a justiça,—considera os titulos mais incontestaveis ao reconhecimento dos homens.

A posteridade não pede aos homens que governaram povos a conta do tempo que estiveram no poder; pergunta pelo que fizeram! Não somma as parcelas de tempo, verifica o numero de obras realisadas.

As nações, essas, cuja existencia vai perder-se na noite dos tempos, impellidas pela força irresistivel da civilisação, são vastas arenas onde a curta vida do homem é sufficiente para os grandes feitos que a historia, essa escrupulosa consciencia da humanidade, guarda em suas paginas, assignadas pelos nomes dos Cannings e Palmerstons, dos Kaunitz e Metternichs, dos Sullys e Colberts, dos Palmellas e Mousinhos da Silveira.

O Brazil, nação de hontem, contando apenas cincoenta annos de existencia politica, agora, e sómente agora, começa a entrar n'essas epochas agitadas que a fatalidade do desenvolvimento intellectual destina ás dolorosas crises das reformas sociaes.

A nossa independencia, vencendo ás resistencias que lavraram com letras de sangue o testamento politico do absolutismo, triumphou com muita gloria, e inscreveu

nomes de heroes para as benções das gerações por vir. Mas, cumpre confessar, os seus propugnadores, podendo consolidar a revolução politica com uma revolução social, não o fizeram, porque não desarreigaram do solo da patria a nefanda instituição da escravidão!

Neste ponto devemos fazer excepção do nome de José Bonifacio de Andrade e Silva (1) que, n'aquelle tempo, já em vão advogava a causa dos captivos. O venerando patriarcha da nossa independencia era, porém, um homem de esphera superior ao theatro para onde o arremeçou a Providencia.

A guerra do Paraguay, segundo acontecimento notavel da nossa historia, cobrio de gloria as nossas armas, immortalisou centenas de nomes nos campos de batalha, levou a liberdade a um povo martyrisado no inferno da mais hedionda tyrannia; mas atraz de si, no seio da patria, deixavam os nossos bravos soldados cerca de dous milhões de homens que, sob o azorrague do captivo, amassavam o pão de cada dia com o sangrento suor do trabalho forçado por toda a vida. Então, mais aceradas que as bayonetas que lhes rasgavam as carnes, eram as feridas feitas no orgulho nacional dos soldados brasileiros pelo sarcasmo dos fanatisados defensores do despota paraguayo, quando os verberavam com o epitheto affrontoso de soldados do imperio escravocrata!

Depois da guerra do Paraguay, á similhança do que succedeu na Europa quando as hostes das cruzadas recolhiam a seus lares, de volta de longinquas terras, tendo passado ao travez de povos mais livres e mais felizes, houve uma sensivel modificação nas idéas entre nós.

E' certo que a maior parte dos nossos homens politicos, não hesitando mais perante o sacrificio de suas proprias opiniões, estão sendo francamente democratas, em nome dos seus sentimentos liberaes, porque á sombra da liberrima constituição do Brazil não se podem abrigar partidos infensos á liberdade, uma e inviolavel, que da constituição dimana.

Não ha duvidar: a guerra do Paraguay, alimentando a actividade do espirito publico, que se debilitava na esteril discussão de questiunculas politicas, foi o terrivel despertador que nos pôz a pé para o dia das reformas sociaes.

O Brazil agitou-se, e agitar-se é progredir. Contra o esquecimento de nossa propria existencia, que era o fructo da indolencia; contra a tranquillidade, que era um espasmo; contra a indiferença, que era um lethargo; contra a harmonia, que era apenas um silencio, a guerra do Paraguay foi um estimulo poderosissimo.

O povo, isto é, todos aquelles a quem resta um direito a conquistar, uma liberdade a reivindicar, uma reparação a obter, o povo, conciso e logico, habituado ao trabalho, não gosta que se perca o tempo em palavras, e deseja que se termine rapida e grandemente o que foi por muito tempo adiado ou esquecido.

O povo brasileiro, apoz cincoenta annos de immobildade amadornada, rasga — Lazaro convulso — as dobras do individualismo que o cegava, e, resolvendo orgulhoso o problema do seu destino, quer luz, quer vida, quer o assento que lhe compete por direito fundado no conselho das nações livres, quer a existencia dos grandes povos, que não é de certo o amontoar pacificamente

os annos sobre os annos, sem as glorificações da historia por suas grandes obras.

Entre os erros que nos foram legados pelo regimen colonial, e os que se foram accumulando durante a nossa descuidada adolescencia politica, avulta temerosa a escravidão da raça africana, do homem feito á imagem de Deus!

Corrido de vergonha em face das nações cultas que o estygmatisavam com o ferro em braza da reprovação unanime, violentado nos seus sentimentos generosos e humanitarios pelo anachronismo de uma lei iniqua, mas que era lei do Estado, o povo brasileiro não vio surgir das suas ondas revôltas o Spartaco da velha Campania, que principiou com o gladio esse apostolado qua podia, um seculo antes do Christo, ter abolido a escravidão e regenerado o mundo; mas comprehendeu que era chegada a hora, e tomando a dianteira ás primeiras iniciativas officiaes, começou a praticar em larga escala a emancipação do misero escravo, a enxugar essas lagrymas que não podem vir a fecundar na terra uberrima fructo que bem saiba e se abençõe.

Quando as sociedades se sentem inquietas, quando os instinctos da liberdade se transformam n'uma aspiração ardente e imperiosa, quando o problema do futuro não transparece claramente formulado no crystal enturvado do presente, é que necessaria e fatalmente apparecem esses homens que pronunciam o *fiat lux* aos elementos que fermentavam no cahos.

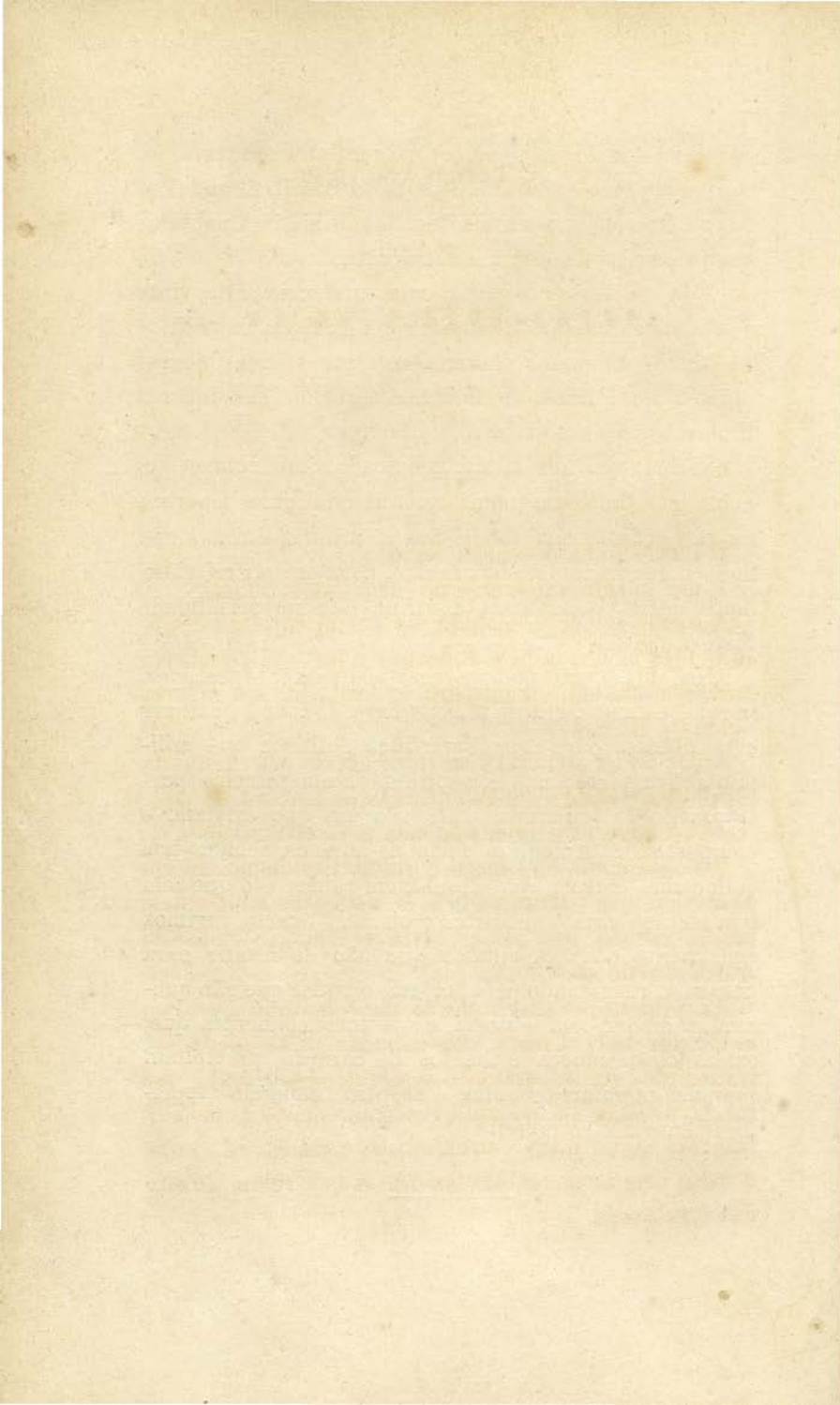
A um desses homens cabe a immarcessivel gloria de levar ao cabo as rasgadas medidas, consignadas no immortal decreto de 28 de Setembro de 1871 e

dar um golpe de morte na arvore secular da escravidão, profundamente enraizada no solo do Brazil, filiado ao mesmo tempo os partidos de todos os matizes politicos aos principios da eschola democratica.

E' de um desses homens, cuja existencia anda, vinte e sete annos ha, ligada intimamente á existencia politica do Brazil, que vamos deixar aqui alguns traços biographicos, no intuito de facilitar trabalho aos futuros Plutarchos de nossos varões illustres.

Sabemos que nos faltam predicados intellectuaes, e, mais que tudo, um nome auctorizado para empreza de tal ordem, mas sobeja-nos a propria estima, nos limites de um moderado orgulho, para prestar religiosa homenagem ás austeras doutrinas da imparcialidade historica.

Além d'isso, não podem cegar-nos paixões pessoaes, porque estamos, graças a Deus, livre de todo e qualquer compromisso para com os partidos politicos que militam activamente; isto é, aspirante a um terceiro partido, feito do que ainda resta são nos que existem, e composto de principios e não de homens, achamo-nos collocados entre o que desaba em ruinas e o que não tem alentos para o substituir; ou mais exacto, fugimos igualmente aos despeitados que hão de mentir para governar, resgatando pelo perjurio o poder que não querem quinhoar com outrem, e aos inconsequentes que, exaltados de cabeça e timidos de coração, precipitam as ondas populares contra o sceptro, beijando respetosamente a mão do rei.



# O VISCONDE

DO

# RIO-BRANCO

---

## I

O seculo tinha dezenove annos.

A paz purificava os ares do fumo das batalhas.

A aguia imperial, sahida do ninho revolucionario, onde fôra incubada pela audacia e a fortuna, agonisava encorrentada entre a purpura de Austerlitz e o sudario de Santa Helena.

A flor de liz definhava no sulco aberto pelo arado da revolução, e onde o sangue derramado lançára e auspiçára na terra os germens de uma nova civilisação.

Reboava ainda no espaço o ultimo tiro disparado em Waterloo, que partira na mão de um heroe a mais despotica espada que jamais vira o mundo depois de Alexandre de Macedonia.

As pretenções anachronicas da soberania dos reis eram por toda a parte contrariadas pelas modernas instituições da soberania dos povos, —soberania que rompêra instantaneamente á voz omnipotente da tribuna franceza, como o rio que entumece e transborda terra dentro, com as torrentes clamorosas que rolam do alto das montanhas.



Terminava o absolutismo do throno, apoiado no infundado direito divino; terminava o fanatismo do altar, apoiado na milicia negra do jesuitismo; começava o governo da nação pela nação; começava a direcção da consciencia pela razão.

Em uma palavra. Os povos começavam a recolher o legado que lhes fôra inscripto no testamento da Grande Revolução. Cahira-lhes em partilha o gosto da liberdade.

O Brazil, então colonia portugueza, hoje florente e esperançoso imperio, hoje, digamol-o com desvanecimento, admirado e querido por seus gloriosos avós de além-mar, começava a ambicionar a independencia. Eram-lhe os espiritos fieis á linhagem, e, mais do que submissões de servo, o incitavam brios de cavalleiro.

Foi por esse tempo que na poetica cidade da Bahia, essa formosa filha do Atlantico, que dorme indolente e graciosamente recostada na encosta de verdejante collina, deixando que o labio azul da onda enamorada venha beijar-lhe a deslumbrante alvura dos pés, foi n'essa patria de tantos poetas, de tantos homens illustres, que a estrella, que preside ao nascimento dos predestinados, derramou seus benignos e serenos effluvios sobre o berço de um bahiano que abria os olhos á luz no dia 16 de março de 1819.

Foi por esse tempo, foi nesse jardim de fadas, que tão bem o fadaram, que nascéo José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio-Branco, filho legitimo de Agostinho da Silva Paranhos, e de sua mulher D. Josepha Emerenciana de Barreiros.

Seu pai, assim como seu tio o capitão-mór da Bahia Antonio da Silva Paranhos, eram abastados commer-

ciantes e proprietarios portuguezes, que se haviam feito notaveis n'essa provincia por actos de sua inexaurivel philantropia. Com applauso publico e menções honrosas nos documentos officiaes do tempo, auxiliaram effizantemente a intelligente administração do governador conde dos Arcos, concorrendo para os muitos melhoramentos materiaes e moraes que elle soube opportunamente introduzir. Não cabe nos limites nem nas intenções d'este escripto fazer alarde e enumeração dos serviços prestados pelos dous honrados commerciantes.

Como europêos, porém, por occasião das lutas da independencia, apoiaram vivamente o general Madeira, que á frente das tropas portuguezas resistio ás brazileiras na cidade da Bahia até o memoravel dia 2 de julho de 1823, dia em que a victoria coroou as armas sagradas da revolução. O facto patente e manifesto de sua adhesão aos principios compressores suscitou-lhes mil embarços e não poucos perigos, do que resultou enorme prejuizo nos seus haveres.

Ainda na manhã da vida, nessa encruzilhada de caminhos que levam a fins tão oppostos, quando o homem, inexperiente e vacillante nos seus primeiros passos, desaconchega-se do seio materno que só sabe dar caricias, e precisa dos conselhos de um pai que lhe decifre o difficil enigma do mundo, achou-se o joven Paranhos ajoelhado entre dous tumulos, derramando do coração amargurado de saudades as primeiras lagrymas da sua triste e solitaria orphandade.

A estas duas perdas irreparaveis, que o atiravam ás plagas desertas da pobreza, a elle, que nascêra cercado dos mimos que a riqueza prodigalisa, veio ainda jun-

tar-se a injustiça e o egoismo daquelles em quem repugna ver taes sentimentos.

Desde então, sua alma experimentada por tantas provações, adquirio a fina tempera com que resiste victoriosa aos mais esforçados botes da adversidade.

Como um dia chuvoso que não teve aurora, esta infancia, baptisada com lagrymas, foi a primeira vigilia do soldado do soffrimento, o primeiro germen da philosophia christã, que distingue hoje o homem feito nas batalhas da vida.

Graças ao espirito com que o dotou a Providencia, espirito capaz de elevar-se ás mais arrojadas projecções dos conhecimentos humanos, e aos sentimentos generosos de que deu prova seu illustre tio materno, o coronel de engenheiros Eusebio Gomes Barreiro, chamando-o para junto de si, habilitou-se o joven estudante para o curso do ensino superior, onde o seu nome conquistou justos applausos.

José Maria da Silva Paranhos é um dos mais bellos modelos que se póde offerecer para exemplo á mocidade rica de talento e de nobres aspirações, mas balda de firmeza e paciencia para atravessar os dias da penuria, que tão acostumados estamos a ver entristecer o natal dos grandes homens.

Uma alma nobre e um coração honesto foram os dotes que Deus lhe deu para que, na phrase de um dos mais elegantes escriptores portuguezes, o Sr. Latino Coelho, a humilhação de estender a mão aos protectores lhe não entibiasse desde a infancia este natural e moderado orgulho, com que o genio mantém intemeratos os fóros da sua realza.

II

Em 1835, o joven bahiano, forte de seus estudos de humanidades, deixou as ribeiras da terra natal e veio para a côrte, onde matriculou-se na academia de marinha, cujo curso, então de tres annos, menos tempo lhe tomaria para obter uma posição independente. Mas tão limitados conhecimentos scientificos não correspondiam aos impulsos de sua vocação para as mathematicas, que eram grandes e poderosos. Em seguida matriculou-se na eschola militar.

Neste ponto começa um dos periodos mais trabalhosos da sua vida.

A poucos é dado chegar á gloria por caminho juncado de flôres: a esses ella é ventura; a outros, os que ensangentam os pés na estrada, é calvario.

Reduzido a seus proprios recursos, teve o alumno da eschola militar, afim de sustentar-se com decencia, de dedicar-se ao ensino, explicando aos seus condiscipulos menos adiantados o que havia aprendido.

Foi desse modo que viveu nove annos, vergado a um incessante trabalho, e concluiu o curso de mathematicas.

Melhores dias começaram então a surgir sem nuvens, o céu se azulava, e a estrella propicia illuminava o passo do peregrino.

Abrandava-se o miserando destino que Deus manda como expiação ao genio. Dissipavam-se os amargurados dias da existencia do homem que se vota ás sciencias e ás lettras sem os amparos da riqueza, existencia odiosa, idade de ferro, tumulto do genio, abysmo que devora o talento.

Como as horas de um longo pesadello, ou como o véo das humidas e sombrias nevoas que o sol de manhã desfaz, terminavam as noites que os melhores escriptores, vergados ao trabalho, têm passado no isolamento de um pobre quartinho, aposento que transsuda a miseria, aposento que não querem para habitação os lacaios das casas aristocraticas.

— Cada homem deve viver do fruto do seu trabalho, diz o mundo, o negociante do seu commercio, o padre da sua missa. Tu, escriptor, vive do fructo da tua penna: trabalha, pobre servo da intelligencia, miseravel escravo do pensamento! Tua alma soffre e chora? Enxuga as tuas lagrymas e faze-nos rir. Tens fome? Alimenta-te de enthusiasmo! Pinta-nos a opulencia, tu que vives de privações. Canta-nos o prazer, tu, a quem a dôr opprime. Afina o teu instrumento, menestrel! talvez que nos dignaremos de atirar-te um louvor por esmolla; mandaremos ao teu retiro os usurarios da penna, os negociantes da litteratura, zangões que se nutrem á custa da laboriosa abelha, vampiros que se fartam de sangue novo e quente, onzeneiros que medem teus poemas, pezam tua prosa, descontam tuas esperanças, e deixam-te apenas quanto basta para que morras de fome.

Passemos adiante!

Em 1845 o doutor Paranhos foi nomeado lente sub-

stituto da academia de marinha, e na mesma cathegoria passava no anno seguinte (1845) para a eschola militar.

*Musa vetat mori.* Tres annos depois foi elevado a lente cathedratico da mesma eschola. Regêo por muitos annos a cadeira de artilharia e fortificação permanente, passando em 1856 para a de mechanica, e finalmente em 1863 para a de economia politica, estatistica e direito administrativo.

A proficiencia de que deu prova na leitura desta ultima cadeira, ostentando, por um raro equilibrio intellectual, a elevação do philosopho unida á experiencia do homem pratico, bastaria para fundar a sua reputação, se outros serviços prestados ao paiz não engrandecessem o horisonte de sua historia.

### III

Em principios do anno de 1844, o Dr. Paranhos, que dilatára o circulo de seus estudos com os copiosos conhecimentos que abrange na philosophia, na historia, no direito e nas letras propriamente ditas, revelou-se ao publico, estreando brilhantemente nas lides da imprensa diaria.

De feito, os seus primeiros artigos denunciaram um escriptor eminente, tão notavel pela firmeza da observação, como pelas excellencias do estylo e primores de uma phrase abundante e correcta.

„ A politica e a administração (diz a sua biographia publicada na *Galeria dos Brasileiros Illustres*) mereceram sempre alguns momentos de reflectida leitura ao estudante e lente das sciencias mathematicas. Assim

o vimos apparecer em 1844 como um dos redactores do periodico *Novo Tempo*, que desempenhou um papel importante nas luctas politicas da epocha. “

„Ninguem com mais bellos dotes (diz outro biographo do visconde do Rio-Branco, mas adversario injusto) e titulos mais legitimos batêo já á porta de um partido. Moço, talentoso, illustrado, brando, affavel, insinuante, sabendo mostrar-se a tempo.... S. Ex. era inquestionavelmente o que se pôde chamar uma boa aquisição. Alguns artigos de estrêa bastaram para dar idéa do valor de tal auxiliar. “

Para completar este retrato de perfil, que deixa na sombra a melhor parte da figura pintada, nós accrescentaremos: auxiliar iniciado nos segredos do coração humano, por ter passado atravez de todas as penosas estações da vida; auxiliar recrutado nas fileiras do povo, inspirado da sua vida e robustecido nas suas dolorosas provas; e a quem só a geração que nos succeder terá o direito de perguntar por actos que hoje nos impoem silencio.

Conhecida a vocação do joven jornalista, que recebia incentivos, não de caprichos individuaes, mas do consenso do publico soberano, os eleitores fluminenses offereceram-lhe um diploma de deputado á assembléa legislativa provincial, que reunio em 1845.

Estava dado o seu primeiro passo na senda escabrosa da politica, essa cruz onde a ambição faz tantas vezes immolar o que temos de melhor no coração !

Quizeramos antes vél-o com tempo e remanso no caminho dessa sciencia admiravel que tem por missão comprehender a natureza na sua infinita variedade, e

em que o universo explicado é um poema e um commentario á obra divina da criação.

Logo depois foi nomeado secretario, e em 1846 vice-presidente da mesma provincia do Rio de Janeiro, sabendo grangear nesses lugares a estima de amigos e adversarios.

Do presidente da provincia, o fallecido visconde de Sepetiba (Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho), com quem servio de secretario, mereceu sempre os maiores elogios e as mais invejaveis provas de consideração e amisade.

No anno de 1847, durante o impedimento do visconde de Sepetiba, que veio tomar seu assento no senado, servio de presidente desde maio até setembro, visitando com a maior solicitude varios pontos da provincia, no louvavel intento de conhecer das necessidades mais urgentes das povoações do interior.

Entre os actos da sua curta administração apontaremos, pela sua importancia, as instrucções que expedio, com autorisação da assembléa provincial, regulando o ensino primario e secundario da provincia.

Pela primeira vez, entre nós, appareceu a idéa das escholas medias para aquelles que não se dedicam á carreira das lettras, e que, portanto, não devem ficar condemnados á instrucção elementar commum a todos, nem perder tempo com a instrucção classica, que lhes é inutil.

Essas instrucções, meditadas por um espirito acostumado a aferir as theorias á luz dos resultados experimentaes, eram modeladas com as idéas que sobre a materia ainda dominam em França e na Hollanda.



O visconde do Rio-Branco comprehendia bem que taes escholâs não podiam ser desde logo estabelecidas em todos os municipios, mas entendeu que algumas podiam ser fundadas, e que as outras o seriam á medida que o desenvolvimento da população comportasse tal beneficio.

Este pensamento, julgado prematuro, foi abandonado por seu successor na presidencia, que adoptou comtudo os principios geraes d'aquella necessaria reforma.

O tempo, que é o mestre de todas as verdades, veio dar razão á reforma do modo por que a queria o visconde do Rio-Branco em 1847, visto que hoje reconhecem todos a falta e necessidade da instrucção professional para as classes industrias, objecto este que merece apurados estudos na Europa, e de que ultimamente se occupou entre nós, por iniciativa do dito visconde, a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, de que elle é presidente.

#### IV

A sua eleição de deputado á Assembléa Geral Legislativa foi um dos maiores triumphos, que é dado legrear a um homem, que apenas vai sahindo do primeiro quartel da vida.

Como era de esperar, a universalidade do seu espirito permittio-lhe que, tomando assento n'aquella augusta camara, se recommendasse logo por alguns discursos, e principalmente pelos trabalhos que produzio na commissão de marinha e guerra.

O adiamento das sessões legislativas em 1848 foi seguido immediatamente da dissolução da camara temporaria.

Voltou então ás lutas da imprensa como redactor em chefe do *Correio Mercantil*, órgão do partido liberal, e defendeu com zêlo e ardor a causa dos seus amigos, mostrando-se, entretanto, apesar de moço, um sincero amante da ordem, da monarchia e das instituições juradas.

O auctor do folheto *Os nossos homens*, onde se encontra a sua biographia, escripta com muita parcialidade e injustiça, não poude deixar de ser imparcial e justo, escrevendo o seguinte, quando chega a este periodo da sua vida:

„ As derrotas inesperadas não abatem as forças, exaltam-nas. O *Correio Mercantil* d'esse tempo foi o órgão legitimo das aspirações, das dolorosas agonias do grande partido derrotado e desbaratado. . . . Quando se tem consciencia da propria força não se capitula com o primeiro revez que nos contraria. . . . .

„ Uma commoção geral activava os espiritos. A combustão era patente. Uma faisca bastava para produzir o incendio. Rompeu a revolução de Pernambuco.

„ O Sr. Paranhos commoveu-se com a derrota dos seus aliados, com o descalabro de todas as forças de seu partido. Echo sincero das agonias e dos gemidos das victimas, a sua voz eloquente vibrou accentos de suprema dor e de suprema consternação pela ruina dos seus principios, pela morte dos seus amigos, pelo destino dos seus camaradas de combate. De sua penna inspirada rebentaram espontaneamente bellos e vigorosos artigos.

„ A proximidade da lucta activava a combustão dos rancores e desespero. Tocado pela chamma vivaz do seu despeito e da sua ira, o Sr. Paranhos não negou á sua alma a consolação e o desabafo que ella lhe pedia. Mais feliz do que o apóstolo não teve necessidade ou desejo de renegar ante si mesmo, e ante seu paiz, a verdade, e os amigos por quem o seu coração estremecera. “

Tudo n'este mundo tem seus periodos de acção e reacção. O jornalista infatigavel que collocou o *Correio Mercantil* á par da primeira folha diaria do Rio de Janeiro, o esforçado paladino cansou, e retirou-se por algum tempo da arena politica.

Estava cumprida a sua missão: *a voz eloquente, que vibrou accents de suprema dor e de suprema consternação*, sahira de um coração, rico de sentimentos religiosos e humanitarios, que se apavorava com o espectáculo das sanguinolentas represalias a que se entregava o vencedor, ebrio de raiva contra o vencido.

Estava cumprida a sua missão: *a penna inspirada, d'onde rebentaram espontaneamente bellos e vigorosos artigos*, mostrára que aos partidos politicos, cujo destino é desaparecerem na onda agitada do tempo, sobrevivem as idéas grandes e justas; firmára nas paginas da historia as feições indeleveis d'aquella epocha idolatra, que adorava homens em vez de principios; e isentára de qualquer responsabilidade moral aquelle que tão nobremente advogava na imprensa a causa da humanidade ultrajada.

Estava cumprida a sua missão: entre o seu modo de ser todo christão e o do partidario rancoroso e san-

guisedento no dia da derrota, mediava a distancia que vai do Jardim das Oliveiras aos circos da antiga Roma.

As mais esclarecidas intelligencias, que nos revelam com tanta imparcialidade as tradições do passado, se desvairam quando ajuizam de um acontecimento contemporaneo. Apresentado por seus adversarios politicos, e desaffeitados gratuitos, como um partidario fanatico e exaltado que advogou com ardor a causa da revolução de 1848 em Pernambuco, o visconde do Rio Branco pôde ser victoriosamente defendido com estas suas memoraveis palavras, pronunciadas na camara dos deputados em 17 de Julho de 1855:

„ Senhores, sempre esposei os principios de paz, de ordem, de uma liberdade bem entendida. Nunca segui o principio da resistencia armada. Entendo que este principio é desnecessario no systema representativo (*apoiados*), que é perigoso, quasi sempre fatal aos proprios que a elle recorrem (*apoiados*), sempre condemnavel e punivel segundo a nossa constituição e as nossas leis. (*Aporados*).

„ Militei, senhores, nas fileiras do partido mais progressista do nosso paiz, recordo-me d'esse passado com muita satisfação; mas militei seguindo os principios de uma liberdade bem entendida; e mesmo nunca vi que os homens mais eminentes e esclarecidos d'esse partido abraçassem o principio da resistencia armada. *Não ha um só acto, não ha uma só palavra por mim pronunciada ou escripta em minha curta e obscura vida politica que possa desmentir a minha asserção.* Foram sempre esses os meus principios, e o são ainda hoje; ha só uma

diferença, é que hoje os comprehendo melhor pelas poucas luzes e experiencia que o tempo me tem dado. “

Diziamos acima que o infatigavel lidador da imprensa despegára a mão da ardua tarefa, que desempenhava no *Correio Mercantil* com applauso da opinião geral. Com effeito, durante algum tempo, pareceu a todos que a sua voz emmudecêra no concerto das agitações publicas.

A imprensa, porém, como disse alguém, é uma dama de quem jámais pôde fugir inteiramente aquelle que uma vez lhe provou os encantos. Assim é que, quando a turba dos detractores officiosos lamentava que o festejado jornalista se estivesse inutilizando no retrahimento da sua cadeira de lente de mathematicas, sob o véo do anonymo ia elle dando á estampa as celebres *Cartas ao amigo ausente*, que tamanha voga tiveram.

Eram escriptos de um sabor verdadeiramente portuguez, e comparaveis a tudo quanto de mais puro, gracioso e sentido escreviam n'aquelle tempo os folhetinistas de maior nomeada nos dous paizes da lingua portugueza:— F. Octaviano, hoje senador do Imperio, no Rio de Janeiro, e Lopes de Mendonça em Lisboa; isto é, duas pessoas distinctas e uma só litteratura verdadeira.

Estas cartas teem o cunho especial das producções espontaneas e quasi improvisadas do jornalismo. N'ellas se reflectem uma riqueza de estudos serios, pouco vulgar nos poucos annos de seu auctor.

Sem pronunciadas feições politicas, que desdiriam de sua phisionomia puramente litteraria, ellas descreviam os successos da semana, expunham idéas geraes sobre os melhoramentos moraes e materiaes de que carecia o Brasil.

Por excepção trataram das aggressões do sanguinario dictador da Confederação Argentina D. João Manoel de Rosas, aggressões que se tornaram cada dia mais intoleraveis aos brios nunca impunemente offendidos do povo, brazileiro, e fizeram assim popular a guerra que sobreveio, e para a qual o joven escriptor ignorava que o governo do seu paiz se estivesse preparando. Trataram tambem do Estado Oriental do Uruguay, onde Montevidéo, a cidade capital—nova Troya—resistia heroicamente, havia dez annos, aos horrores de um vigoroso cêrco, posto ás suas portas pelo general D. Manoel Oribe, lugar-tenente executor dos planos de conquista do tyranno de Palermo.

Manda a verdade historica que se diga que estas cartas sanctificaram a guerra contra o verdugo do povo argentino, como outr'ora Pedro o Eremita sanctificava as armas piedosas que iam libertar o sepulchro de Christo : o Brasil, esquecendo as injurias recebidas, só cuidou da redempção do povo irmão que gemia no captiveiro.

Póde a critica, relanceando os olhos para a existencia do escriptor, descobrir os segredos recatados das suas creações? Se póde, ao analysar estas cartas, comparando-as com anteriores producções, a critica n'este caso, como o mergulhador que voltasse com as mãos cheias de perolas á superficie de um lago sereno e asulado, diria que o auctor das *Cartas ao amigo ausente* abriga dentro d'alma muita fé no poder das idéas regeneradoras e muita confiança na influencia das doutrinas humanitarias, mas já não vê com enthusiasmo os homens e os acontecimentos, nem tão proximo, como suppôz, o dia das reformas sociaes; e resumiria o seu juizo, dizendo

que o homem politico se completára com a faculdade de calcular, com todas as forças da reflexão e uma certa frieza, os movimentos que agitam a sociedade.

Foi talvez por isso, foi sem duvida alguma pela proficiencia com que ellas lançaram jorros de luz sôbre as nebulosas questões do Rio da Prata, que o illustre estadista marquez de Paraná convidou ao seu auctor, com a mais honrosa insistencia, para occupar o lugar de secretario na missão diplomatica que ia desempenhar junto aos governos rio-plateos.

O fallecido dr. Roque Perez, que foi o plenipotenciario da republica argentina na Assumpção, quando os governos da Triplice Alliança estabeleceram o governo provisorio do Paraguay em 1869, e que foi, além d'isto, um cidadão invejavel por seu talento e virtudes civicas, dizia que as *Cartas ao amigo ausente* haviam produzido grande impressão em Buenos-Ayres. Elle as apreciava tanto, que fez d'ellas uma collecção, que mostrava com prazer na sua estante de livros predilectos. Consta-nos, não affirmamos, que os distinctos litteratos general D. Bartholomeu Mitre e o sabio reitor da Universidade de Buenos-Ayres dr. João Maria Gutierrez possuem igual collecção.

Não se diga, porém, que o auctor d'essas cartas resumio e indicou alli todas as tendencias do seu espirito. O *substratum* da sua individualidade politica e litteraria só ha de ser obtida por um analysta de fino quilate, e que interponha na questão a palavra auctorisada de um mestre, acatado como tal pelo consenso unanime dos competentes na materia.

Cedemos, pois, o lugar ao mui distincto litterato por-

tuguez, conselheiro José Feliciano de Castilho, que no seu primoroso escripto sobre o Convenio de 20 de fevereiro de 1865, celebrado na villa da Union, entre o Brazil, representado pelo visconde do Rio Branco, e o governo do Estado Oriental do Uruguay, disse o seguinte:

„ Paranhos é um homem de cabeça e coração, de acção e de palavra, que mais honra dão á sua patria. Sempre que ella o tem chamado para servil-a, este homem se tem distinguido na vanguarda dos mais illustres.

„ applica-se ao ensino da mocidade? Mostra-se o modelo dos professores.

„ Toma a penna? Seus escriptos agradam, arrastam a convicção e alcançam a victoria.

„ Sóbe á tribuna parlamentar? Ahi admira-se n'elle a urbanidade, a elegancia, os grandes dotes do perfeito orador.

„ Dá-se-lhe a direcção das finanças? Mostra-se inopinadamente financeiro consumado, aquelle que até então não tinha mostrado esse lado de seu rico talento e de seus variados estudos.

„ Dá-se-lhe a direcção da politica exterior, quer na direcção suprema, quer nas missões especiaes? O Brazil não conhece quem melhor defenda sua causa, quem mais felizmente termine as negociações, com um tacto, uma penetração diplomatica, que fazem inveja aos homens que excepcionalmente tem-se dedicado a esta carreira. “

N'essa tregua politica, n'esses momentos de fastio e desencanto, em um d'esses dias, que passava na fortaleza de Sam João, dando a seus discipulos licções pra-



ticas de artilheria e fortificação militar, acceitou no 1º de maio de 1851 (2) uma parte distincta na redacção do *Jornal do Commercio*, esse colosso da imprensa brazileira que se mantem sempre extranho ás questões da politica.

V.

„ Nesta posição (redactor do *Jornal do Commercio*), o foi encontrar (diz um biographo do visconde do Rio Branco) o insigne estadista marquez de Paraná, quando o convidou, e conseguiu que elle o acompanhasse aos Estados do Prata na qualidade de seu secretario. Escolha honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o merito em um de seus antigos adversarios, *a quem nem ao menos conhecia pessoalmente*; para o joven esperançoso, porque assim recebia o mais valioso titulo de seu nobre character e de sua privilegiada intelligencia. “

Não era possivel resistir ao desejo de trazer para aqui essas bellas palavras, no ponto de tratarmos de uma accusação feita ao visconde do Rio Branco.

Como a celebre espingarda que porfiam em pôr ao hombro do honrado barão de Cotegipe, ha um dito, ou mais exacto, uma heresia que teimam em fazer sahir dos labios do visconde do Rio Branco. Quando o marquez de Paraná conseguiu d'este a promessa de acompanhal-o ao Rio da Prata como seu secretario, disseram ou repetiram um falso boato, de que se fez écho o finado senador D. Manuel de Assis Mascarenhas: que o visconde do Rio Branco respondera ao convite do illustre marquez, dizendo:— „ *Com V. Ex. irei até para o inferno.* “

E' falso (3): o joven redactor do *Jornal do Commercio* agradeceu desde logo aquella prova de confiança, e pediu tempo para dar uma resposta, ponderando que sobre tudo precisava ouvir á sua virtuosa esposa.

Depois de ouvir a esta, e a alguns amigos, que lhe abonaram a lealdade de character do marquez de Paraná, e consideraram que a 'commissão era honrosa, porque se tratava de auxiliar um benemerito brasileiro em negocios internacionaes, que se resolveriam por uma guerra, é que elle acceitou o convite e partio com o seu nobre chefe.

Suas relações foram taes, e tal o apreço que o marquez de Paraná fez do seu character e dos seus serviços, que, tendo de voltar á côrte, escreveu ao visconde do Uruguay, ministro dos negocios estrangeiros, quando este lhe perguntava se o seu secretario devia ficar como chefe na missão de Buenos-Ayres ou na de Montevidéo, dizendo:—*na que V. Ex. julgar mais importante.*

Aquilatado o seu merito por tão distincto mestre, e por outra auctoridade não menos competente, o visconde do Uruguay, passou de secretario a chefe da legação imperial em Montevidéo, na qualidade de ministro residente.

O modo porque mostrou que correspondêra dignamente a tão honrosa confiança está nas seguintes palavras, que transcrevemos do relatorio apresentado ás camaras pelo visconde do Uruguay em 1853:

„ A importancia de alguns negocios que se acham pendentes entre a Legação Imperial n'essa Republica (Oriental do Uruguay) e o Governo Oriental, e que o Sr. Dr. Paranhos tem tratado desde a sua origem, tendo

d'elles o mais perfeito conhecimento; a maneira pela qual tem desempenhado suas funções com plena satisfação do Governo Imperial, e (tenho motivos para crer) tambem com o da Republica perante o qual está acreditado, justificam o pedido feito pelo Governo Imperial á camara dos Srs. Deputados do seu consentimento para que o dito Sr. Dr. Paranhos, eleito deputado pelo Rio de Janeiro depois da sua nomeação para o cargo de ministro residente, o podesse continuar a exercer. “

Dotado da maravilhosa ductilidade intellectual que constitue o verdadeiro diplomata, o visconde do Rio Branco achou-se no scenario onde estreou colhendo espontaneos applausos.

As novas idéas de que se fizera elle o campeão, começavam a transfigurar a diplomacia, que fôra até então o signal precursor da guerra ou a ave de rapina, que esvoaçava na retaguarda dos exercitos, para disputar e recolher o melhor quinhão dos campos de batalha. Estava longe o tempo da correspondencia intima entre o barão de Breteuil e o sol de Versailles, e o das escandalosas confidencias do duque de Richelieu ao Bem Amado do povo parisiense. Nas mãos do visconde do Rio Branco, a diplomacia era um poderoso instrumento da paz e da civilização.

A sua primeira missão diplomatica não deixa a menor duvida sobre o que avançamos, attendendo-se ás circumstancias especiaes em que elle se vioem Montevidéo, e conhecendo-se praticamente quanto é sensivel áquelle povo ver seus negocios internos discutidos inconvenientemente no parlamento brasileiro, como tantas vezes o tem sido.

O espirito de partido entre nós, pintando com som-

brias côres o horisonte da Republica Oriental, attribuia os males que infelizmente ainda hoje soffre aquelle paiz, a não ter o agente diplomatico brasileiro procedido como devêra, e a ter animado os descontentes que se pronunciavam contra o governo legal da republica, mais nada lançava em conta aos estranhos, nada lançava em conta ao governo e aos politicos do Estado Oriental.

Não hesitamos em alargar um pouco os limites que traçáramos a este trabalho, por entendermos que cumpre explicar a razão dos actos praticados pelo digno representante do Brazil em Montevidéo, porque importa muito ao Brazil que esses actos não sejam levemente condemnados.

O visconde do Rio-Branco sempre entendeu que, depois da pacificação do Estado Oriental, obtida pela alliança do Imperio, que encontrou e salvou a Republica á borda do abysmo onde a levára a politica transviada ou mal aconselhada do seu presidente, o governo do Brazil não devia ter partido n'aquelle Estado; que nas relações entre um e outro paiz todos os Orientaes, *blancos e colorados*, quaesquer que fossem suas côres politicas, deviam ser considerados iguaes.

Se em qualquer paiz, onde os partidos politicos tenham principios tradicionaes, tenham estabilidade pela adhesão a suas crenças, por sua importancia moral e numerica, pela natureza das instituições patrias, elle não julgaria conveniente ligar os interesses do seu paiz á sorte de um partido, como era possivel que o fosse fazer em um paiz infelizmente tão açoitado pelas tempestades revolucionarias, em um paiz onde os partidos

nascem, mudam de crenças, transformam-se e desaparecem de um momento para outro!

O seu procedimento foi estrictamente regulado pelas estipulações subsistentes entre o Imperio e a Republica Oriental; nunca teve outro fito, nunca praticou acto que não fosse tendente a cimentar as boas relações entre os dous Estados; promovêo a conservação da paz da Republica sobre as bases da alliança celebrada em 12 de Outubro de 1851; prestou á presidencia de D. João Francisco Giró todo o apoio que estava ao seu alcance. Este e seus ministros o reconheceram em documentos publicos, e recebeu do mesmo Sr. Giró muitas demonstrações de estima e consideração pessoal, a que soube corresponder dignamente.

O seu procedimento particular esteve sempre de accôrdo com o seu procedimento official; para elle não havia *colorados* nem *blancos*; cultivou relações muito amigaveis com os homens mais distinctos de um e outro partido; a legação imperial foi sempre um territorio perfeitamente neutro e amigo para todos os Orientaes que a procuravam.

Em presença dos governos alliados, unidos por um tratado de alliança, os dous partidos belligerantes depuzeram as armas, abraçaram-se e subscreveram um pacto, em que se asseguraram que não haveria vencedores nem vencidos.

Cumpria que a politica da administração que se organizou depois d'este grande successo fosse pautada sob as condições d'esse pacto, unicas capazes de consolidar a paz interna da Republica, tão debilitada pelas immensas desgraças de uma guerra fratricida que durou quasi 10 annos.

Mediante uma politica com taes bases é que o governo imperial obrigava-se a prestar todo o seu auxilio á autoridade que se organisasse na Republica depois da pacificação.

O presidente Giró não seguio essa politica. Cedéo quasi sempre á influencia da maioria legislativa, que tinha em vista o predominio de certas idéas e de certos homens, o predominio de um partido com exclusão do outro.

Resultou disso o que era facil prever: accumulados os erros de alguns actos reaccionarios, renasceram os antigos odios; reappareceram os antigos partidos; a guerra civil era inevitavel.

O visconde do Rio-Branco, vendo contrariados os esforços que empregou para evitar os acontecimentos que sobrevieram, e entendendo que o apoio que o governo imperial se obrigou a prestar ao da Republica não consistia unicamente no auxilio de forças de mar e terra, mas tambem nos conselhos e bons officios que podessem concorrer para dispensar aquelle extremo recurso, negou a espada do Brazil que o presidente da Republica pretendia empregar para cortar as difficuldades que elle mesmo creára.

O digno diplomata brasileiro, procedendo dessa maneira, zelou a dignidade do Imperio, que, sem o direito de ser ouvido como amigo e alliado, e de ser attendido, converter-se-hia n'um instrumento passivo, n'um mero executor da vontade, e porventura das paixões do governo da Republica.

Durante a sua missão, teve o visconde do Rio-Branco de sustentar varias reclamações de importancia, e de esforçar-se para que o governo oriental fizesse observar

estricamente pelas autoridades locais as clausulas dos tratados de 1851, contra os quaes havia grande repugnancia na Republica. Em todas essas negociações houve-se com muita moderação e firmeza.

Entre as questões que surgiram, avulta uma que não omittaremos. Ratificado o tratado de 12 de maio de 1852, foram nomeados pelos dous governos os commissarios que deviam proceder á demarcação dos limites nelle estipulados, e no de 12 de outubro de 1851. O do Brazil foi o marechal de exercito barão de Caçapava. Concluidos os trabalhos geodesicos da fronteira, e passando os commissarios a fixar a direcção da linha de limites n'essa parte, occorreram duvidas sobre a maneira de entender o tratado com relação ao terreno. O commissario oriental queria dar uma direcção que o barão de Caçapava não aceitava por fórma alguma, querendo que a linha passasse pelo pontal do Paraguayo, a mais de quatro mil braças de distancia da foz do rio de Sam Miguel, sustentando que esse pontal chama-se Sam Miguel e era o de que fallava o tratado. Perdíamos assim um terreno importante, e o barão de Caçapava levou isso ao conhecimento do visconde do Rio-Branco, declarando-lhe que *o terreno disputado valia bem uma guerra.*

O visconde do Uruguay, a quem o representante diplomatico do Brazil se dirigira expondo a questão e o seu modo de pensar, respondeu autorisando-o a tratar immediatamente della, e declarando-lhe que *servisse de instrucções o seu proprio officio.*

Recebida a venia do governo Imperial, entrou em negociação com D. Florentino Castellanos, ministro das

relações exteriores da Republica, e a 22 de Abril de 1853 concluiu um accôrdo (approvedo pelo governo Imperial a 8 de maio), confirmando a intelligencia que davamos ao artigo do Tratado posto em discussão, e a linha que haviamos fixado. Ficou assim resolvida essa questão que pendia desde a demarcação de 1784, e sobre a qual nunca poude haver accôrdo. (4)

## VI

Apezar das suas intancias em contrario, não poude o visconde do Rio-Branco conter os esforços do marquez de Paraná por obter que elle fosse eleito deputado á Assembléa Geral pela provincia do Rio de Janeiro, o que se verificou em 1853, durante a sua ausencia no Rio da Prata.

Ha cartas do illustre marquez ás influencias eleitoraes, recommendando os serviços do visconde do Rio-Branco á justiça soberana das urnas, que bastariam para contentar á mais exigente ambição, sendo certo que não se podia dizer mais a favor de um moço.

Entendendo que ellas fazem muita honra a quem as mereceu, apressamo-nos em estampar aqui uma que nos foi confiada por um amigo.

„Illm. Sr. Commendador.—Vou reclamar o apoio que já me prometteu para a eleição do Dr. José Maria da Silva Paranhos. Como são muitos os candidatos, e elle está ausente, e não pôde advogar por si sua causa, receio que seja preterido pelos que estão presentes, se os meus amigos, desattendendo a supplica que lhes faço em seu favor não lhe derem grande votação nos lugares



em que são poderosos. O Dr. Paranhos encetou a sua carreira politica nas fileiras do partido liberal, e por isso talvez alguns dos nossos amigos politicos lhe conservem rancor. N'essa supposição comprehendo que serão necessarios grandes esforços de V. S. por lhe obter essa votação: são pois esses esforços que eu lhe peço com toda a efficacia e empenho.

„ Confesso que sou grato ao Sr. Dr. Paranhos pela leal coadjuvação que me prestou durante a missão extraordinaria que exerci no Rio da Prata, porém asseguro-lhe que para apoiar a sua presente candidatura não sou induzido meramente por esses motivos de gratidão. Estou persuadido que o partido da ordem ganha muito com a eleição do Dr. Paranhos. A sua firmeza nos bons principios não se pôde pôr em duvida, porquanto os adoptou por propria deliberação, sem impulso estranho, quando vio que o partido em que começou a figurar na scena politica se extraviou pelo caminho das revoluções. Muitas vezes os mancebos adoptam no começo de sua carreira principios politicos que não são de sua escolha; são os d'aquelles que lhes deram entrada na scena politica, aos quaes são forçados a acompanhar arrastados pela gratidão. Os que sendo assim conduzidos por um máo caminho teem, logo que reconhecem o contrario, a força de vontade e energia para arripiarem a carreira, não merecem estigma, antes dão prova de subido merito, que deve ser apreciado. N'essas circumstancias se acha o Dr. Paranhos.

„ Como já lhe observei o partido da ordem ganha elegendo-o, porquanto sendo de ordinario em pequeno numero os deputados que se acham habilitados com

os conhecimentos da administração da Marinha, Guerra e Finanças, o Dr. Paranhos distingue-se em todos esses ramos, e a um grande talento e facilidade de escrever reúne a aptidão do homem pratico e experiente, e consequentemente poderá fazer bons serviços. Assim, espero que tanto pelo merito do candidato, como por me fazer favor e obsequio, V. S. se interessará para que obtenha a maioria de votos, certo de que dando-me mais esta prova de benevolencia muito obrigará a quem tem a honra de ser com a maior estima, de V. S. attento amigo e muito obrigado e certo-criado

„Visconde de Paraná.

„Rio, 12 de novembro de 1852. “

Pouco depois dessa eleição, em 4 de setembro de 1853, organisava o marquez de Paraná o celebre gabinete da conciliação, reservando para o visconde do Rio-Branco a pasta da marinha. (5)

Desde que nem mesmo o desempenho de uma missão puramente diplomatica, que nada tinha a ver com a politica interna, tem sido poupado por apaixonados adversarios, para base da confusa Babel de accusações, levantadas contra o visconde do Rio-Branco, não procuraremos explicar minuciosamente as poderosas razões que militavam a favor da sua eleição de deputado e escolha para ministro de estado na epocha excepcional que marcava o anno de 1853.

A exacta e verdadeira apreciação do periodo de transformação politica, que se fazia então no paiz, está nas seguintes palavras do mui distincto litterato e circumpecto estadista conselheiro José de Alencar, no seu conhecido folheto — *O Marquez de Paraná* :

Dizem assim:

„ A luta, que durante tantos annos havia animado com a sua agitação febril as questões de governo e administração, desapparecia, deixando apoz si a reacção, e com ella o lethargo de todas as paixões politicas, a descrença nos poucos principios que haviam servido de norma e de programma ás diversas opiniões.

.....

„ A primeira difficuldade seria que o marquez de Paraná teve de vencer foi a da formação d'esse ministerio que devia acompanhal-o na grande obra da regeneração politica do paiz, e identificar-se com o seu pensamento para levar ao cabo a missão que emprendêra.

.....

..... „ confiou as outras pastas a homens novos, mas que se haviam distinguido no parlamento e na administração, que lhe traziam o poderoso auxilio de suas intelligencias, e que, livres de compromissos, podiam aceitar lealmente o pensamento da nova politica.

.....

„ *Os nossos partidos, força é confessal-o, nunca tiveram principios bem pronunciados; e n'aquelle tempo, mais do que nunca, certos dogmas de um e outro lado pareciam, se não proscriptos ao menos esquecidos ou modificados; os nomes eram os unicos symbolos das duas opiniões que por muito tempo dividiram o paiz.* “

A autoridade e a isenção do mestre que acaba de fallar dispensar-nos-hiam de reincidir nas questões odiosas que a brilhante fortuna do visconde do Rio-Branco tem desgraçadamente provocado, se, com a

transcrição do seguinte artigo do *Novo Tempo*, publicado sob n. 4 em 26 de fevereiro de 1844, não julgásemos prestar um serviço aos que têm ouvido dizer que o visconde do Rio-Branco foi na sua mocidade um liberal exaltado e intolerante.

Leiam :

„ Quereis a prosperidade da nação?... Derramae o balsamo da *conciliação*; por vossos actos inspirae ao paiz a maior confiança possível no seu futuro : franqueza e justiça para todas as opiniões, a par de fortaleza para com o delirio das facções; alargae a esphera dos cidadãos que podem tomar parte nos negocios do Estado; proscreei o exclusivismo, que manda dar somente importancia a um limitado numero de pessoas; usee da clemencia para com os vencidos; economisae o suor da nação; estendei afoitamente a espada da justiça até os lugares onde empregados delapidadores estragam a riqueza publica; fazei com que as camaras sejam realmente a expressão do paiz inteiro, e não commissões de certas potestades. Assim conservareis á corôa todo o seu brilho e magestade, a constituição deixará de ser uma chimera, a vertigem dos revolucionarios desapparecerá, como as nevoas da madrugada ao primeiro clarão do oriente.

„ Quereis a desgraça do paiz? Pois bem: exercei a parcialidade e a injustiça para com aquelles cujas opiniões forem diversas, concentrae todo o vosso poder n'esses amigos que vos acompanharão nos dias de felicidade, que vos darão o ultimo empurrão para o abysmo no dia da desgraça: sêde desapiedados com os vencidos, condemnae á fome, á miseria e á morte os que se não

jungirem ao vosso carro; eternisae as dissensões civis; e a vossa obra estará completa com o dismantelamento do Imperio, e o aniquilamento de tudo quanto tem de mais caro a nação. “

Assim escrevia o *energumeno* liberal aos 25 annos, na idade das paixões. Vejam a moderação com que fallava, dirigindo-se aos seus correligionarios no poder, *dias depois da victoria*, e se as idéas que sustentava não estão de accordo com as que sempre manifestou, e manifesta.

A nova politica, a nobre idéa da conciliação foi acolhida com enthusiasmo pelo paiz inteiro, porque tinha por fim dar treguas e acabar com as lutas odientas e ensanguentadas dos velhos partidos, e, com o apoio dos homens de talento e boa vontade de ambos os lados, cuidar dos grandes e muitos melhoramentos moraes e materiaes que o paiz reclamava.

Forçado a demorar-se em Montevidéo, o visconde do Rio-Branco só poudo tomar conta da pasta da marinha em 14 de dezembro de 1853.

„ Ministro e secretario de estado dos negocios da marinha (*Galeria dos Homens Illustres*), foi honrado pelos eleitores fluminenses com uma brilhante reeleição, e elle, por sua parte, na camara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido credito de homem laborioso, e revelou aptidões proprias do alto posto em que o haviam collocado a confiança da corôa, a justiça e estima de seu illustre amigo (o Marquez de Paraná).

„ Como ministro da marinha, desde 14 de dezembro de 1853 até os primeiros dias de junho de 1855, os seus

relatorios, que foram louvados até pelos mais extremos adversarios do gabinete a que pertencia, attestam os conhecimentos profissionaes que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades d'esse ramo da publica administração, e um tacto raro em descobrir-lhes o verdadeiro remedio.

„ O projecto de promoções que apresentou na camara dos deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os varios regulamentos que promulgou, e não poucos projectos que passou já muito adiantados a seu successor, comprovam a figura proeminente que representou na direcção do ministerio da marinha.

„ Entre os regulamentos a que acima alludimos, citaremos os que crearam companhias de aprendizes marinheiros no Pará e na Bahia; os que marcam os prazos de serviço, accessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiaes marinheiros e marinheiros avulsos; finalmente aquelle por que hoje são feitos os alistamentos de voluntarios e recrutas para as equipagens de guerra. “

Em 14 de junho de 1855 houve recomposição ministerial. O visconde de Abaeté retirou-se do gabinete para ir ao Rio da Prata em missão especial, e ao visconde do Rio-Branco coube substituil-o na pasta dos negocios estrangeiros. (6)

„ As circumstancias em que essa mudança teve lugar (diz a mesma biographia) tornaram a posição do novo ministro dos negocios estrangeiros summamente difficil. O Sr. Paranhos, porém, soube sahir triumphante d'essa nova experiencia, e desde então, dentro e fóra do Imperio, é considerado como um verdadeiro homem de Estado.

„ Aquelle que como ministro da marinha havia, sem o menor estrepito, e com o maior zelo e acerto possível, preparado uma luzida expedição naval para apoiar a missão diplomatica enviada em 1854 á Republica do Paraguay, como ministro dos negocios estrangeiros teve de procurar uma solução pacifica e honrosa das questões pendentes com esse Estado, e logrou o seu empenho por modo muito distincto. O tratado de amizade, navegação e commercio de 6 de Abril de 1856, e os protocollos dessa longa e porfiada negociação, serão a todo o tempo um titulo de gloria para o plenipotenciario brasileiro, que dest'arte evitou a guerra que se mostrava imminente, e abriu as portas do rio Paraguay á rica e infeliz provincia de Mato-Grosso. “

Desde 1852 o governo imperial se esforçava por chegar a um accôrdo com o Paraguay sobre a questão da navegação fluvial, que tanto interessava, ou mais exacto, que era questão de vida ou de morte para a provincia de Mato-Grosso.

O governo paraguay, imaginando que o Brazil achava-se no caso do naufrago, que despoja-se da maior parte da roupa para salvar-se a nado, não queria separar a questão de limites da questão da navegação fluvial, e como um accôrdo sobre a questão de limites segundo as suas pretensões, era impossivel, estavamos privados do exercicio do direito ao transito fluvial, implicita e virtualmente estipulado no art. 3º do tratado de 25 de dezembro de 1850.

D. José Berges, discipulo da eschola jesuitica, mantida a varaço e cutello nos dominios da sombria dictadura de D. Carlos Antonio Lopez, era o plenipotenciario

paraguay que viera em missão especial ao Rio de Janeiro, afim de tratar d'esta questão.

Os protocollos dessa negociação foram publicados em um volume, que acompanha em avulso o relatorio do ministerio de extrangeiros de 1857. O modo por que o visconde do Rio-Branco houve-se n'essa laboriosa e enredada discussão mereceu o elogio dos proprios adversarios: conseguiu que o Paraguay se prestasse a separar as duas questões, e venceu como o Horacio da antiguidade, que separou os seus tres inimigos para vencêl-os um apoz outro.

O senador D. Manoel de Assis Mascarenhas, que fazia uma opposição desabrida ao gabinete, teve a lealdade de confessar, fazendo justiça ao seu adversario, que o direito do Brazil na questão de limites sahira vencedor, e ficára plenamente provado á luz dos debates havidos nas conferencias que precederam á celebração do tratado de navegação.

A questão de limites, porém, brilhantemente esclarecida, ficou adiada. O enviado paraguay não quiz ceder por fórma alguma de suas exageradas pretensões.

Aquelle adiamento despertou, e póde ainda despertar, os reparos das raras vezes fatigada, mas nunca saciada, censura politica. O visconde do Rio-Branco, conseguindo que o plenipotenciario paraguayo discutisse a questão de limites, obteve uma grande vantagem, porque geralmente se acreditava que o Imperio, por ser uma nação forte em relação ao Paraguay, não tinha razão na sua contenda sobre limites, e a discussão deixou bem patente, como consta dos protocollos della, a sem razão



do governo paraguay. Não é licito duvidar do grande passo que foi dado para um accôrdo definitivo.

Interpellado pelo fallecido senador visconde de Jequitinhonha, que parecia não estar lembrado das circumstancias que se deram na discussão do tratado de 6 de abril de 1856, o visconde do Rio-Branco disse o seguinte no senado em a sessão de 28 de junho de 1865:

„Do que se tratava em 1865 com a Republica do Paraguay? Tratava-se de resolver a questão de limites? Não. V. Ex., Sr. presidente (visconde de Abaeté), sabe que não foi mais do que continuar a politica que V. Ex. tinha seguido. A questão de limites não estava então na ordem do dia: desertos nos separavam e separam do Paraguay. A questão vital era a navegação, e não podiamos pedir o exercicio da navegação á Republica do Paraguay senão nos termos do nosso direito; não podiamos exigir a liberdade do transito senão sob condições mais ou menos favoraveis, dependentes do assentimento do Paraguay; porquanto pelo governo imperial tinha sido sempre sustentado o principio de que o ribeirinho inferior póde negar o transito ao ribeirinho superior desde que este se não conforme ás clausulas que o primeiro julgue necessarias á sua segurança. O Paraguay possui a soberania da embocadura d'aquelle rio: não podiamos deixar de negociar com elle as condições do livre transito, e estas condições dependiam do seu espontaneo assentimento, porque, assim como não queriamos que os Estados-Unidos ou qualquer outra nação nos dêsse a lei no Amazonas, assim tambem não queriamos dar a lei no rio Paraguay. Eis a explicação do tratado de 6 de abril.“

Não foi essa a unica questão que o preoccupou: teve tambem de ligar o seu nome com o do visconde de Abaeté no tratado de 7 de março de 1856, que assentou em novas e solidas bases as relações entre o Brazil e a Confederação Argentina.

Em uma das mais porfiadas discussões que tivemos de sustentar n'aquelle tempo com a arrogante legação ingleza,— discussões motivadas pelo trafico de escravos, que já então era condemnado moralmente e perseguido sem trégua pelo povo brasileiro e suas autoridades civis e militares, em todos os pontos da costa do Brazil, onde os navios negreiros poderiam tentar o desembarque de sua mercadoria humana, coube ao visconde do Rio-Branco consignar em sua nota, dirigida á legação britannica em 6 de Abril de 1856, um energico protesto contra os actos arbitrarios e violentos dos cruzadores inglezes. Alguns membros da camara dos lords, entre elles o lord Malmesbury, com honrosas e nobres palavras, apreciaram o protesto do ministro dos negocios estrangeiros do Brazil contra as ameaças de que tinha sido orgão o encarregado de S. M. Britannica William Jermingham. Esse protesto, cheio de dignidade, moderação e nobreza, que proffigava a usurpação de nossos direitos de soberania e independencia, foi redigido quando aos olhos dos brasileiros ainda fumegavam as ruinas da fortaleza de Paranaguá, desmantellada pelos canhões dos cruzadores britannicos.

Depois de manifestar a surpresa com que recebeu a nota do ministro inglez, datada de 6 de março, o visconde do Rio-Branco occupou-se com a tentativa de desembarque de africanos em Serinhaem, e passando ás

ameaças da legação britannica demonstrou que a abolição do trafico no Brazil não se devia attribuir á vigilancia dos cruzadores inglezes, insufficientes para o extenso perimetro das nossas costas, e muito menos ao acto do parlamento britannico de 1845, que apenas autorisou violencias executadas no littoral, nos portos e rios do Imperio; que a consolidação da paz e ordem constitucional no Imperio, e a lei de 4 de setembro de 1850, que ampliou e deu nova força á de 7 de novembro de 1831, imprimiram á repressão do trafico uma effi-  
cacia que dentro e fóra do paiz se julgava impossivel.

„Hoje, porém (acrescentou o visconde do Rio-Branco), que a paz da Europa se figura como possivel, o honrado Sr. Jermingham julga conveniente contestar os esforços, do governo imperial, exprobrar-lhe frouxidão, e ameaçal-o em nome do governo de S. M. Britannica com a execução do *bill* de 8 de agosto de 1845 ! “

„ A ameaça que tão injusta e acremente se faz ao governo imperial poderá servir para despertar a lembrança de que a Grã-Bretanha é uma nação mais forte do que o Brazil, e para significar que não duvidará usar ainda sem motivo legitimo, do seu grande poder material; mas não poderá nem encobrir a sem razão de um semelhante procedimento, nem abalar a tranquillidade que ao governo imperial inspira a consciencia de sua dignidade e da inteireza de seus actos. “

Coube ainda ao visconde do Rio-Branco, nesse ministerio (1857), adherir aos quatro principios da declaração final do congresso de Pariz, de 16 de abril de 1856, e principalmente aos da abolição immediata do corso.

Aceitando esses principios, manifestou o desejo de ver proclamada a abolição do direito de captura da propriedade privada no mar. Eugène de Couchy em sua obra — *Le Droit Maritime International* (Paris. 1862, 2 vol.) cita o trecho de sua nota de 18 de março de 1857 que se refere a esta questão, e é o seguinte: „ A humanidade e a justiça devem certamente ao congresso de Pariz um grande melhoramento feito á lei commum das nações ; mas, em nome dos mesmos principios, é licito ainda pedir ás potencias signatarias do tratado de 30 de março de 1855, como complemento de sua obra de paz e de civilisação, uma consequencia salutar que se contém nas maximas que ellas proclamaram. Esta consequencia é — que toda propriedade particular inoffensiva, sem excepção dos navios mercantes, deve ficar ao abrigo do direito maritimo contra os ataques dos cruzadores de guerra. “

No seio do nosso parlamento e da nossa imprensa, que devem ser os thermometros da opinião publica, algumas vozes deixaram ouvir censuras contra o ministerio que adherira áquelles principios de direito maritimo, proclamados pelo congresso de Paris. Diziam que o Brazil devêra seguir a opinião dos Estados-Unidos, que, segundo o pensar delles, queriam a conservação do direito de corso, porque julgavam o corso uma medida muito licita, um meio de guerra muito conveniente.

Os Estados-Unidos, porém, não prestaram sua adhesão ás novas maximas estipuladas pelo congresso de Paris, porque queriam que o principio de inviolabilidade da propriedade particular de um dos belligerantes no alto mar fosse posto ao abrigo do direito maritimo contra os

cruzadores de guerra. Os Estados-Unidos não sustentaram que o corso seja um recurso proprio da civilização actual, ou que não tenha o character de uma pirataria organizada e legal.

Segundo as estipulações das potencias signatarias do tratado de Paris, os quatro principios deviam ser considerados inseparaveis; não se admittia uma adhesão parcial, e sim uma adhesão integral; a potencia que se não prestasse a esse accordo ficava privada da sua applicação.

O visconde do Rio-Branco disse na camara dos deputados o seguinte :

„ Se não adherissemos aos principios proclamados pelo congresso de Paris, dada uma guerra em que fosse parte alguma das potencias signatarias do tratado de 30 de março de 1856, ou alguma das outras que têm adherido aos mesmos principios, as mercadorias brasileiras seriam boa presa sob o pavilhão inimigo, as mercadorias inimigas não seriam protegidas, não ficariam isentas sob o pavilhão brasileiro. Ora, deviamos nós sacrificar as vantagens da paz a um recurso de guerra? Esta politica seria a que convinha ao Imperio, que em todas as suas relações exteriores tem por base a justiça e a moderação? Conviria este procedimento ao Imperio, que tem uma marinha mercante ainda muito limitada, e cuja exportação se faz quasi toda em navios estrangeiros? Creio que não. (*Apoiados.*)

„ Senhores, os vapores reduziram a mui pouco os serviços que hoje podem prestar os corsarios. E as nações que têm uma grande força maritima têm tambem uma marinha mercante numerosa; se ellas quizerem

usar desse recurso, levarão de certo vantagem ás nações mais fracas sob o ponto de vista da força naval. (*Apoiados.*) “

Já então, e desde o passamento do illustre marquez de Paraná, que se verificou no dia 3 de setembro de 1856, era o gabinete presidido pelo duque de Caxias. O visconde do Rio-Branco regia interinamente a pasta da marinha, havendo o barão de Cotegipe passado para a da fazenda, que estava a cargo do finado marquez.

„N'essa curta interinidade (*Galeria dos Homens Illustres*), sobrecarregado com os graves assumptos da politica externa, teve entretanto tempo para levar a effeito o importante projecto da conclusão do dique da ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saude da armada e dos officiaes de fazenda, e dar organização ás classes dos artistas dos vapores de guerra; trabalhos que foram honrados com a aceitação do seu illustrado successor, e por este concluidos e promulgados. “

Dissolvido o primeiro ministerio da conciliação em 4 de maio de 1857, o visconde do Rio-Branco, então deputado pelo 2º circulo da côrte, esteve sempre na tribuna para defender os actos da administração de que havia feito parte, e o credito de seus collegas como o proprio. Recommendamos a leitura do discurso que pronunciou na sessão de 15 de junho de 1857 por occasião da discussão da falla do throno.

## VIII

Entretanto novas e serias difficuldades surgiam entre o Brazil e o Paraguay. O governo de Assumpção annullou de facto o tratado de 6 de abril, submettendo a nave-

gação commum a regulamentos, que eram a negação do que havia sido estipulado, e que tornaram impossivel o commercio externo com a provincia de Mato-Grosso. Parecia imminente a guerra. O dictador paraguayo D. Carlos Antonio Lopez augmentava o numero de suas tropas e fazia executar grandes trabalhos de defesa por habéis engenheiros contratados na Europa. A primeira missão mandada ao Paraguay, a cargo do almirante Pedro Ferreira de Oliveira, fôra mal succedida, e o conselheiro José Maria do Amaral, enviado depois, vira-se forçado a romper as negociações. O Brazil, por sua parte, preparou-se para a guerra, comquanto não a quizesse. (7)

O gabinete presidido pelo marquez de Olinda, e no qual era ministro de estrangeiros o visconde de Maranhape, depois de reiteradas instancias, conseguiu do visconde do Rio-Branco aceitar a missão especial de ir ás republicas do Prata e á do Paraguay para resolver as difficuldades pendentes. Foi uma escolha acertada, porque ninguem conhecia melhor estas questões do que aquelle que, como ministro dos negocios estrangeiros, negociára o tratado de 6 de Abril de 1856, consignando nos respectivos protocollos os principios e as razões em que se fundaram as estipulações que elle consagra.

O principal objecto da missão do visconde do Rio-Branco era acabar com os regulamentos fluviaes que o governo paraguayo tinha promulgado a despeito dos tratados vigentes, e resguardar a observancia do tratado de 1856, se mais não fosse possivel conseguir amigavelmente a respeito do transito fluvial.

Depois de algumas conferencias com o presidente do Paraguay D. Carlos Antonio Lopez, e com o ministro

das relações exteriores D. Francisco Solano Lopez, assignou com este a convenção de 12 de fevereiro de 1858, onde ficou estabelecida a verdadeira intelligencia e pratica do tratado de 1856. Os regulamentos que havia expedido o governo paraguay foram todos revogados, obtendo o representante do Brazil não só a facil observancia d'aquelle tratado, como até novas e importantes concessões. O rio Paraguay ficou aberto a todas as bandeiras, e esse triumpho inesperado valeu ao visconde do Rio-Branco o mais cordial acolhimento na provincia de Mato-Grosso, que foi visitar, e uma recepção brilhante na capital do Imperio. Seus serviços foram recompensados pela munificencia imperial com a dignitaria da ordem do Cruzeiro, e os seus comprovincianos da Bahia, por meio de uma subscrição popular, offer-taram-lhe as insignias d'aquella ordem, rica e artisticamente trabalhadas.

Referindo-se a esta missão, diz o Dr. Pereira Pinto, nos seus *Apontamentos para o Direito Internacional*, o seguinte: (8)

„ Para plenipotenciario dessa missão foi, com o melhor fundamento, escolhido o conselheiro Paranhos, negociador do tratado de 6 de abril, e portanto genuino interprete do espirito que dictára os preceitos daquella convenção. No meio de nossos infortunios com o Paraguay dasenha-se com viço e brilhantismo a phase que gerou o ajuste internacional commettido aos talentos do conselheiro Paranhos.

„ . . . . . aceitando o honroso encargo para que havia sido eleito, o conselheiro Paranhos amanhou com summa prudencia o terreno, antes de investil-o temerariamente,



Invias eram as veredas; varios negociadores tinham errado o trilho; elle mesmo em 1856 palpára o perigo dos atalhos; só se pode, pois, louvar o acerto com que buscou encaminhar a negociação de forma que, quando lançasse ancora em Assumpção, as prevenções estivessem, se não desvanecidas, ao menos assás modificadas. Se o conselheiro Paranhos, sem procurar a adhesão ou as sympathias dos Estados platinos á nossa causa, velejasse direito ao porto da capital do Paraguay, é nosso juizo que a sua missão falharia. Aquelle foi o segredo de sua politica, e essa politica deu sasonados fructos.

„ Tentou-se fazer acreditar que a attitude bellica tomada então pelo gabinete imperial concorrêra principalmente para facilitar o favoravel exito da convenção de 12 de fevereiro de 1868; mas, como bem disse o enviado brasileiro no magistral discurso proferido na sessão de 11 de julho de 1862, na camara dos deputados,—quando uma negociação vem acompanhada de força, esta é um meio auxiliar que não dispensa trabalhos e esforços de intelligencia para a solução amigavel; — e nós accrescentaremos, se por esses esforços alcança-se um desenlace pacifico, grande elogio cabe ao diplomata que por tal forma evita a seu paiz e á humanidade as calamidades da guerra. (9)

„ Na epocha a que nos referimos as relações do gabinete imperial com o governo argentino, ou antes, com o general Urquiza, que tinham esfriado em consequencia de nossas desintelligencias com o Estado Oriental por causa da accitação dos tratados, ás exigencias de cujo Estado o referido general mais se inclinára, e attenta a posição neutral que o Brazil tomára em suas desavenças

com a provincia de Buenos-Ayres, haviam melhorado, mandando o mesmo general a esta côrte um agente confidencial, com o qual travaram-se as aberturas para a celebração do tratado de commercio e navegação, que com effeito foi firmado pela missão brazileira em 7 de março de 1856.

„ Aproveitando discretamente este estado de benevolencia entre os dous paizes, o conselheiro Paranhos, como preliminar da negociação com o Paraguay, julgou acertado concertar previamente com a Confederação Argentina algum ajuste sobre a navegação fluvial como complemento dos tratados de 1851 e 1856, e do accôrdo que sobre identico objecto haviamos ajustado com o governo oriental em 15 de setembro de 1857.

„ Nesse empenho foi o plenipotenciario brazileiro bem succedido, conseguindo que em 20 de novembro de 1857 se subscrevesse por ambas as partes uma convenção fluvial, pela qual os trechos dos affluentes do Prata de um e outro Estado ficavam abertos ás bandeiras de todas as nações, sob os principios dos regulamentos mais liberaes.

„ Esse resultado, isto é, o reconhecimento pelo lado dos ribeirinhos platinos d'aquelles principios, desven-cilhou o caminho para o Paraguay de muitos obstaculos e fôra segura base para tratar com esta Republica.

„ Aportando a Assumpção, exhibio o conselheiro Paranhos como molde do projectado tratado as mesmas estipulações que accordára com o governo argentino, apresentando essa proposta pela nota de 14 de janeiro. Duraram os debates da negociação desde 10 de janeiro até 13 de fevereiro, e tendo-se delles arredado a ques-

tão preliminar dos regulamentos da Republica, visto ter o governo paraguayoy considerado como ponto de partida de um novo accôrdo a convenção fluvial ajustada com a Confederação Argentina, menos difficil tornou-se a ultimação do tratado.

„ A convenção de 12 de fevereiro resolveu satisfactoriamente todas as questões controvertidas, decretando as seguintes estipulações. (O Sr. Pereira Pinto transcreve aqui as estipulações d'esse accôrdo.)

„ . . . . Incepou-se ao negociador da convenção de 1858 (continúa o Sr. Pereira Pinto) por não haver deslindado a questão de limites. Tal censura, porém, não resiste á mais ligeira analyse, *primo* não era esse o objecto especial de sua missão (10), *secundo* porque, tendo o tratado de 6 de abril de 1856 adiado esta questão para tempo ainda então distante, não se podia exhibir razão fundada para semelhante reclamação, e finalmente porque, levantando-se em tal occasião esse debate incandescente, se prejudicaria o fim primordial d'aquella missão, que não era outro senão desimpedir-se o caminho fluvial para Mato-Grosso.

„ . . . . . Em remate diremos que a convenção de 12 de fevereiro, conseguindo a revogação dos regulamentos paraguayos, a sua substituição por medidas que garantiam nossos direitos, completando e desenvolvendo o tratado de 6 de abril de 1856 na parte relativa á navegação fluvial, por meio de clausulas e estipulações permanentes, e *abrindo a mesma navegação ao commercio de todas as nações*, honra as paginas da nossa historia diplomatica. “

Quem quizer estudar mais a fundo esses aconteci-

mentos deve ler o discurso do visconde do Rio-Branco, pronunciado em 11 de julho de 1862 na camara dos deputados (citado pelo Dr. Pereira Pinto), assim como o que proferio na mesma camara, ao voltar do Paraguay, em 4 de agosto de 1858. Referindo-se a esse discurso, disse o então ministro de extrangeiros visconde de Maranguape : — „ Quanto aos negocios do Paraguay, o nobre deputado que hontem encetou o debate sobre o orçamento de extrangeiros deu já as precisas explicações ; creio que satisfizeram á camara. (*Apoiados.*) Se alguma gloria tenho é a do acêrto com que concorri para que esse digno ministro plenipotenciario fosse escolhido para semelhante missão. . . . . O Sr. conselheiro Paranhos bem mereceu não só do governo como de todo o Brazil. (*Apoiados. Muito bem*)

Na discussão que então houve, recebeu o visconde do Rio-Branco os maiores louvores, até mesmo de adversarios.

O deputado Brandão elogiou-o e foi vivamente apoiado.

„ Livrou-nos da necessidade de uma guerra, “ disse em aparte o conselheiro Octaviano.

Com effeito o que acabavamos de conseguir, sem o recurso sempre lamentavel das armas, tinha um alcance immenso. Não era só o livre transito para Mato-Grosso o que tinhamos obtido, concessão a que tanto resistira o governo paraguay, concessão de magna importancia para aquella nossa provincia, cuja vida exterior depende da livre circulação da sua arteria fluvial. O visconde do Rio-Branco conseguira mais do que fôra recommen-  
dado e se esperava : o rio Paraguay ficava aberto á livre navegação de todas as bandeiras.

E' para lamentar que esta missão especial, depois dos arduos trabalhos que passou, com o fim de cimentar duradouras relações entre o Brazil e o Paraguay, o que plenamente conseguiu, lucrando para seu chefe honroso e grande nome, fosse substituida por missões ordinarias, desenganadamente incapazes de conservar ao menos a obra feita á custa de tanta intelligencia, a poder de tantos sacrificios !

O visconde do Rio-Branco havia sido tambem encarregado de differentes negociações junto aos governos da Confederação Argentina e da Republica Oriental, devendo tambem entender-se com elles acerca da questão fluvial. Antes de dirigir-se ao Paraguay, negociou, pois, com o governo do general Urquiza a convenção de 20 de novembro de 1867, assignada na cidade do Paraná, convenção que completava as estipulações do tratado de 7 de março de 1856, regulando a navegação dos rios Uruguay, Paraná e Paraguay dentro dos limites da jurisdicção dos dous paizes, e a 14 de dezembro assignou outros dous ajustes igualmente importantes, um reconhecendo os limites dos dous paizes entre os rios Uruguay e Paraná, e outro regulando a extradicação de criminosos e a devolução de escravos fugidos. Aproveitando as lições da experiencia, o representante do Brazil consignou n'esse tratado algumas disposições, que não tinham sido comprehendidas no que celebrámos com o Estado Oriental.

Sobre o tratado de limites entre o Imperio e a Confederação Argentina, e o tratado de extradicação que o visconde do Rio-Branco assignou na cidade do Paraná em 14 de dezembro de 1857, e que, ratificados pelo

Brazil, não o foram pelo governo argentino, diz o Sr. Pereira Pinto (11):

„Pela organização politica d'aquelles Estados, as convenções accordadas por seus chefes com as potencias estrangeiras têm de passar pelo cadinho das duas camaras, sendo afinal sancionadas pelos presidentes; largo campo, pois, fica aberto a todas as chicanas para se as inutilisar, quando assim entra nos calculos das mesmas camaras ou de seus governantes.

„Em 1827 Buenos-Ayres envia ao Brazil a missão Garcia para fazer a paz; firma-se o tratado de 24 de maio, de accôrdo com as instrucções dadas áquelle plenipotenciario, como elle proprio affirmou em sua defesa, mas não foi approvedo.

„Em 1843 Rosas excita por meio do seu ministro Guido uma alliança com o Imperio; conclue-se a convenção de 24 de março de 1843, a qual não é ratificada pelo mesmo dictador!

„Em 1857 o Estado Oriental provoca a revisão do tratado de 1851; celebra-se a convenção de 4 de setembro, a que se annexou na mesma data o tratado de permuta de territorios na fronteira. Ambos ficaram sem effeito pelos embaraços do governo e das camaras da Republica.

„Em 1859 ajusta-se com as ditas Republicas o tratado de 2 de janeiro (negociadores os viscondes do Rio Branco e do Uruguay), complementar da convenção de paz de 1828: tem a mesma sorte dos anteriores! Aos de que ora nos occupamos é igualmente recusada a ultima sancção. Violando por um modo tão frivolo solemnes compromissos, deixando de fazer honra á firma

de seus plenipotenciarios, não se aventuram aquelles paizes aos azares de serios compromettimentos com as potencias estrangeiras? “

### VIII

Voltando ao Brazil, depois de concluida a sua ardua missão, o visconde do Rio-Branco foi nomeado presidente da provincia do Rio de Janeiro, lugar que exerceu até 12 de dezembro de 1858, dia em que, retirando-se do gabinete o marquez de Olinda, aceitou a pasta de estrangeiros no ministerio presidido pelo visconde de Abaeté (12), seo antigo collega no ministerio Paraná.

Antes de ir mais além, cumpre declarar que ao chegar do Rio da Prata fôra o visconde do Rio-Branco nomeado, juntamente com o fallecido visconde do Uruguay, ministro plenipotenciario, afim de ajustar com os representantes da Confederação Argentina D. Luiz José de la Pena, e da Republica Oriental D. Andrés Lamas, o tratado definitivo de paz, que substituisse o accôrdo preliminar de 27 de agosto de 1828. Abrio-se a negociação em 6 de novembro de 1858, e depois de largas conferencias assignaram os dous diplomatas brasileiros e o argentino e o oriental o tratado de 2 de janeiro de 1859, tratado que entretanto não foi ratificado pelo governo da confederação e o do Estado Oriental. (13)

Foi neste ministerio que o visconde do Rio-Branco levou a effeito a reforma da secretaria de estado dos negocios estrangeiros, reforma que ainda hoje subsiste, e que teve de defender no senado, onde ella servio de thema aos violentos ataques de alguns opposionistas.

Com a organização do gabinete de 12 de dezembro terminou o dominio da politica denominada da conciliação, tão mal entendida e desvirtuada pelo ministerio Olinda.

O gabinete Abaeté apoiou-se no lado conservador, e teve de sustentar uma das lutas mais renhidas de que tem sido theatro o nosso parlamento.

A questão bancaria era então a questão do dia e agitava todos os espiritos. O visconde do Rio-Branco, tendo chegado do Rio da Prata nos ultimos dias da sessão de 1858, não teve occasião de manifestar-se na tribuna sobre esse grave e melindroso assumpto. Se o tivesse podido fazer, teria combatido as medidas financeiras do ministerio, inteiramente oppostas ás do gabinete de que fizera parte, como declarou no seu discurso de 20 de junho de 1859, na camara dos deputados. (14)

A discussão do projecto bancario (no espirito do acto de Sir Robert Peel), apresentado pelo ministro da fazenda, o conselheiro Salles Torres Homem, augmentou as fileiras da opposição, e depois de algumas sessões tempestuosas, verificando o ministerio que tinha apenas uma fraca maioria de 10 votos, retirou-se em 10 de agosto, succedendo-lhe o gabinete presidido pelo conselheiro Ferraz, depois barão da Uruguayana.

As discussões do nosso parlamento, n'essa epocha, resentiram-se da agitação que reinava nos espiritos.

De um lado a questão bancaria, do outro a circumstancia de se apresentar, depois das treguas da conciliação, um ministerio que se apoiava francamente no partido conservador, irritaram o partido liberal e uma parte do commercio.



Contra o visconde do Rio-Branco, quer na camara dos deputados, quer no senado, quando ahi foi discutir o orçamento de estrangeiros, dirigiram-se por vezes as setas hervadas de adversarios intolerantes, pela razão muito simples de que a inveja, semelhante ás tempestades alpestres, que sacodem a coma dos cedros e deixam tranquilladas as ervas rasteiras da penedia, sempre dá rebate contra as imaginadas imperfeições dos talentos eminentes. Mas elle houve-se sempre com a calma e a dignidade que a sua posição e o seu character lhe impunham.

O energico e brilhante discurso que proferio no senado em 23 de Julho d'esse anno foi um digno protesto contra as injustiças de que se fez echo o senador D. Manoel de Assis Mascarenhas. (15)

Os desaffectedos do visconde do Rio-Branco não podiam perdoar-lhe o facto de achar-se elle então nas fileiras do partido conservador. Em abono da verdade deve-se dizer que a mudança que se operou no visconde do Rio-Branco não foi nas idéas, e sim aquella que a conciliação operou nos partidos. Lentamente achou-se entre os muitos homens politicos que tinham sacrificado os velhos odios ao espirito de moderação que caracterisava então o estado da sociedade; e não podia ser outro o resultado desde que a politica de conciliação, approximando os partidos, pôz em estreito contacto adversarios que até 1849 se haviam batido com tamanho ardor.

Depois de tantos annos de treguas, as duas parcialidades politicas se descriminaram de novo, mas já os dous partidos não eram os mesmos.

A linha divisoria que os separava, e que parece separal-ós ainda, era então, como hoje, quasi imperceptivel

A luta dos velhos partidos era menos por idéas do que por nomes proprios.

Querem, porém, alguns que o homem publico seja o marco immovel do caminho, e que morra pronunciando as mesmas palavras que balbuciou nas escholas, e incensando os mesmos idolos que venerou na infancia.

Se tal doutrina fosse a verdadeira, e se procedessem similhantes censuras, ellas iriam ferir quasi todos os grandes estadistas do mundo, porque o verdadeiro homem de Estado não póde ficar immovel.

Esses mesmos que por excepção nunca mudaram, e que, agarrados ás ruinas do passado, parecem querer desmentir a maxima fatal de Gallileu: *E pur se muove*, são como o viajante que, dando as costas á locomotiva que o arrebatava sobre o caminho, não despreza a vista do sitio que deixou para sempre.

Se as transformações que o tempo e as circumstancias operam nas idéas teem uma razão de ser, que diremos d'essas mudanças de nome, que significam apenas uma mudança de alliados e não uma apostasia politica?

Essas censuras iriam ferir tambem quasi todos os actuaes chefes do partido liberal.

O senador Souza Franco deu os seus primeiros passos na vida publica como conservador, e foi na camara um estrenuo defensor do regente Araujo Lima!

Os senadores Zacarias, Nabuco, Saraiva e Paranaguá outros tantos nomes illustres d'esse partido, não ha muitos annos tinham um lugar conspicuo nas fileiras conservadoras.

O senador Silveira da Motta, hoje representante das

idéas radicaes, era ainda em 1864 um conservador extremado.

Entre os que já desapareceram da lista dos vivos, citaremos outros nomes que os liberaes e conservadores veneram, porque ambos os partidos lhes deveram assignalados serviços.

Araujo Lima, depois marquez de Olinda, o regente de 1837, o ministro de 1848, foi quem assegurou em 1862 o triumpho do partido liberal.

D. Manoel de Mascarenhas, o conservador da camara dos deputados, foi na tribuna do senado um dos mais valentes campeões do partido opposto.

Ferraz, barão da Uruguayana, acabou seus dias tambem entre os adversarios da vespera.

D'esses, e de muitos outros exemplos, esquecem-se alguns dos inimigos e desaffectedos do visconde do Rio-Branco, quando se referem á posição que tomou elle em nossa arena politica.

O visconde do Rio-Branco é, e tem sido sempre, o mesmo liberal de outras eras, embora milite nas fileiras do partido que se intitula conservador. E' liberal como são liberaes todos os verdadeiros conservadores do Brazil, todos os que aceitam a nossa constituição politica. D'elle pode-se dizer o que um historiador escreveu de Robert Peel — „o mais conservador entre os liberaes, o mais liberal entre os conservadores, e em um e outro campo o mais habil de todos elles. “

A's aggressões que por tal motivo lhe foram dirigidas respondeu, uma vez por todas, do seguinte modo, na sessão da camara dos deputados em 20 de junho de 1859:

„ ... Senhores, tem-se por vezes alludido de um modo desfavoravel ao principio de minha vida politica. Devo uma vez por todas responder a essas allusões com que se pretende nodoar o meu character e a minha reputação. Não costumo occupar o precioso tempo da camara em defezas que me sejam pessoaes, mas quando se trata de reivindicar o meu credito creio que a defeza é licita e necessaria. (*Apoiados.*)

„ E' certo, senhores, que appareci na scena politica nas fileiras do partido denominado liberal, mas nunca fui o homem violento e exaltado de que se nos tem fallado.

„ Desde o principio de minha carreira politica mereci a estima e consideração de alguns dos meus mais respeitaveis adversarios. Occorre-me n'este momento que em 1848 um illustre deputado pela provincia do Rio-Grande do Sul, hoje senador pela mesma provincia (o Sr. barão de Quarahim) assignalava-me como exemplo de moderação e urbanidade, posto estivessemos em lados oppostos.

„ Quatro annos depois de haver tomado alguma parte em nossos negocios publicos, sobrevieram os tristes acontecimentos da provincia de Pernambuco. Não abandonei, senhores, a causa do infortunio; prestei-lhe os pequenos serviços que estavam a meu alcance; mas não aceitei a responsabilidade de seus actos.

„ Em 1850 retirei-me da scena politica, a que só voltei em 1853. Desde então minhas relações politicas com as influencias do partido liberal ficaram cortadas, posto que conserve relações pessoaes com algumas, relações que muito prezo, e que desejarei sempre conservar. Isto que

se deu commigo, e que se me tem lançado em rosto, tem-se dado com a maior parte dos nossos homens politicos, é o que se vê tambem em outros paizes, e se assim acontece em outros paizes, quanto mais entre nós, onde (como bem disse o nobre senador pela provincia da Bahia o Sr. visconde de Albuquerque) nada havia tão parecido com um *saquarema* como um *luzia*; proposição incontestavelmente verdadeira em relação aos homens moderados de um e outro lado.

„ Senhores, invejo a sorte d'aquelles que teem podido apparecer e desapparecer da scena politica sempre entre os mesmos aliados; mas tambem sei que a immutabilidade de alguns é a immutabilidade do faquir indiano; que a coherencia não é a paixão ou o emperramento; que a consciencia e a dignidade pessoal obrigam os homens a mudar de opiniões e de alianças.

„ Essa separação me tem custado muitas invectivas e calumnias, não da parte dos verdadeiros representantes do partido liberal, mas de inimigos gratuitos que não sabem nem podem manejar outras armas. (*Muitos apoiados.*) Não poderão, porém, os meus desaffectedos provar que eu cheguei á posição em que estou por meios deshonestos (*muitos apoiados*); e é por isso, senhores, que os odios que de certo lado partem contra mim são assaz compensados pela estima e consideração de que goso entre os homens com quem estou ligado. (*Apoiados; muito bem.*)

„ Querem os meus adversarios que eu lhes diga quaes são hoje os meus principios? Eu satisfarei á sua pergunta, servindo-me das palavras de uma auctoridade insuspeita e muito superior ás mediocridades, como eu

sou. Eis o que disse Canning, *whig* distincto, tão liberal como devem ser os conservadores do Brazil, respondendo a egual accusação (*lé*):

„ Respondo a meus adversarios que o dever do homem de Estado consiste em manter-se entre os extremos, evitar assim as aberrações do despotismo, como a licença de uma liberdade sem freio; conciliar o poder com a liberdade; não entregar-se a experiencias afoitas ou a theorias nebulosas, mas esclarecer-se na direcção dos negocios com todas as luzes uteis e salutaes, e adoptar todo principio generoso e liberal com sabedoria e circumspecção. “

..... “

## IX

O gabinete de 12 de Agosto, presidido pelo barão da Uruguayana, teve de arcar com a *liga constitucional*, composta de liberaes e conservadores moderados.

Verificaram-se então as eleições geraes em janeiro de 1861. O visconde do Rio-Branco apresentou-se pelo districto eleitoral da côrte, mas não conseguiu fazer-se eleger.

Uma serie de causas bem conhecidas deram em resultado a derrota dos candidatos conservadores. As recentes medidas do governo, entre as quaes citaremos apenas o regulamento do sello, as demissões, em massa, de operarios e empregados subalternos, indispuzeram o commercio e as classes inferiores com o governo.

O visconde do Rio-Branco era tido por candidato do governo, embora fosse muito conhecida a pouca cordia-

lidade, e até antipathia antiga, que existia, e existio sempre, entre o barão da Uruguayana e elle.

A liga constitucional aproveitou habilmente todas as armas que lhe forneceram os erros do gabinete, e o resultado foi serem supplantados os candidatos conservadores.

Mais tarde, porém, a provincia de Sergipe, onde vagou um lugar de deputado, por ter sido escolhido senador o barão de Maroim, enviou á camara o visconde do Rio-Branco, por uma votação brilhante.

O gabinete Ferraz retirou-se antes da abertura das camaras: o resultado da eleição annunciava-lhe uma maioria fraca e pouco dedicada, accrescendo que as divisões que lavravam em seu seio apressaram a crise final.

## X

O duque, então marquez de Caxias, foi encarregado da nova organização ministerial, que realisou-se no dia 2 de março de 1861, sendo o visconde do Rio-Branco incumbido da pasta da fazenda (16).

O auctor do folheto *Os nossos homens*, referindo-se a esse periodo da vida politica do visconde do Rio-Branco, diz:

„ O Sr. Paranhos nunca havia occupado essa pasta, nem mesmo tinha no parlamento interessado o seu talento nas renhidas discussões sobre a especialidade financeira.

„ Pouco importava isso. O talento do Sr. Paranhos é um talento real. Seu amor ao estudo, sua rara applicação ao trabalho triumpham das maiores difficuldades.

A sua vontade energica, desenvolvida ou instigada pela sua grande ambição, conseguiu de ha muito tyrannisar brillantemente as suas faculdades, e com algumas horas de estudo o Sr. Paranhos habilita-se para tratar de qualquer questão. . . . “

De feito, era no parlamento o *leader* do ministerio de 2 de março.

„ Facil em improvisar (diz o mesmo folheto), habil no manejo dos recursos parlamentares, imperturbavel em meio dos conflictos e traquejado em todos os assumptos de administração, sua resposta é sempre prompta e bem dirigida. Ao espectador que chegava á galeria da camara a primeira figura que naturalmente attrahia a sua attenção era a do Sr. Paranhos. Seu porte é notavel; sua physionomia sympathica; sua presença distincta; seus ademanes cortezes e moderados. Sua fronte larga e expressiva, calva e bem contornada, derrama sobre sua physionomia uma irradiação serena. Seus olhos gazeos e pequenos, despedem raios frouxos, mas frequentes. Seu sorriso estudadamente jovial, tem uma expressão constante de ironia que chega ás vezes a tornar-se impertinente. Cuidadoso em harmonisar seus gestos com a indole de excessiva e calculada moderação que affecta, guarda sempre as apparencias da dignidade. E nem lhe falta certo ar de nobreza que bem condiz com o todo de sua figura. . . . Tenaz no estudo e infatigavel no trabalho, quando é ministro é só ministro. Não se distrahe um momento das suas funcções, e d’ahi vem que nenhum dos chefes o dispensa, porque allivia-lhes o peso dos cuidados. Pensa e pratica por todos elles: é na camara o interprete e o sustentador acerrimo das



medidas dos seus collegas. Habitudo ao papel de mentor, assumio finalmente uma certa superioridade sobre elles e conseguiu fazer-se estimado pelo seu prestimo. Tem o talento de affagar a vaidade de todos elles, tornando-se duplamente estimavel pela modestia com que simula acreditar-se o ultimo entre os seus. “

N'estas palavras evidentemente escriptas com a intenção de produzir effeito, e claramente calculadas com a malicia de malquistar o visconde do Rio-Branco com os seus collegas do gabinete de 2 de março de 1861, anda o erro de envolta com a verdade, como o joio com o trigo.

Não nos cumpre classificar homens eminentes, mas dizendo que o visconde do Rio-Branco é um dos nossos primeiros financeiros, não externamos senão uma convicção que todos quinhoarão recorrendo aos seus luminosos pareceres nas questões d'este ramo importante dos conhecimentos humanos.

Do estudo aturado que o visconde do Rio-Branco fez das nossas finanças n'esse tempo, é prova o sem numero de providencias que tomou, e que se encontram na collecção de leis, esforçando-se por conciliar os interesses do Estado com os dos contribuintes e os do commercio. Conseguiu acalmar, pela intelligencia razoavel que deu á lei de 20 de agosto de 1860, a exacerbação do commercio que começára com a publicação das medidas e regulamentos fiscaes do ministro Ferraz, seu atecessor. Na camara e no senado teve de empenhar-se em ardentes e calorosas discussões.

Graças a uma surpresa de seus adversarios, vio-se o ministerio Caxias forçado a retirar diante de uma votação da Camara em 24 de maio de 1862.

O gabinete que lhe succedeu, presidido pelo conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, durou apenas dias; derrotado por sua vez, foi substituído em 30 de maio pelo do marquez de Olinda, que preparou o terreno para o triumpho definitivo do partido que se denominava progressista, formado, como já dissemos, pela união dos liberaes com uma fracção de conservadores dissidentes.

Por essa epocha, quando se operava a mudança politica com o ministerio de 30 de maio, o visconde do Rio-Branco estava em uma lista triplice de senador pela provincia de Mato-Grosso, e foi escolhido em 26 de Novembro de 1862. Era o mais votado, e só perdeu um voto nos collegios eleitoraes da provincia.

Depois da dissolução da camara temporaria em 1863, alistou-se na opposição, e quando em 1864 reabriu-se o parlamento, as primeiras palavras que proferio na tribuna do senado foram um protesto contra a situação, fazendo-se interprete das queixas dos seus alliados politicos.

Entretanto, mesmo na opposição, foi, como sempre, moderado e cortez nas suas proposições.

Chamamos a attenção para o discurso que pronunciou, n'esse anno, sobre os deveres e serviços do corpo diplomatico.

Este discurso foi, de ordem do então ministro dos negocios estrangeiros, impresso e distribuído em folheto.

Pode-se dizer que é um manual, recommendavel por muitas preciosidades que contém para os que puzerem peito em bem servir o seu paiz no estrangeiro, e que fará com os exclusivos e essencialidades, quer da sciencia em que estas propriamente residem, quer do talento

superior que as assignala, muito bom sustento para jovens e inexperientes diplomatas.

Lamartine, no seu projecto de reforma do corpo diplomatico francez, disse: — „ Quando um sacerdote conduz a imagem de Deus, quando um general empunha a espada do paiz, apparecem vestidos com dignidade e esplendor: quando se traz sobre si esculpido o nome da França, é mister apresental-o decentemente, se não puder ser com magnificencia. “

Entre nós, para realisar este *desideratum*, cumpre que a igualdade das intelligencias não seja sophismada perante o poder, que o patronato não paralyse a evolução dos talentos, que a supremacia da opinião publica prevaleça na escolha dos altos funcionarios, e que, finalmente, o verdadeiro merito, a verdadeira superioridade intellectual, não fique prejudicada nem esquecida, tributando-se á incapacidade as recompensas que dimanam, contra os principios do *systema* que nos rege, dos favores e caprichos ministeriaes.

Cumpre que assim seja, para que (citamos de memoria um notavel publicista) se não revele desassombadamente, como a defficiencia das instituições, que melhor traduzam e deixem respirar as aspirações da opinião publica, auxilia a poderosa propaganda, que se insinúa hoje em todas as classes da nossa sociedade com os beneficios da publicidade e da discussão ampla e livre.

## XI

Em dias de novembro de 1864, estando imminente a guerra com o Estado Oriental do Uruguay, foi o visconde do Rio-Branco convidado pelo ministro dos negocios

extrangeiros, o senador João Pedro Dias Vieira, para ir ao Rio da Prata em missão especial.

Os sete artigos do *ultimatum*, intimado pelo conselheiro José Antonio Saraiva, ministro plenipotenciario do Brazil, tinham sido repellidos pelo governo de Montevidéo, o que dera lugar ao começo das represalias. A situação era gravissima, era quasi o de estado de guerra.

Os *blancos*, apesar de não terem podido affastar da campanha o general Flores, que encabeçava a revolução, e que se mantinha com as armas na mão desde 1862, mostravam-se decididos a resistir ás justas reclamações do Brazil, e encontravam algum apoio no corpo diplomatico estrangeiro.

O Paraguay tinha-nos atirado, como um guante de desafio, a nota ameaçadora de 30 de agosto.

O governo imperial recorreu ao visconde do Rio-Branco, não obstante ser elle um dos chefes da opposição parlamentar, militando nas fileiras do partido constitucional ou conservador, que desde 1862 se achava fóra do poder.

A experiencia que o nobre visconde tinha dos negocios do Rio da Prata, adquirida no desempenho de tres commissões diplomaticas junto a esses paizes, aconselharam o ministro a dar esse passo.

O visconde do Rio-Branco não podia, na posição social que occupa, e mais do que tudo, no fôro intimo de sua consciencia, aceitar um mandato, cujos preceitos fossem contrarios ás suas convicções. Ouvio a exposição do ministro de extrangeiros sobre o estado da nossa questão com a Banda Oriental, e essa exposição não alterou o juizo que formava.

O exame da correspondencia reservada confirmou o seu primeiro juizo. A' vista dos documentos que examinou deu ao ministro o seu parecer sobre a politica a seguir-se, e acharam-se de accôrdo.

Redigio dois memorandos, um para o ministro de estrangeiros, e outro para o da guerra, visto que não se tratava só de diplomacia: a acção militar era elemento indispensavel. No primeiro d'esses memorandos ficou formulado o plano das negociacões, que o governo aceitou sem modificações.

As instrucções, dadas pelo ministro de estrangeiros ao visconde do Rio-Branco, — documento que faria honra ás mais celebres chancellarias diplomaticas, foram transumpto do memorandum que, junto ao plano de negociacão mais conveniente, fôra apresentado pelo visconde do Rio-Brancó.

Antes de aceitar o convite do ministerio, consultou o visconde do Rio-Branco á alguns de seus amigos politicos, e foram todos de parecer que não devia recusar a commissão para que fôra convidado.

„ Sempre professei (disse o visconde do Rio-Branco no discurso proferido no senado em 5 de junho de 1865), sempre professei, e ainda hoje professo, que a politica externa não deve estar sujeita ás vicissitudes da politica interna, que deve ter principios traditionaes e pois, communs a todos os partidos; e, seguramente, senhores, desgraçado o paiz que, depois de tantos annos de independencia como conta o Brazil, nem ao menos tenha ainda principios fixos ácerca de sua politica externa com os estados limitrophes. Esta minha opinião parecia-me, e parece-me, incontestavel

em circumstancias como aquellas em que então nos achavamos, imminente uma guerra externa. Ante o inimigo externo, entendo, e entendi sempre, que somos todos amigos e alliados “.....

..... „ Partindo para essa commissão, lembrei-me do celebre dito do marechal de Villars a Luiz XIV, despedindo-se do rei para tomar a direcção de uma campanha. O grande marechal francez disse a Luiz XIV :— „ Senhor, vou combater os inimigos de V. M., e deixo-vos rodeado dos meus. *Si licet parva componere magnis*, eu podera fazer applicação d'estas palavras, que tão certas foram para Villars, mas não o fiz, persuadido de que o ministerio procedia com a mesma boa fé e sinceridade que eu punha em aceitar a commissão honroza para que elle me convidára. “

O visconde do Rio-Branco dirigiu-se para Buenos-Ayres, e logo depois o dictador do Paraguay, realisando as suas ameaças de agosto, rompia as hostilidades com a apprehensão do vapor *Marquez de Olinda*.

Aceitando a luva que lhe atirou o dictador Lopez, o governo imperial não fez declaração de guerra nem publicou, como é costume, um manifesto.

O visconde do Rio-Branco foi quem teve esse trabalho, dirigindo ao corpo diplomatico residente em Buenos-Ayres e Montevideo, na qualidade de representante do Brazil, uma circular em que expunha o procedimento do Paraguay em relação ao Brazil. Essa circular-manifesto, documento importantissimo para a historia da guerra, tem data de 26 de janeiro de 1865.

Já anteriormente havia o visconde do Rio-Branco, em 19 de janeiro, expedido ao governo Argentino e ao

corpo diplomatico, uma circular relativa ao Estado Oriental. Foi a nossa declaração e manifesto de guerra.

O conselheiro Zacarias, adversário do visconde do Rio-Branco, disse no senado o seguinte, sobre esse documento: „O nobre ex-plenipotenciario fez muito: a circular-manifesto, por exemplo, honra a sua intelligencia; foi a exposição mais clara e bem deduzida que se fez da questão brasileira com a Banda Oriental, collocando-a sob o seu verdadeiro ponto de vista. Em taes circumstancias um diplomata habil vale bem mil soldados, vale muito, e o nobre ex-enviado, em minha opinião, prestou importantes serviços. “

Os esforços que fez o visconde do Rio-Branco em Buenos-Ayres para obter a alliança Argentina foram inuteis.

O governo argentino, que tinha, já no tempo do conselheiro Saraiva, feito declarações cathegoricas, pretendia tirar todas as vantagens da lucta sem arriscar-se n'ella.

Recusou-se obstinadamente á alliança, tanto durante o tempo da missão do visconde do Rio-Branco, como depois da chegada de seu successor o conselheiro F. Octaviano.

Foi preciso que Lopez invadissem o territorio da republica e aprisionassem em Corrientes os vapores de guerra argentinos *Vinte e cinco de Mayo* e *Guauguay*, ahi estacionados, para que o general Mitre se decidisse á alliança. (17)

Entretanto as represalias contra o governo de Montevideo, com que o governo imperial pretendia chamal-o a um accôrdo amigavel, exasperaram os *blancos*. A nossa esquadra tinha immobilizado o vapor de guerra

Oriental *General Artigas* e perseguido o *Villa del-Salto*, que foi incendiado pela sua tripolação. Pouco depois (outubro) o almirante visconde de Tamandaré declarou bloqueados os portos do Salto e Paysandú, entrando em accôrdo com o general D. Venancio Flores, chefe da revolução, no dia 20 de outubro. Esse acto foi o principio da alliança entre o Brazil e o general Flores. Quando o visconde do Rio-Branco chegou a Buenos-Ayres trocavamos os primeiros tiros, unidos á Flores, contra Paysandú.

A situação no Rio da Prata era a seguinte: neutralidade da parte do governo argentino, quanto á lucta interna e o Estado Oriental; o corpo diplomatico em Montevidéo prevenido contra nós, porque o nosso procedimento, aparentemente ao menos, estava em contradicção com as nossas declarações officiaes; já estávamos ameaçados pelo governo do Paraguay desde a nota de 30 de agosto. Quanto ao Paraguay o governo argentino declarava que só consideraria *casus belli* a violação de seu territorio pelas tropas do dictador. Fôra d'esse caso ficaria tambem neutro entre o Brazil e o Paraguay.

De accôrdo com suas instrucções, o visconde do Rio-Branco tratou de firmar a alliança com o general Flores, reconhecendo-o como belligerante. Isso era indispensavel para legitimar o procedimento que em 20 de outubro tivemos em Santa Luzia, e que não era regular. Depois do primeiro ataque de Paysandú era urgente assim fazer.

O visconde do Rio-Branco reconheceu Flores como belligerante, e declarou a intervenção armada do Brazil,



de combinação com esse general, para pacificar a Republica Oriental. (18)

Ficou assim legitimado o nosso procedimento, e os escrúpulos do corpo consular estrangeiro deixaram de ter razão de ser: não podiam mais dizer que o Brazil combatia ao lado de um rebelde.

O general Flores comprometteo-se a reconhecer, quando no poder, a justiça de todas as nossas reclamações, e que não só reconheceria a justiça do *ultimatum* Saraiva, mas ainda a dos prejuizos da antiga guerra civil.

Assegurou mais, que a alliança da Republica Oriental com o Brazil se faria, e seria um empenho de honra para elle.

Tudo isso ficou ajustado nas notas reversaes de 28 e 31 de janeiro.

Depois d'esses acontecimentos marchou o nosso exercito, unido ao de Flores, para Montevidéo.

O governo argentino fez uma tentativa de mediação, que o visconde do Rio-Branco felizmente desviou, ponderando ao general Mitre que não havia transacção possivel com o governo de Aguirre; que qualquer solução que deixasse subsistir semelhante governo não podia ser aceita pelo Brazil. O general Mitre reconheceu então que o caso não era de transacção. Apesar d'isso, e apesar da recusa formal de Aguirre, que declarou positivamente não aceitar a mediação argentina, o general não perdeu as esperanças, e esteve sempre prompto a acudir com a sua mediação.

O governo de Aguirre, depois que se pronunciou mais a nossa intervenção, enfureceu-se a ponto de praticar os maiores desatinos. Foram queimados na praça

publica os tratados celebrados com o Brazil; grupos de energumenos arrastaram pelas ruas uma bandeira imperial; o caudilho Munoz partio contra a nossa fronteira do Jaguarão.

O governo imperial tinha noticia de tudo isso pelas communicacões do visconde do Rio-Branco, pelos jornaes, cartas, etc., mas não deu sobre essas occurrencias instrucções supplementares ao chefe da missão especial do Brazil. Este facto é importante, e deve ser notado, porque mais tarde a supposta defficiencia do convenio de 20 de fevereiro teve origem no esquecimento, segundo se disse, das instrucções do governo sobre esses successos. Não teve o visconde do Rio-Branco instrucções supplementares, e os despachos do ministerio não davam a entender o que pretenderam depois os ministros. Em 22 de dezembro dizia o ministro dos negocios estrangeiros: — „Urge desembaraçarmo-nos das operações militares do Uruguay, afim de empregarmos a nossa acção contra o Paraguay. “ Em 7 de janeiro dizia: — „Quanto á republica Oriental do Uruguay, refiro-me ás instrucções que levou V. Ex. d'esta côrte, e ás minhas ultimas communicacões depois que chegou V. Ex. ao theatro dos acontecimentos; não podendo nem devendo o governo imperial dar-se por satisfeito *emquanto não forem attendidos todos os interesses do imperio* (evidentemente isto se refere ás reclamações que motivaram a guerra), desprezados e vilipendiados pelo actual governo de Montevidéo e anteriores administrações. *Não devem ser esquecidos os ultimos successos n'aquella praça*, rompendo tão descommunalmente por todos os compromissos solemnes da Republica para com o Imperio. “

Sobre a queima dos tratados o governo respondeu em 10 de janeiro que *ficava inteirado* do occorrido. Sobre os prisioneiros de Paysandú que o almirante Tamandaré soltára, e que, como se sabe, foram augmentar o numero dos defensores de Montevidéo, o mesmo ministro dos negocios estrangeiros disse apenas o seguinte, em officio de 22 de janeiro: — „ O governo imperial não póde deixar tambem de censurar que se houvesse dado plena liberdade a um tão avultado numero de officiaes prisioneiros, e que iriam naturalmente augmentar o numero dos nossos inimigos em Montevidéo. Cumpria que fossem tratados com a benevolencia que nos caracteriza, mas como prisioneiros, emquanto durasse a luta. “ Nada mais.

Em 7 de janeiro dizia ainda o Sr. Dias Vieira: — „ No meu conceito é fóra de duvida que *o interesse do Imperio, no desenlace da questão oriental é que fosse triumphante a causa do general Flores, nosso alliado. . . . Se pudermos dispensar o bombardeamento de Montevidéo, ainda com algum sacrificio, melhor será, para evitarmos duvidas com os almirantes estrangeiros. “*

De tudo o que fica dito pode-se concluir que o ministro dos negocios estrangeiros julgava urgente que se terminasse a questão Oriental, receiando complicações externas e o auxilio do Paraguay, accrescentando que só em ultimo caso deviamos bombardear Montevidéo, e que, se podessemos, deviamos evitar esse recurso extremo, ainda com algum sacrificio.

Segundo a correspondencia d'esse ministro, que extractamos, e segundo as instrucções que tinha o visconde do Rio-Branco, o que desejava o governo imperial era

que o general Flores fosse constituido como presidente da republica, ligando-se ao Brasil contra o Paraguay, e satisfazendo as nossas reclamações anteriores á guerra,

Quanto á invasão de Munoz, e os attentados que segundo se disse, suas tropas praticaram no Jaguarão, nem uma palavra escreveu o governo ao visconde do Rio-Branco.

Depois de haver tomado Paysandú, o exercito brasileiro, ao mando do general barão de S. Gabriel, achava-se em frente a Montevidéo, onde os *blancos* em numero de 4000 homens, com 40 peças de artilheria, mostravam-se dispostos a resistir obstinadamente. Além das obras de defeza que construíram, consistindo em trincheiras, fossos, minas, etc., tinham os *blancos* estabelecido em varios pontos do interior da cidade depositos de polvora, para produzirem explosões á medida que fossem recuando das posições mais avançadas.

As forças de que então dispunhamos eram diminutas e insufficientes para o assalto, como declararam os generaes barão de S. Gabriel, commandante em chefe, e Ozorio, marquez do Herval. Quando invadimos o Estado Oriental e atacamos Paysandú tinhamos 5711 praças, não fallando na força irregular ao mando do general Netto, e que não excedeu a 1500. A força de infantaria era de 1695 praças; a de artilheria de 198, incluídos os officiaes. Não tinhamos artilheria de bater praças; a nossa artilheria a *Lahitte* era de calibre 4 e a de *Paichans* de calibre 6. A força do nosso exercito no dia 20 de Fevereiro era de 8116 praças de todas as classes, comprehendidas n'este numero 1228 que chegaram no dia 16 d'aquelle mez. As praças de pret infan-

teria e artilheria não excediam de 4498, quando em Montevideo, e atraz de fortificações respeitaveis, havia como dissemos 4000 homens.

A irritação e o delirio dos defensores de Montevideo era tal que não fazia prever uma solução pacifica. O visconde do Rio-Branco acreditava que só pelas armas chegariamos a submeter a praça, e por isso escrevia constantemente ao governo e á presidencia do Rio Grande do Sul, pedindo com urgencia novos reforços.

Em taes circumstancias foi elle chamado em principios de fevereiro pelo almirante Tamandaré, para ouvir as proposições de paz que se julgaavam muito proximas.

O visconde do Rio-Branco dirigio-se ao nosso acampamento e estabeleceu-se na villa de la Union. (19) O bloqueio não existia ainda, porque o nosso almirante, de motu proprio, foi concedendo prorogações de prazo, e o sitio não se tinha estreitado pelo lado de terra. O barão de S. Gabriel declarou que não o estreitaria enquanto o exercito não estivesse preparado para o ataque.

Achava-se o visconde do Rio-Branco na villa da Union, em companhia do almirante visconde de Tamandaré, do general barão de S. Gabriel e do general Flores, quando em 16 de fevereiro recebeu uma carta do ministro italiano, Raphael Ulysses de Barbolani, fallando-lhe em proposições de paz e pedindo-lhe uma entrevista a bordo de um navio neutro. Depois de ouvir aos nossos chefes militares e ao general Flores, o visconde do Rio-Branco respondeu sem mostrar sofreguidão por evitar o ataque de Montevideo.

„ Sinto (respondeu o visconde do Rio-Branco) não

poder prestar-me aos desejos de V. Ex. nos termos precisos que me prescreve.

„ V. Ex. não me diz por quem se acha encarregado das communicações a que allude; e eu ignoro tambem as mudanças que se operaram em Montevideo, e o caracter que ellas podem ter com relação ao estado de guerra em que se acha o Brazil com o governo de Montevideo.

„ As declarações officiaes do meu governo não podiam ser mais francas, nem os motivos mais graves, nem os seus legitimos propositos mais explicitos.

„ O Brazil faz hoje a guerra a seu inimigo, em alliança com o illustre general Flores, que representa grande maioria da nação oriental. V. Ex., não attendendo a esta importante consideração, parece prescindir do concurso d'aquelle general, no momento em que nos solicita uma suspensão de todo o acto de hostilidade.

„ V. Ex., representante de uma nação amiga do Brazil, exclue para nossa entrevista, assim o territorio brasileiro, representado por qualquer de nossos navios de guerra, como aquelle em que se acha esta legação.

„ Espero que V. Ex. ha de reconhecer que eu não posso, em taes circumstancias, prometter-lhe uma suspensão de hostilidades, comquanto saiba que os generaes das forças alliadas não projectam usar das suas armas de hoje para amanhã.

„ A entrevista com que V. Ex. me quer honrar póde entretanto verificar-se; mas eu devo rogar a V. Ex. que se digne vir á minha residencia na villa da Union, para onde V. Ex. poderia dirigir-se, acompanhado por um

piquete do exercito imperial, que eu poria á sua disposição. . . . “

O ministro italiano respondeu no dia 17 :

„ Sinto extremamente que por causa da precipitação com que escrevi a carta que tive a honra de dirigir a V. Ex. em data de hontem, e de que nem mesmo guardei copia, não tivesse explicado bem as minhas intenções.

„ Acreditava que V. Ex. sabia da cessação do governo do Sr. Aguirre e da nomeação do Sr. Villalba, o que tem uma significação muito importante nas actuaes circumstancias.

„ As communicações que terei a honra de fazer a V. Ex. são por parte do Sr. Villalba e dos meus collegas do corpo diplomatico.

„ Não podia estar nas minhas intenções fazer abstracção do Sr. general Flores, pois que elle deve ser parte essencial nas negociações, e meu primeiro cuidado teria sido pedir a sua intervenção desde a nossa primeira entrevista. Representante de uma potencia amiga do Brazil, e guardando as melhores recordações da minha residencia no Rio de Janeiro, não era por mim que eu teria desejado encontrar-me com V. Ex. em um terreno neutro. Era sómente por consideração por este governo junto do qual estou acreditado, e que está infelizmente em estado de guerra com o governo de S. M. o Imperador.

„ Todavia aceito com prazer o amavel convite de V. Ex., e a 1 hora pôr-me-hei a caminho para a villa da Union. “

O Sr. Barbolani fez ao visconde do Rio-Branco as seguintes aberturas, participando as disposições paci-

ficas em que se achava o Sr. Villalba: declarou que o novo presidente de Montevideo desejava evitar uma effusão de sangue em seu paiz, e as calamidades de que a capital da republica se achava ameaçada; que desejava abrir as portas da cidade a seus sitiadores, uma vez que honrassem este seu procedimento. Declarou, porém, que o Sr. Villalba esperava ser reconhecido como governo legal da republica pelo Brazil e pelo general Flóres, e que esta deveria ser a base da primeira solução pacifica. O visconde do Rio-Branco declaron terminantemente que sobre semelhante base não havia accôrdo possivel.

No dia seguinte Villalba enviou dous commissarios, que foram manifestar as suas vistas e sondar as disposições dos alliados.

O visconde do Rio-Branco declarou-lhes igualmente que não era possivel reconhecer-se o Sr. Villalba como presidente legal da republica, não porque sua pessoa não fosse digna de toda a consideração, mas porque sua eleição tinha uma origem viciosa e elle era governo de facto, como o general Flores, e nós estavamos na posição de vencedores e não de vencidos; que o reconhecimento do Sr. Villalba pareceria a todos um triumpho do partido *blanco*.

Depois d'essas aberturas confidenciaes, enviou o Sr. Villalba outro commissario, o Dr. Manoel Herrera y Obes, munido de instrucções para chegar a um accôrdo com o general Flores e com o representante do Brazil.

Das conferencias que então tiveram lugar rasultou o convenio de 20 de fevereiro.

Uma das questões sobre que havia seriamente medi-



tado o visconde do Rio-Branco era sobre a forma do accôrdo que se ia celebrar. E como alguns dos seus adversarios censuraram-n'o pelo alvitre que tomou, julgamos dever reproduzir textualmente o que o nosso diplomata disse a tal respeito no senado.

„ ... Quanto á forma, devia eu, como entendem alguns, tratar directamente com o Sr. Villalba, exigindo que a praça de Montevidéo fosse entregue aos generaes brasileiros para ser por estes transferida ao general Flores? ou devia eu tratar com o Sr. Villalba, deixar que o nosso alliado se entendesse com elle, assistindo comtudo a esse accôrdo, afim de que não ficassem prejudicados os compromissos da alliança? São duas opiniões extremas. A 1.<sup>a</sup> não resiste á analyse. Quer ella que tratassemos directamente com o Sr. Villalba, excluindo o general Flores, ou que a praça de Montevidéo nos fosse entregue para que o general Flores a recebesse dos generaes brasileiros. Similhante opinião não é sustentavel.

„ Qual era a posição do general Flores? Era elle o chefe supremo da republica, como tal reconhecido pelo governo imperial; e n'este character contrahio comnosco os compromissos solemnes e importantissimos das notas reversaes de 28 e 31 de janeiro. Essa auctoridade elle a exercia no proprio lugar onde o nosso exercito se achava acampado; era a auctoridade do general Flores que ahi, pelo intermedio do seu chefe politico e outros agentes, velava pela segurança publica, e nos prestava todos os serviços de uma boa hospedagem. Elle não era sómente primeira auctoridade civil e politica da republica, era tambem general alliado, e á frente

do seu exercito estava comnosco sitiando a praça inimiga. Com o sangue brasileiro correu o sangue oriental em Paysandú; forças orientaes marcharam para a nossa fronteira em perseguição de Munoz; a maior parte dos postos avançados da linha dos atiradores em Montevideo eram sustentados pelas forças do general Flores. N'estas condições como poderia eu dizer ao general nosso alliado:— „ Arredai-vos: o Brazil aqui é o unico vencedor; depois que o general brasileiro tomar conta da praça é que esta poderá ser-vos entregue. Similhante procedimento era inadmissivel.

„ Quando haviamos dito solemnemente á nação oriental e ás demais nações, que intervinhamos procedendo de accôrdo com o general Flores, auxiliando-o com os nossos conselhos e as nossas armas para a pacificação da republica; como poderiamos, no desenlace da questão, collocar-o na posição do nosso subordinado, e apeal-o da posição com que o tinhamos reconhecido desde janeiro? E isto só para exigir que o inimigo vencido em Paysandú e Montevideo, se rendesse primeiro aos generaes do Brazil, e estes, fazendo ostentação do nosso triumpho para com o nosso proprio alliado, lhe abrissem as portas da capital, a elle, que era o presidente da republica! E' evidente que tal proceder fôra um erro injustificavel.

„ O que, pois, cabia ao plenipotenciario do Brazil? Deixar que o nosso alliado tratasse só com Villalba, inspeccionar entretanto os ajustes, afim de fiscalisar que não prejudicassem os que tinhamos com aquelle general? Esta opinião tem muito de razoavel; e devo dizer francamente ao senado que, se eu soubesse que

o acto de 20 de fevereiro teria de ser julgado sómente pelo governo imperial e pelos homens que têm pratica dos negocios internacionaes, não duvidaria proceder assim.

„ Assim procedendo, seguiria o exemplo das potencias alliadas contra Napoleão Bonaparte. . . . . Procedendo daquella maneira ainda seguiria o nosso proprio exemplo de 1851 e 1852. . . . . “

O Sr. Herrera y Obes apresentou as bases da negociação. A primeira base, concernente á organização do novo governo, foi regeitada pelo visconde do Rio-Branco; a amnistia que se pedio, foi restringida; a retirada immediata do exercito imperial não foi concedida; a prohibição de fazer-se quaesquer mudanças, que não fossem conformes ás leis vigentes, nos tribunaes e repartições publicas, tambem não foi aceita, e isso em vista da necessidade, por algum tempo, de um poder dictatorial capaz de satisfazer ás exigencias supremas da ordem publica, nas circumstancias excepcionaes em que se achava a republica, e ás reclamações brazileiras, que entendiam com militares e com membros do supremo tribunal de justiça.

No dia 19 de fevereiro á noite estava concluida a negociação. O visconde do Rio-Branco havia convidado o almirante visconde de Tamandaré e o general barão de S. Gabriel para assistirem ás conferencias. O visconde de Tamandaré provocou então, na presença do general Flores e do commissario do Sr. Villalba, um conflicto de jurisdicção. Declarou que o competente para tratar da negociação era elle.

Desde a chegada do visconde do Rio-Branco ao Rio

da Prata começaram os entusiastas da guerra a pro-  
palar que a missão do diplomata brasileiro era obter  
uma solução pacifica, evitando a guerra. Tal pensamento  
não tinha nem podia ter o visconde do Rio-Branco, que  
bem sabia o estado das cousas e conhecia que era che-  
gado o momento de fallar o canhão. O visconde de  
Tamandaré deixou-se impressionar por esses boatos, e  
pelos conselhos de alguns amigos que procuraram con-  
vencê-lo de que a vinda de um diplomata era uma  
offensa á sua auctoridade.

Foi por isso que o almirante, apenas teve noticia da  
proxima chegada da missão especial, seguiu a atacar  
Paysandú, em dezembro, tendo apenas 400 homens de  
desembarque, e essa praça 1,400 defensores.

Declarando, na conferencia alludida, o nosso almi-  
rante que era elle o competente para tratar, o visconde  
do Rio-Branco, com a prudencia que lhe é habitual,  
e depois de fazer algumas reflexões, mostrou-lhe os  
seus plenos poderes, com o que deu-se por convencido  
o nosso digno e honrado almirante, declarando que já  
não se queixava d'elle, mas sim do governo imperial.

N'esta scena desagradavel, o procedimento delicado  
do visconde do Rio-Branco foi mais longe, porque  
acrescentou : — „ Se V. Ex. declara não estar pelo que  
eu fizer, entrego-lhe a negociação, porque n'este caso  
minha responsabilidade ficará salva. Eu tenho a respon-  
sabilidade, não posso declinal-a, salvo se V. Ex. disser  
que não está pelo que eu fizer. “

O almirante declarou que não, e que, á vista dos  
plenos poderes, estava convencido de que ao visconde  
do Rio-Branco competia dirigir a negociação.

O pensamento do almirante, que elle manifestou n'essa conferencia, e em todos os seus officios ao governo, era que o general Flôres fosse o presidente da republica, que cahisse Aguirre e o partido *blanco*, e que se permittisse aos mais influentes da facção entrincheirada em Montevidéo, inclusivamente os prisioneiros de Paysandú, a retirada por algum tempo do paiz, como consta de sua carta dirigida ao visconde do Rio-Branco em 8 de fevereiro, e officio de 16 do mesmo mez ao ministro dos negocios estrangeiros.

Tudo isto se fez, e o almirante achou o accôrdo o melhor possivel, lembrando até, com o nosso general em chefe, que, sendo o dia 20 de fevereiro anniversario da batalha de Ituzaingo, devia adiar-se para então a assignatura do convenio.

Quando se espalhou a noticia da celebração do convenio, ondas de povo de Montevidéo vieram á villa da Union, cumprimentar os allidos. O almirante e o general em chefe estavam com o visconde do Rio-Branco e o general Flores, recebendo as manifestações publicas, que se traduziam em explosões de um grande regosijo nacional.

No dia 23 de Fevereiro entrava o exercito alliado em Montevidéo, que se empavesára de bandeiras e cobrira de flores as suas ruas.

O almirante tinha ido para bordo.

Ahi, as observações de algumas pessoas que o cercavam, turvaram-lhe o espirito.

Tinha-se ajustado que, logo que os allidos entrassem na capital, uma salva de 21 tiros saudasse a bandeira brasileira. O almirante mandou declarar que não com-

municava com a terra, porque não tinha havido ainda a salva estipulada. Isso fez com que o general Flores apressasse essa demonstração.

O entusiasmo dos brasileiros e estrangeiros em Montevideo era immenso. O commandante em chefe do nosso exercito, na ordem do dia que publicou, disse:

„ As nossas reclamações serão satisfeitas; a amnistia concedida pelo illustre general Flores não comprehende os roubos, assassinatos e outros crimes communs, pelos quaes antes e durante a guerra se assinalaram alguns dos ferozes sequazes do partido vencido. Taes crimes serão punidos, porque a moral, a civilisação e a justiça assim o reclamam.

„ As armas e a diplomacia brasileira não podiam ser mais felizes, nem mais generosas em seo triumpho. O Brazil inteiro o ha de reconhecer e applaudir. “

Com effeito haviamos alcançado tudo quanto se podia desejar, obtendo todas as satisfações exigidas não só pelo *ultimatum* de 4 de agosto, como as que se deviam exigir depois pelos excessos praticados pelo governo de Aguirre em Montevideo. Fomos além: obtivemos até indemnisação pelos prejuizos da antiga guerra civil. Os nossos inimigos fugiam espavoridos; o governo que nos insultára, cahira; o nosso alliado estava no poder; e a Republica Oriental declarava guerra ao Paraguay, unindo-se ao Brazil.

Quando a noticia chegou á côrte excitou grande entusiasmo. Mas o visconde do Rio-Branco tinha, como todos os homens que se elevam, muitos inimigos. Expondo a situação das cousas no Rio da Prata, havia elle escripto ao governo declarando que em sua opinião

deviam ser nomeados o duque de Caxias commandante em chefe do exercito (o barão de S. Gabriel, enfermo, ia retirar-se, como se retirou) e o visconde de Inhaúma commandante em chefe da esquadra.

Ora, esses dous distinctos generaes pertenciam ao partido conservador, e o governo suppoz que o nosso diplomata não se guiava por sentimentos de patriotismo, mas sim pelo espirito de partido.

O enthusiasmo pela guerra era grande na capital do Imperio ; e depois de tantos annos de paz, e da questão ingleza, que ferira tão profundamente as nossas susceptibilidades nacionaes, todos se deixaram tocar d'elle.

Alguns dos mais exaltados adversarios politicos do visconde do Rio-Branco, que viram com máos olhos a sua nomeação, e a gloria que estava adquirindo, exploraram habilmente as paixões populares, fizeram circular os mais absurdos boatos, declararam deshonrosa a solução porque se não tinha tomado de assalto a praça, e o governo deixou-se arrastar por essas influencias, e por algumas cartas que recebêra do theatro dos acontecimentos.

Sem esperar explicações do nosso diplomata, sem ler reflectidamente os officios que recebêra, sem pesar as consequencias do seu acto, o governo na tarde do dia 3 de março demittio o diplomata brasileiro.

No dia seguinte o *Diario Official* publicou o seguinte:  
„ . . . . . O accôrdo não attendeu quanto cumpria ás considerações que fizemos. Comtudo o governo imperial resolveu dispensar da missão diplomatica que lhe estava confiada o conselheiro Paranhos. “

A surpresa foi geral, e a população, diante de um acto

d'esses, começou a acreditar que o visconde do Rio-Branco havia sacrificado a dignidade do paiz. Ao mesmo tempo um sem numero de artigos appareceu nos jornaes, adulterando os factos, tornando até responsavel o visconde do Rio-Branco por actos que não eram seus, como, por exemplo, a não effectividade de bloqueio do porto de Montevidéo, que o almirante fôra adiando, e o que é ainda peor, propalando que os attentados de Munoz e Aparicio ficavam impunes pelo convenio de 20 de fevereiro etc. etc.

Felizmente em poucos dias a reacção appareceu, e grande numero de artigos sahiram á luz, profligando a leviandade do governo e defendendo o acto de 20 de fevereiro.

*Epaminondas* (pseudonimo de um distinctissimo litterato) foi o primeiro a tomar campo em defeza da victima do governo imperial, e, brandindo possante massa, pulverizou um a um todos os argumentos que a inveja e a má vontade haviam suggerido aos inimigos do visconde do Rio-Branco. Esse notavel escripto, que revela profundo conhecimento das nossas questões no Rio da Prata, produziu grande sensação, e iniciou a obra da justificação que mais tarde o negociador do convenio rematou brilhantemente no senado.

As accusações feitas pelo governo ao convenio foram umas desmentidas pelo tempo e outras refutadas pelos documentos officiaes existentes.

Eram ellas :

1.<sup>a</sup>— *Os attentados de Munoz e Aparicio não estavam comprehendidos no convenio.* A resposta a essa accusação está n'este documento :



„ Ministerio dos negocios estrangeiros. Montevidéo, 12 de março de 1865. Senhor ministro.—Submettidas á consideração do governo provisório as manifestações que V. Ex. servio-se fazer-me, relativas ao procedimento de D. Basilio Munoz, S. Ex. o Sr. Governador, apesar de ter já dado suas ordens afim de que aquelle individuo fosse trazido a esta cidade, para responder sobre os factos que se lhe imputam, attendendo aos novos desejos manifestados por V. Ex., renova n'esta data as ditas ordens, mostrando assim a sinceridade com que quer satisfazer as justas reclamações de V. Ex., sem embargo de que os factos que parecem condemnar o dito Munoz tiveram lugar em territorio brasileiro, e por conseguinte fóra da jurisdicção da republica, etc. etc. Saúdo a V. Ex. etc.—Exm. Sr. conselheiro J. M. da Silva Paranhos, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brazil.—(assignado) *Carlos de Castro.* “

Quando chegou a noticia da demissão do ministro do Brazil, o ministro de estrangeiros da republica dirigio ao ministro de estrangeiros do imperio a nota de 14 de Março em que declarava terminantemente que esses attentados estavam comprehendidos no art. 2.º do convenio, declarando que já se tinha, em consequencia da reclamação do visconde do Rio-Branco, expedido ordens para a captura de Munoz, afim de serem esclarecidos os factos que se lhes imputavam, e tornar-se effectivo o castigo que merecesse.

Competia, porém, ás auctoridades brasileiras apresentar os documentos necessarios. Um officio do presidente do Rio Grande do Sul, unico documento sobre a

questão, fallava apenas da apprehensão de escravos e cavallos; não fallava de violações de familias. Estes ultimos attentados eram os que mereciam punição; aquelles só poderiam ser objecto de indemnisação.

Cumpria, pois, ao governo imperial demonstrar a existencia d'esses ultimos factos, e Munoz e Aparicio seriam punidos.

2.<sup>a</sup>—*Não serem punidos os prisioneiros de Paysandú que haviam dado palavra de não retomar as armas contra o Brazil durante a guerra.* Em primeiro lugar elles nunca deram palavra: o general Flores auctorisou o visconde do Rio-Branco a fazer essa declaração; em segundo lugar não deviamos ser menos generosos depois da paz do que durante a guerra. Em Paysandú, onde a bandeira brazileira servio de tapete, onde andaram expostas as cabeças decepadas dos nossos soldados, pôde-se dar liberdade aos prisioneiros, porque razão não se poderia fazer o mesmo em Montevideo? Não tendo elles dado palavra em Paysandú, não podiam fazer uma excepção á amnistia geral.

3.<sup>a</sup>—*Ficar impune a offensa feita á bandeira brazileira nas ruas de Montevideo.* O visconde do Rio-Branco demonstrou, com principios geralmente aceitos, que isso fôra uma offensa, mas uma acção vil, ignobil e nojenta, ultimos arrancos de uma colera impotente.

Entretanto, já em homenagem aos legitimos resentimentos nacionaes, já na previsão das côres que a malevolencia poderia emprestar ao facto em questão, *não ficou elle impune.*

Houve uma salva de 21 tiros ao symbolo da nossa nacionalidade, dada com aquelle motivo, pelo governo

provisorio, e os principaes auctores da alludida bacchanal, conforme se estipulára em protocollo reservado, foram obrigados a sahir para fóra do paiz, ficando inhibidos de regressarem ao solo natal, emquanto outra cousa não fosse ajustada entre o governo imperial e o da republica.

Quanto á forma do acto de 20 de fevereiro, pôde-se ver, além do extracto que acima deixamos, os discursos pronunciados no senado pelo visconde do Rio-Branco e o seu folheto publicado em 1865. Não era possivel deixar de fazer distincção entre a questão interna e a externa. Na interna não podiamos intervir directamente, porque, sendo nosso empenho collocar o general Flores no governo, não podiamos fazê-lo sem violar os tratados existentes, provocando a intervenção do governo de Buenos-Ayres.

O tempo veio justificar o visconde do Rio-Branco. Se o desenlace da questão oriental não fosse tão prompto o que succederia? Lopez teria penetrado no Rio-Grande, cahindo sobre o Estado Oriental e collocando entre dous fogos o nosso pequeno exercito, que então só tinha 7,000 praças: Entre-Rios e Corrientes se declarariam por elle. Não poderá duvidar do que avançamos, quem sabe que quatro mezes depois atreveu-se elle a penetrar no Rio-Grande do Sul, e quem se lembra das hesitações de Urquiza e da protecção que o Paraguay encontrou em Entre-Rios e Corrientes.

A queda de Montevideo desorientou Lopez, e desorganizou o plano que havia delineado. Que elle pretendia mandar 20,000 homens em auxilio de Montevideo não resta a menor duvida, depois das declarações feitas por

prisioneiros paraguayos que merecem credito. Além d'isso o Sr. Lettson, ex-ministro da Inglaterra em Montenídeo, assim assegurou ao seu governo em um despacho que por ahi corre impresso.

Julgamos ter dito quanto basta sobre o convenio de 20 de fevereiro, que é uma questão muito recente e muito conhecida. Só accrescentaremos que o acto brutal do ministerio de 31 de agosto, destituindo o visconde do Rio-Branco, attrahio muitas sympathias e foi mais util ao nobre e honrado estadista, do que se o governo houvesse approvado inteiramente o seu procedimento.

As manifestações que o visconde do Rio-Branco recebeu dentro e fóra do paiz, attestam que esses que accusaram a sua obra como homem não puderam ultrajar o seu nome como politico.

Não ha expressões com que se possa pintar a surpresa e o pasmo de que foi tomado o visconde do Rio-Branco, ao receber a noticia da sua demissão, no laconico despacho ministerial de 3 de março de 1865.

N'esse dia (14 de março) preparava-se o ministro do Brazil para festejar dignamente o anniversario natalicio da nossa virtuosa imperatriz, a mais querida e respeitada de todas as soberanas do universo.

A tremenda noticia em nada alterou a festa preparada.

Um sumptuoso banquete, poucas horas depois, reunia os primeiros funcionarios da republica, o corpo diplomatico e almirantes estrangeiros, alguns subditos brasileiros e pessoas notaveis da sociedade oriental.

Durante essa festa, os convivas, que não ignoravam o golpe recebido pelo visconde do Rio-Branco, admiravam

a calma e a serenidade do ministro decahido, e o jubilo com que entoou uma entusiastica saudação, fazendo votos pela preciosa existencia da Imperatriz do Brazil, a extremosa mãe de todos os brazileiros.

N'essa noite houve calorosas manifestações do povo de Montevidéo em favor do ex-representante do Brazil. Grandes grupos de cidadãos orientaes e estrangeiros vieram por differentes vezes á frente da casa de sua residencia, com musicas, archotes e bandeiras, soltar estrondosos vivas ao digno cidadão Paranhos.

A dor suprema e augusta do cidadão, quando o governo de seu paiz, por quem prodigalisára o melhor do seu talento, o desfeiteava na terra estrangeira, está eloquentemente expressa na carta que o visconde do Rio-Branco dirigio de Montevidéo a seus compatriotas. (20)

Entre as demonstrações de sympathia que não faltaram ao ex-ministro, cumpre não esquecer o brinde que no banquete de 14 de março fez o bravo general Osorio, dizendo-lhe que tivesse confiança no bom senso de seus compatriotas, porque o Brazil inteiro havia de applaudir o acto de 20 de fevereiro.

Não foi menos significativa a manifestação do nosso brioso exercito, que, no honroso desenlace da questão pelo convenio de paz, via satisfeitos os seus generosos impulsos, a sua repugnancia em bombardear uma cidade commercial, cheia de estrangeiros indefesos, que não podiam ser de modo algum responsaveis pelas violencias do governo *blanco*.

A nota do ministro das relações exteriores da Republica Oriental, a carta do presidente Mitre e a do ge-

neral Flores, a do Dr. Rufino de Elizalde, ministro das relações exteriores da Republica Argentina, a do almirante francez Chaigneau e a de D. Andrés Lamas, dirigidas ao visconde do Rio-Branco, lamentando o rigor d'essa repentina exoneração, que lhes causou sincero pezar, sem permittirem-se formar juizo sobre ella, importaram na mais grave censura e aspera reprehensão ao nosso governo, porque attribuiram-n'a a motivos inexplicaveis, se não inconfessaveis.

Estamos convencidos de que se outro, que não um estadista de fino quilate, e o que é ainda melhor, rico de sympathias no Rio da Prata, como é o conselheiro Octaviano, se outro diplomata, dizemos, tivesse ido substituir o visconde do Rio-Branco, e explicar o deploravel procedimento do governo brasileiro, seguir-se-hia talvez um rompimento das relações entre o Brazil e as republicas rio-plantinas, não obstante o apoio que o general Flores esperava de nossa parte para sustentar-se no poder, não obstante a alliança que o general Mitre desejava com o Brazil, para expellir de Corrientes as hordas paraguayas e embargar o passo da esquadra de Lopez nas aguas do Paraná.

Antes de retirar-se para o Brazil, julgou o visconde do Rio-Branco que era do seu dever ir despedir-se do governo argentino, junto ao qual estava regular e solemnemente acreditado. Teve, porém, de fazê-lo em particular, porque o governo do seu paiz, contra todos os estylos, e como que atirando-lhe dureza sobre dureza, não se dignára de mandar-lhe a carta revocatoria com o decreto de demissão.

Já em Montevidéo dera-se o mesmo factó; sendo,

porém, o nosso consul geral encarregado pelo governo imperial de annunciar ao governo da republica a destituição do ministro brasileiro, o que ficava explicado, por isso que o visconde do Rio-Branco ainda não apresentára a sua carta credencial ao governo provisório. Mas em Buenos-Ayres por que foi? como se explica? *Dicant Paduani!*

Cumpridos esses deveres de cortezia para com os dous governos, ou o que alli quer dizer o mesmo, para com os dous paizes, onde tantas provas mereceu de consideração e sympathia, quer no seu character official, quer na convivencia da vida privada, recolheu-se á côrte o illustre diplomata.

Decidido a apresentar uma completa justificação dos seus actos, não quiz discutir pela imprensa, que impõe as mais das vezes um trabalho sobre posse, e onde, além d'isso, não caberia a exhibição de um sem numero de documentos que completariam sua defesa. Esperou portanto a abertura das sessões do senado, o que verificou-se dentro de um mez.

Aberto o senado, vio-se entre os seus pares, entre aquelles a quem a nossa carta politica designou como seus legitimos juizes, e ahi na discussão da falla do throno, em sessão de 5 de Junho de 1865, produziu uma brilhante defesa dos seus actos, pronunciando um discurso que durou oito horas, ouvido todo com respeitosa attenção e profundo silencio.

E' escusado dizer que a sua justificação sahio á luz dos debates tão clara, evidente e completa, quanto a presumira já o paiz, e a esperava o numeroso publico que mal cabia nas galerias do senado.

No fim d'este seu memoravel discurso, o visconde do Rio-Branco, absolvido pelos applausos quasi unanimes dos nossos venerandos legisladores, sahia do senado e era sorprendido por uma verdadeira ovação do povo que o esperava na rua.

As felicitações de varias camaras municipaes, a penna de honra que lhe foi offerecida pelos constitucionaes de Pernambuco, e outras demonstrações de sympathia que recebeu, são titulos preciosos que não prejudicam por mais que abundem n'este ponto. (21)

Assim vale a pena empallidecer o rosto nas vigalias, ver na fronte aprofundadas as rugas do soffrimento, que afinal luzem raios de gloria que coroam a cabeça calva e despovoada, que illuminam o rosto desconsolado e triste, mas saudado com religioso respeito por uma população inteira.

Concluiremos este capitulo em duas palavras. O visconde do Rio-Branco, commetteu um erro n'esta sua curta missão diplomatica: não contou com o ciume da rivalidade que solicita os desastres, nem com o interesse partidario que conspira para mallograr as empresas.

## XII

Durante os annos de 1865 a 1868 continuou sempre em opposição no senado.

O espirito partidario é como o ar dos *esteros* paraguayos, envenena as mais robustas organizações, cresta a mais viçosa vegetação.

O visconde do Rio-Branco nunca teve esse espirito, e nunca foi d'esses opposicionistas que, incapazes de



discutir com calma as grandes questões, recorrem aos ataques pessoais e ás invectivas, que as mais das vezes, no nosso parlamento, constituem menos uma censura do que insolentes e embravecidas verrinas. Sempre cortez na tribuna, seus discursos e conselhos eram ouvidos com attenção pelo proprio governo.

A grande questão que preoccupava o espirito publico no periodo de que nos occupamos era a guerra do Paraguay, guerra gigantesca, que a frivolidade e ignorancia de alguns noviços politicos havia considerado tão facil.

O visconde do Rio-Branco, destituído em março de 1865, quando acabava de prestar um serviço assignado á sua patria, appellou para o tempo, e o tempo encarregou-se de justificar-o plenamente.

Como se não bastasse a reacção que appareceu em todo o paiz, e o applauso com que foi acolhida a sua justificação no senado, vieram os successos de Uruguayana, em que figuraram no primeiro plano alguns dos seus principaes censores, dar novo brilho á convenção de paz de 20 de fevereiro. (22)

N'este ponto limitamo-nos a dizer que não sabemos como qualificar a convenção de 18 de setembro, feita diante da Uruguayana, occupada pelos paraguayos, admittindo a hypóthese de ter sido um crime a celebrada em de 20 fevereiro, em frente a Montevidéo, occupado pelo partido *blanco*.

As duas nomeações que o nobre visconde lembrára foram levadas a effeito: o duque de Caxias e o visconde de Inhaúma, apesar de membros da opposição, partiram para o theatro da guerra, porque o partido dominante

acabou por convencer-se de que o pleito de honra em que estavamos empenhados era uma questão nacional, e não uma questão de partidos.

Durante todo esse tempo o visconde do Rio-Branco, como dissemos, era o mais assiduo na tribuna do senado, ou nas reuniões do conselho de estado, para o qual fôra nomeado em 1866, pelos seus proprios adversarios.

O gabinete de 3 de agosto de 1866, presidido pelo distincto orador conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, foi o ultimo da situação inaugurada em 1862, e que teve de medir-se com uma numerosa opposição pelo fraccionamento do partido liberal.

As difficuldades eram grandes. O nosso estado financeiro não podia ser peor, e o paiz a braços com a guerra do Paraguay ia desesperando de vê-la concluida com a queda do dictador Lopez.

A opinião voltava-se anciosa para os estadistas conservadores. Em seis annos de dominio o partido liberal não havia podido realisar uma só das reformas por que tinha combatido na opposição, e offerecêra apenas o espectaculo das discordias intestinas.

Foi n'essas circumstancias que o gabinete Zacarias resignou o poder, sendo chamado para organizar novo gabinete o venerando visconde de Itaborahy, que ao chegar da Europa incorporára-se no senado á valente opposição de que faziam parte o visconde do Rio-Branco, e os barões de Cotegipe, de S. Lourenço e de Muritiba.

A primeira pessoa a quem se dirigio o illustre visconde de Itaborahy foi ao visconde do Rio-Branco.

Organisou-se então o gabinete de 16 de julho de 1868. (23)

A ascensão do partido conservador, e a noticia da organização d'esse gabinete, de que faziam parte homens em cujos talentos e experiencia o paiz confiava, foi saudada com sympathia pela população da côrte e das provincias. E' na opposição que os partidos se recompoem e retemperam suas forças. O partido conservador levantou-se com um vigor e uma unidade de acção de que a nossa historia politica offerece poucos exemplos.

A camara dos deputados recusou ao novo gabinete todos os meios de governo, apesar dos esforços que fizeram os viscondes de Itaborahy e do Rio-Branco para chamal-a á razão parlamentar, citando as boas praticas da Inglaterra, e o que mais é, a gravidade das circumstancias em que se achava o paiz. Foi dissolvida a camara, e o poder moderador appellou para a nação, que sancionou a mudança politica que se operára.

### XIII

Os acontecimentos do Paraguay mereceram do governo a mais séria attenção. Graças aos esforços do duque de Caxias, a guerra entrava em nova phase. Humaytá cahira e o nosso exercito marchára de victoria em victoria até Assumpção. Os alliados dominavam uma grande parte do Paraguay, e o dictador, depois das batalhas de Itororó e Avahy, da tomada de Lomas Valentinas por nossas tropas, e da capitulação de Angostura, estava reduzido a uma estreita zona do paiz.

Ao governo imperial pareceu conveniente facilitar a organização de um governo nacional em Assumpção. Era um solemne desmentido, dado aos que attribuíam á alliança planos de conquista, e um meio de desmoralisar a auctoridade de Lopez, congregando os paraguayos e tratando de reorganisar o paiz.

O visconde do Rio-Branco partio no dia 1 de fevereiro de 1869 para o Paraguay, sendo encarregado de uma missão especial junto aos governos da Republica Argentina e do Estado Oriental. (24)

O barão de Cotegipe, ministro da marinha, ficou encarregado interinamente da pasta de estrangeiros.

Depois de ter ido a Assumpção, onde inteirou-se do verdadeiro estado das cousas, e animou com a sua presença a reorganisação do exercito e os preparativos para a campanha que tinha de abrir-se, o visconde do Rio-Branco regressou a Buenos-Ayres nos primeiros dias de abril, e pouco depois começaram as suas conferencias com o Dr. Mariano Varela, ministro das relações exteriores da Republica Argentina e o Dr. Adolfo Rodriguez, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental.

Em 2 de Junho os representantes das tres potencias alliadas accordaram na organização de um governo provisorio composto de Paraguayos. (25)

Eleito o novo governo na Assumpção, tomou posse em 15 de agosto, e em seguida lhe foi devolvida a jurisdicção civil, exercida pelas auctoridades dos governos alliados.

O visconde do Rio-Branco conservou-se ainda na Assumpção, e coadjuvou efficazmente os esforços de

S. A. R. o conde d'Eu, a quem foi dado concluir com os ultimos restos do poder militar de Lopez, depois de uma serie de brillhantes victorias, entre as quaes avultaram as de Peribebui e Campo Grande.

Morto o dictador em Cerro Corá, submettido todo o paiz ás armas da alliança no memoravel dia 1º de março de 1870, dia de gloria para o bravo general Camara, hoje visconde de Pelota, o visconde do Rio-Branco seguiu para Buenos-Ayres a conferenciar com o governo argentino. Logo depois voltou a Assumpção, onde chegou dias apoz o fallecimento de seu irmão o general Antonio da Silva Paranhos, um dos heróes d'essa guerra, veterano que desembainhára sua espada aos primeiros tiros de Paysandú, para embainhal-a quando foram disparados os ultimos nas margens do Aquidaban.

Das conferencias que então tiveram lugar resultou o accôrdo preliminar de paz de 20 de junho de 1870.

Voltando á côrte depois de tão prolongada ausencia, e reassumindo a pasta de estrangeiros, teve a poucos dias de sua chegada de empenhar-se nas discussões do senado, onde explicou o procedimento que tivera no Paraguay, e ao acudir varias vezes á tribuna em defeza do gabinete de que fazia parte, accrescentou as victorias de sua eloquencia parlamentar.

Os acontecimentos de que ora nos occupamos estão ainda muito frescos e recentes, para que procuremos descrevel-os miudamente. Bastar-nos-ha dizer que os relevantissimos serviços do distincto diplomata brasileiro foram devidamente apreciados pelo governo de seu paiz e pelos seus compatriotas.

Dissolvido o gabinete de 16 de julho, e organizado o

de 24 de Setembro do anno passado sob a presidencia do visconde de S. Vicente, recebeu elle o titulo de visconde do Rio-Branco, foi elevado á grandeza do imperio, e nomeado membro ordinario do conselho de Estado. Notavel coincidencia! a munificencia da corôa encontrava-se com o applauso das turbas.

A maioria das duas camaras, á qual se associaram muitos cidadãos distinctos, admiradores do seu merito, offertaram-lhe as insignias de dignitario da ordem imperial do Cruzeiro ricamente cravejadas de brilhantes, e o novo gabinete encarregou-o de concluir a sua missão diplomatica com os ajustes definitivos de paz.

Em 13 de outubro partia de novo para o Rio da Prata o nobre visconde (26).

Abertas em Buenos-Ayres as conferencias entre o plenipotenciario brasileiro, o Dr. Carlos Tejedor, ministro das relações exteriores da republica Argentina e o Dr. Adolfo Rodriguez, ministro da republica Oriental, ficou concluido em dias de fevereiro o accôrdo prévio entre os alliados, e assentado o projecto de tratado definitivo de paz que estes deviam offerecer ao governo do Paraguay.

O visconde do Rio-Branco dispunha-se a partir para Assumpção, afim de pôr termo á sua importante e laboriosa missão, quando foi, de ordem do Imperador, chamado pelo presidente do conselho de ministros para encarregar-se da organização de um novo ministerio.

#### XIV

No dia 20 de fevereiro chegou ao Rio de Janeiro.

O visconde do Rio-Branco comprehendia que era ardua a tarefa que ia tomar sobre seus hombros. Uma

organisação ministerial na auzencia das camaras é sempre uma empreza difficil. O parlamento tinha de abrir-se dous mezes depois, e durante este curto espaço de tempo cumpria-lhe preparar todos os trabalhos necessarios para o periodo da sessão legislativa.

Apoiado na opinião dos seus principaes amigos politicos, com quem previamente conferenciára, e vendo que o gabinete de 29 de setembro persistia em abandonar as redeas do governo, aceitou a missão de que o encarregára a corôa.

No dia 7 de março estava organizado o novo gabinete, a saber:—presidente do conselho, ministro da guerra e interino da fazenda, o senador visconde do Rio-Branco; ministro do imperio, o deputado Corrêa de Oliveira; ministro da justiça, o senador Sayão Lobato; ministro dos negocios estrangeiros, o deputado M. F. Corrêa; ministro da marinha, o deputado Duarte d'Azevedo; ministro da agricultura, commercio e obras publicas, o deputado Theodoro da Silva. Pouco depois completou-se o ministerio, ficando o visconde do Rio-Branco com a pasta da fazenda, e tomando conta da da guerra o senador Jaguaribe.

Apoz as amarguras, com que o esteve provando por muitos annos a fortuna, chega finalmente o visconde do Rio-Branco a occupar junto do throno o primeiro cargo da monarchia representativa.

E' este o periodo mais importante da sua vida politica. No curto espaço de seis mezes o gabinete Rio-Branco fez passar pelos cadinhos do parlamento duas reformas importantissimas, a reforma judiciaria, reclamada por ambos os partidos havia tantos annos, e a reforma do

estado servil, solicitada pelos interesses geraes da humanidade.

Esta ultima reforma, que era uma aspiração nacional, encontrou entretanto uma resistencia tenaz, como não era de esperar. Mas a lucta gigantesca que se travou, lucta sem exemplo na nossa historia parlamentar, fez com que o visconde do Rio-Branco ostentasse em todo o seu brilhantismo os grandes dotes do orador e do homem de estado.

Quem vence sem resistencia triumphha sem gloria. Os adversarios da proposta do governo, os invejosos e os inimigos do nobre visconde levantaram, sem o quererem, o pedestal da sua gloria.

Essa formosa pagina da sua vida politica, onde resplende o emblema da maior pureza liberal, não é destinada ao livro de ouro das ordens patricias, nem á carta das liberdades politicas da nação, mas ficará eternamente gravada no codigo santo da egualdade humana, promulgada pelo martyr do Calvario: está n'ella escripta a lei que veda ao homem nascer escravo neste paiz.

Aceitar da opinião o que ella tem de consagrado e incontrastavel, é facilitar a victoria pausada, mas continua do progresso pela transacção pacifica das reformas que combatem e dos interesses que resistem.

A emancipação do escravo, com os reflexos do incendio que a guerra civil atêou nas Antilhas e nos Estados-Unidos, illuminou as nossas praias: era uma lição que de longe nos dava a Providencia, — lição bem comprehendida pelo benemerito cidadão Euzebio de Queiroz, que conseguiu levar ao cabo a abolição do trafico em 1851, — lição interpretada pelo previdente estadista



visconde de S. Vicente, quando redigio no conselho de estado o seu projecto de libertação offerecido a S. M. o Imperador, — lição aproveitada pelo eximio ministro Zacarias de Góes e Vasconcellos, que mencionou pela vez primeira na falla do throno, em 1867, a idéa da emancipação.

Poucos são os homens de talento que, levados por convicções desinteressadas, ousam reptar a civilisação do seculo em que nasceram, defendendo a escravaria como instituição n'um paiz livre, e o azorrague como magistratura no seio de um povo culto.

Quando o visconde do Rio-Branco annunciou que ia abordar o grande problema da emancipação, alguns dos seus amigos estremeceram, e seus inimigos bateram palmas, porque suppozeram infallivel a sua queda.

Mas não se lembravam de que, se a sua opposição triumphasse, e elle cahisse com a bandeira gloriosa que tão corajosamente desfraldára, o mundo inteiro não teria senão palavras de desprezo para a nação escravocrata, a par de louvores para o grande ministro que caminhava na vanguarda de seu povo. Não fôra mais bella a queda de Bonaparte se as balas austriacas lhe tivessem embargado o passo victorioso no memoravel ataque da ponte de Arcole.

E' o privilegio de todas as idéas grandes e generosas : nobilitar e engrandecer os seus paladinos, quer elles triumphem, quer triumphem momentaneamente os velhos preconceitos, os interesses mesquinhos e as vistas acanhadas da epocha ; quer triumphem momentaneamente, dissemos, porque grandes idéas podem ser esmagadas uma e mais vezes, mas acabam sempre por vencer, e a

posteridade tem sempre bençãos para os que se sacrificam por ellas, qualquer que seja o resultado dos seus esforços.

O visconde do Rio-Branco havia, como conselheiro de estado, em 1867, escripto um luminoso parecer sobre a emancipação. Estavamos então a braços com a guerra do Paraguay e nosso estado financeiro era pessimo. Votou entretanto pela emancipação, e por todas as idéas que foram consignadas no projecto que as camaras approvaram esse anno, mas n'essa epocha, medindo as difficuldades que nos cercavam, e descortinando as nuvens negras que ameaçavam o nosso horisonte, entendeu sabiamente que a solução do temeroso problema devia ser adiada para tempos mais felizes e mais calmos. (27)

D'ahi para diante a idéa fez immensos progressos no Brazil. Extincta a escravidão nos Estados-Unidos, só o Brazil e a colonia hespanhola de Cuba faziam uma tristissima excepção. O paiz agitou-se, muitas sociedades emancipadoras se fundaram, muitos folhetos e escriptos appareceram. A imprensa apoderou-se da idéa e vulgarisou-a por todas as classes da nossa sociedade, fazendo d'ella uma grande aspiração nacional.

E' n'estes lances da existencia dos governos que se revela o verdadeiro homem de estado. O estadista digno d'esse nome não se aventura em emprezas temerarias e impossiveis; estuda, espera e espreita para a realisação das grandes reformas a epocha em que ellas estão amadurecidas e em que, aceitas pela opinião, podem ser realisadas sem os perigos e os abalos das transformações subitas e violentas.

Os exemplos dos outros povos influiram muito sobre

a consciencia nacional. Depois de haver observado a rapidez e força do movimento que se operava nas idéas dos seus compatriotas, o visconde do Rio-Branco teve occasião de achar-se tambem, longe da patria, entre mais de 50,000 brasileiros que com as armas na mão, pelejando no campo da honra, tiveram muitas vezes de corar, quando ouviam o estrangeiro fallar-lhes na instituição odiosa que nos legou a metropole, e que não tínhamos podido extirpar depois de tantos annos de independencia.

Em 1870 a loja maçonica denominada *Fé*, instituida em Assumpção, depois que o Paraguay, graças aos esforços da alliança, saboreava os primeiros fructos da liberdade, celebrou uma sessão magna em honra do visconde do Rio-Branco, que recebêra a noticia da sua eleição para grão-mestre da maçonaria brasileira.

N'essa reunião achou-se elle entre um grande numero de brasileiros, de estrangeiros de varias nacionalidades e de paraguayos.

O thema dos discursos então proferidos era a liberdade de que gosava a republica, os serviços generosos do Brazil, e particularmente os que em transe tão doloroso havia prestado a esse povo irmão o distincto estadista e diplomata brasileiro.

Alli, um illustrado brasileiro, o ex-deputado Felipe Nery, levantando-se por sua vez, interpellou o visconde do Rio-Branco sobre a grande questão da emancipação dos escravos no Brazil.

„ Libertámos um povo, exclamou elle, mas em nossa patria gemem ainda na escravidão um sem numero de homens que nasceram no mesmo solo abençoado em

que nós nascemos, e que são tão brasileiros como qualquer de nós é brasileiro. Vossa posição social, preclarissimo grão-mestre, vossas luzes e vosso estremecido patriotismo podem fazer com que para esses infelizes raie também o sol da liberdade. E' uma empreza digna de vossas virtudes patrioticas, de vossos sentimentos generosos. “

O visconde do Rio-Branco respondeu logo a essa allocução. Mostrou que a dura lei da necessidade nos tinha obrigado a manter a escravidão tal qual a recebemos de nossos maiores, justificou-nos aos olhos de todos os estrangeiros presentes, fazendo ver que essa instituição era um triste legado dos tempos coloniaes, e citando o exemplo dos Estados-Unidos, paiz essencialmente livre, que só depois de muitos annos, de perseverantes esforços e de muito sangue derramado, conseguiu lavar-se de uma nodoa semelhante; declarou que no Brazil a causa da humanidade e da justiça já havia triumphado na opinião, e que esta, pelo intermedio das prestigiosas vozes da imprensa e da tribuna, reclamava instantemente a reforma do estado servil.

„ Reformas como esta não podem ser impostas, disse elle; hoje que o paiz está preparado, hoje que a nação inteira a aceita, é tempo de leval-a a effeito. Pela minha parte, asseguro solemnemente què empenharei todas as minhas forças para que triumphhe quanto antes esta causa, que é a causa da humanidade, e também a causa dos verdadeiros interesses e do futuro engrandecimento da minha patria. “

Sentimos não poder reproduzir textualmente esse brilhante improviso, que excitou em toda a assembléa, em

nacionaes e estrangeiros, um enthusiasmo indescriptivel.

O gabinete de 16 de julho durante os dous primeiros annos da actual sessão legislativa, não quiz pôr-se á frente da idéa da emancipação, mas não contrariou-a, e foi até arrastado pela corrente da opinião. Nunca atacou de face a questão; fallou sempre a linguagem da prudencia, limitando-se o chefe do gabinete a declarar que pela sua parte não se julgava com forças de realisar a reforma, e que se outros tinham idéas assentadas apresentassem-n'as por sua conta. A camara elegeu então uma commissão do seu seio, e esta formulou o seu parecer e apresentou um projecto.

Quando o visconde do Rio-Branco chegou do Paraguay em fins de agosto do anno passado, já no ultimo mez de sessão, notou-se no gabinete uma salutar mudança. O nobre visconde declarou no senado que o gabinete trataria da reforma em maio deste anno. (28)

Como já dissemos, o gabinete de 16 de julho deixou o poder dias depois, succedendo-lhe o de 29 de setembro que se retirou apoz uma curta existencia. Colocado na posição de primeiro ministro, arbitro da situação, o visconde do Rio-Branco não hesitou em affrontar o perigo. A falla do throno, em que estava resumido o pensamento ministerial, continha esta phrase incisiva:

„E' TEMPO de resolver esta questão, e vossa esclarecida prudencia saberá conciliar o respeito á propriedade existente com esse melhoramento social, que requerem nossa civilisação e até os interesses dos proprietarios.“

Estavam abertas as camaras, e a luta começava quasi

desde as primeiras sessões. Na discussão da licença que o governo pediu para que S. M. o Imperador pudesse ir á Europa, trocaram-se os primeiros tiros. Os adversarios da reforma do elemento servil ponderaram que era perigoso tratar d'essa questão durante a ausencia do Imperador, e sob o governo da regencia.

Concedida a licença pedida, começou no senado a discussão do voto de graças, e as mesmas observações appareceram. Mas foi durante a discussão da resposta á falla do throno, na camara dos deputados, que se ferio a primeira batalha sobre a reforma.

Nenhum ministro teve entre nós occasião de desenvolver tanta actividade e de revelar tanta energia, de provar tanta constancia e tão imprevistos recursos como o visconde do Rio-Branco nos cinco longos mezes da sessão legislativa que acaba de findar. Era raro o dia que não tinha de subir á tribuna em alguma das duas cazas do parlamento (29). Se estava no senado forçavam-n'o a fallar duas e tres vezes; depois tinha de correr á camara dos deputados, onde o chamava a discussão da reforma, ou alguma interpellação dos deputados dissidentes.

E' assim que se conquista o bastão de chefe, e que se grava um nome no templo da posteridade; é combatendo corajosamente por um grande principio, é n'estes dias tormentosos em que se agitam e resolvem as grandes questões sociaes, é n'essas ardentes pugnas da palavra e da intelligencia, que o genio, tomando em cada nova encarnação a forma e as paixões do homem, chama-se n'um hemispherio Lincoln e no outro hemispherio visconde do Rio-Branco. Foram cinco mezes de con-

tinuo batalhar, de um trabalho insano, cinco mezes de esforços sobre-humanos.

A injustiça e a ingratidão de muitos a quem o visconde do Rio-Branco tinha na conta de amigos, as invectivas e violentos ataques de adversarios, as scenas de tumulto e de confusão que se deram na camara temporaria, onde por vezes os contendores estiveram a ponto de chegarem ás mãos, nada o fez perder aquella serenidade de animo que é o mais bello attributo dos homens superiores. A lucta não lhe quebrantou as forças, nem as contrariedades o fizeram recuar, quando muitos dos mais ardentes apologistas da reforma desanimaram de vêl-a triumphante. Cheio de fé na sanctidade da causa que defendia, consagrou-lhe todos os brilhantes dotes que a Providencia reserva aos seus privilegiados.

N'estas circumstancias, recuar seria uma deserção, capitular seria uma cobardia.

A proposta do governo fôra apresentada á camara na sessão de 12 de maio. No dia 15 teve lugar a eleição da commissão especial encarregada de examinal-a.

Os adversarios do gabinete, antes de manifestarem-se francamente em opposição, recorreram aos meios tortuosos, combinaram uma chapa contraria á do governo, e guardando todo o sigillo, procuraram dar-lhe um cheque na eleição da commissão, que, como de costume, é feita em escrutinio secreto. O ministerio, desprevinido como estava, venceu por uma fraca maioria. A impressão que deixou esse successo foi má, e debaixo d'ella começou o debate da resposta á falla do throno.

Coube ao conselheiro Paulino de Souza romper o debate, e, occupando-se do periodo do discurso da corôa

relativo á reforma do estado servil, apresentou uma emenda ao projecto de resposta em discussão.

A anxiedade era grande. Os adversarios da reforma propalavam que a camara a repelliria, e a votação do dia 15 havia deixado larga margem a esses boatos. O visconde do Rio-Branco levantou-se, e desde as suas primeiras palavras a confiança reapareceu.

Só aquelles que ouviram os seus dous brilhantes e animados improvisos na sessão de 30 de maio, podem fazer idéa da profunda impressão que elles deixaram na camara.

A extraordinaria concurrencia do povo que enchia as galerias e os corredores, chegando a invadir até o recinto da camara, comprehendeu desde logo a força do athleta que defendia a gloriosa bandeira da emancipação.

E' nas convulsões cataclyticas da natureza, que se fórma o diamante. E' nas grandes crises da sua existencia, que o povo vê surgir seus grandes homens, e o visconde do Rio-Branco pela primeira vez em sua vida publica podia dar aos impulsos sempre bons da sua politica a verdadeira direcção, e a força para attingir o alvo.

A stenographia reproduz as palavras do orador, mas para o papel não se póde transportar o gesto que domina, a inflexão de voz que convence, a expressão dos olhos que seduz.

Apoz esses dous discursos, o visconde do Rio-Branco voltou ainda á tribuna no dia 31 de maio, e tomando em consideração as observações dos oradores que o haviam precedido, reclamou energicamente contra a missão ingloria e passiva que os seus antagonistas queriam dar ao partido conservador.



Eis as suas textuaes palavras :

„ Sr. presidente, já mostrei que uma proposta desta natureza não póde ser recebida na ponta de baionetas, ser condemnada *in limine*; é digna da consideração da camara e de um debate reflectido. Já mostrei tambem que o nobre deputado pelo Rio de Janeiro dormiu o somno de Epimenides quando nos disse que esta idéa da emancipação surgiu inesperadamente, que não estava no sentimento publico, e não tinha conquistado os espiritos; que os grandes pensadores deste paiz a julgavam ainda muito longe da actualidade.

„ Agora, Sr. presidente, devo considerar as proposições do nobre deputado a respeito do partido conservador.

„ O nobre deputado esforçou-se por demonstrar que a idéa da emancipação é dos liberaes, que o seu partido nunca a inscrevêra em sua bandeira.

„ Eu esperava que, segundo a consequencia logica dos seus principios, reconhecesse e dissesse tambem que são os liberaes que devem realisar esta idéa; mas a logica do nobre deputado não o levou a essa solução, e então S. Ex., definindo-nos o character e a missão de cada um dos dous partidos, disse: o partido conservador é de resistencia, o liberal é de iniciativa, é o que explora os terrenos desconhecidos.

„ Quererá, Sr. presidente, o partido conservador de 1870 aceitar a missão, que lhe dá o nobre deputado pelo 4º districto? Estará elle privado de iniciativa? Não será mais que a remora do partido liberal? (*Apoiados*).

„ E por sua parte quererá o partido liberal aceitar

tambem a missão que lhe deu o nobre deputado, de ir explorar o desconhecido, e, quando tiver feito alguma descoberta, chamar então o partido conservador para que lhe vá tomar o privilegio da invenção, e encarregar-se de leval-a a effeito? (*Risadas e apoiados*).

„ Pois o partido conservador, senhores, está condemnado á inercia, á inacção? Não cuida dos factos sociaes? Não pensa do futuro deste paiz? Não pôde ter iniciativa? E' preciso que esta venha do partido contrario? E o lado liberal, para que esta theoria, eminentemente commoda para o partido conservador, seja uma realidade, prescindirá das vantagens de sua invenção, deixando que esta seja aproveitada e executada pelo partido conservador?

„ Sr. presidente, não é esta a missão do partido conservador, e não o tem sido! (*Apoiados*).

„ O partido conservador tambem tem iniciativa, tambem tem previsão (*apoiados*); não é só um partido de resistencia e reacção, e o tem provado muitas vezes, (*Apoiados*).

„ Quem promoveu, na ordem dos melhoramentos materiaes, os caminhos de ferro no Brazil? Quem deu desenvolvimento á sua navegação fluvial? Quem extinguiu o trafico dos africanos? Quem tomou sobre si a grande responsabilidade de arrostar os preconceitos d'esse poder, com que tanto nos assustou S. Ex., o poder que dá os diplomas de deputado? Quem fez a eleição por circulos? O partido conservador: a iniciativa lhe pertence.

„ Agora mesmo estamos iniciando reformas de accôrdo com o que diz o nobre deputado. O illustre ex-ministro

do imperio não se mostrou um conservador do progresso iniciando tantas reformas? Como é, pois, que o nobre deputado, empenhado em deter-nos os passos nesta questão, em impedir que se faça alguma cousa a bem da emancipação dos escravos, chega ao ponto de negar iniciativa ao seu partido, condemnando-o a um papel tão triste, e impondo ao mesmo tempo ao partido contrario a pena de Tantaló, pois que ao aproximar-se do poder terá que renuncial-o para que sejam as suas idéas, as suas descobertas realisadas pelo partido conservador?

„ Não, Sr. presidente, não é esta a missão do partido liberal, nem o partido conservador está reduzido ao unico papel de pôr calces nas rodas do carro do progresso dirigido pelos liberaes, quando veja que elle vai cahir no precipicio! (*Apoiados ; muito bem*).

„ E quem não vê, Sr. presidente, que o nobre deputado, deprimindo assim a missão do seu proprio partido, está em terreno falso, advoga uma causa que não pôde ter os votos nacionaes; quem não vê que o nobre deputado quer interessar o seu partido em favor de um idéa que é contraria á opinião universal no Brazil e fóra d'elle? (*Muito bem!*)

„ Sr. presidente, não desprezemos essa opinião publica estrangeira, em que ha pouco com tanta razão fallava o meu nobre amigo Sr. ministro da justiça. Ella tem, quer o queiramos quer não, uma grande influencia sobre nossos sentimentos, nossos costumes e nossas idéas. Hoje os povos estão em communicação mais frequente entre si, do que ha annos estavam as differentes fracções de uma mesma nacionalidade. Não podemos encerrar-nos dentro dos muros da China, e dizer: Não

nos importa a opinião estrangeira; prevaleçam por toda a parte a moral, a religião, as verdades das sciencias politica e economica: os exemplos do mundo civilizado não podem influir sobre nós, não nos devemos importar com elles!

„ Não, meus senhores, esta idéa, não cessarei de repetil-o, penetrou no espirito nacional do Brazil, e não pôde deixar de ficar victoriosa! (*Muitos apoiados; muito bem!*) “

A discussão ficou finalmente encerrada no dia 1º de junho, ganhando a emancipação a sua primeira batalha. A votação foi nominal, reunindo o governo 63 votos contra 35.

O povo que n'esse dia, como em todos os outros, assistia á discussão com anxiedade, retirou-se das galerias da camara, convencido de que 35 dos seus representantes eram contrarios á mais ardente das aspirações nacionaes.

Estava definida a situação.

Apresentado o parecer da commissão especial da camara dos deputados, devia o projecto entrar em discussão na sessão do dia 10 de julho; mas um dos mais distinctos membros da opposição, o deputado Ferreira Vianna, levantou-se, e apoz um longo discurso concluiu pedindo que, em vez do projecto do governo, entrasse em discussão o da commissão especial de 1870. Era um meio de adiar o começo do debate, e de difficultar a passagem da lei.

„ — Pensei, disse o visconde do Rio-Branco tomando a palavra pouco depois, pensei, Sr. presidente, que me fosse hoje dada a hora de assistir ao debate do impor-

tantissimo projecto posto na ordem do dia d'esta augusta camara; com surpresa, porém, ouvindo ao illustre deputado pelo municipio neutro, reconheci que, em vez de adiantarmos n'este grave e urgente negocio, tinhamos retrocedido ao voto de graças, já discutido e votado por esta camara!

„ As declinatorias, que eu creio nascerem de impulsos sinceros da parte de Ss. Exs., estão revelando aos olhos de todos que o projecto do governo encerra uma verdade, verdade tão luminosa, verdade que tem calado tanto no espirito publico, que os illustres deputados não querem affrontal-a de frente, aceitando o debate no seu verdadeiro terreno. (*Muitos apoiados.*) “

A opposição acolhia as palavras do eloquente orador com estrondosas interrupções; mas o visconde do Rio-Branco é homem talhado para as grandes luctas; os protestos e reclamações, em vez de enredarem-lhe o fio das idéas, davam-lhe ao contrario mais vivo alento.

N'esses dias tormentosos em que pela primeira vez se debatia em nosso parlamento uma grande reforma social, a maior e a mais importante questão que tem agitado o nosso paiz desde a independencia, era realmente bello vê-lo na tribuna. Sua figura imponente avultava em meio da multidão que, attrahida pelo debate, invadia até mesmo o recinto da camara e confundia-se com os deputados. A opposição atirava-lhe a cada passo uma tempestade de apartes, mas era então justamente quando o eminente orador se revelava. O fogo sagrado da intelligencia que lhe abrazava o cerebro transparecia no seu rosto sympathico, o fluido magnetico do seu olhar e a nobreza do seu gesto dominavam a assembléa. Sua voz

adquiria uma força e um volume desusados, a palavra acudia-lhe fácil e abundante, e a resposta irrompia de seus lábios vigorosa, incisiva e prompta.

O debate proseguio, e a requerimento de um dos membros da maioria, foi encerrado, começando logo a discussão do artigo primeiro.

No dia 14, depois de ter ouvido a alguns dos dissidentes, o nobre visconde levantou-se e preencheu todo o tempo da sessão, pronunciando um notavel discurso, em que examinou as principaes disposições do projecto e respondeu a todos os oradores da opposição. (30)

N'esse dia, a palavra do grande orador, subindo ao Sinai da inspiração, evangelizou a doutrina social que se agitava na torrente impetuosa do debate, e fez voar o nosso pensamento para os dias d'aquellas discussões do A'gora, que rebentavam tumultuarias, mas sempre grandiosas, como as tempestades do Archipelago.

No Rio da Prata o illustrado general D. Bartholomeu Mitre, no jornal *Nacion* de que é mui digno redactor em chefe, analysou extensamente esse discurso, transcrevendo-o depois. Do artigo da *Nacion* transcrevemos os seguintes trechos :

— „..... Temos á vista o extenso e notavel discurso do Sr. ministro Paranhos (visconde do Rio-Branco), pronunciado na camara dos deputados do imperio, na sessão de 14 de julho.

„ Compreendendo as difficuldades e resistencias em que tropeça, o Sr. Paranhos não assume attitude arrogante. Não se apresenta como uma excepção ante seus compatriotas, nem como um propheta que vai converter incredulos, nem como uma força que pretende impôr

convicções: é simplesmente o homem da crença e da palavra, que joga em um dia o todo pelo todo, em nome e no interesse de uma grande idéa, apoiando-se nas forças sociaes, na consciencia publica, nos proprios interesses, buscando seus antecedentes na tradição, sem por isso deixar de confessar a doutrina humana e collocal-a sob os auspicios da moral do genero humano, de que os brazileiros e seus escravos fazem parte.

„ Eis o ponto de partida e o ponto de apoio do Sr. Paranhos n'esta discussão que será memoravel nos annaes do Brazil.

„ O conjuncto do seu discurso de 14 de julho está dominado por uma idéa moral a que se subordinam os argumentos e os factos, dando como resultado uma d'aquellas nobres e espontaneas manifestações humanas em que a intelligencia e o coração se irmanam para produzirem pacificamente um resultado benefico para todos, sem divorciarem-se da razão publica, sem romperem de todo com os interesses criados. O Sr. Paranhos manifesta-se arauto da humanidade, sem deixar de ser patriota e homem pratico. Emquanto não podemos oferecer aos nossos leitores uma traducção completa d'este discurso, vamos dar uma idéa d'elle, extractando alguns dos seus periodos mais salientes.....

.....

„ Se o ministerio a que preside o Sr. Paranhos aspirasse sómente á gloria, devêra desejar que seu projecto fosse derrotado, porque o acompanhariam em sua derrota os applausos do mundo civilisado dentro e fóra do Brazil; porém essa gloria seria conquistada á custa do seu proprio paiz.

„ Aspirando seus membros, como brasileiros e como homens de consciencia, ao bem do seu paiz e da raça desherdada, que geme no captiveiro, e que está condemnada a reproduzir-se na escravidão, devem elles aspirar a que suas idéas se convertam em lei immediatamente.

„ Desde que as palavras do Sr. Paranhos foram proferidas no parlamento brasileiro, têm ellas a força de uma lei moral. Porém, para que não se diga que o governo brasileiro progride mais que seu povo, como se disse no congresso argentino, é indispensavel que o parlamento lhe dê sua sancção legal, e que a nação inteira lhe ponha seu sello definitivo.

„ Deste modo se cumprirá a lei de Deus, assim no céo como na terra, e a raça humana ficará emancipada em todo o mundo civilizado. “

No dia 31 voltou ainda á tribuna o visconde do Rio Branco, e n'um longo e brilhante discurso tomou em consideração tudo quanto se havia dito sobre as questões do peculio e da redempção.

Dias depois tiveram logar as scenas deploraveis da memoravel sessão de 2 de agosto. Lançando mão de todos os meios para protellar a discussão e impedir a passagem da lei, a opposição recorreu ao escolastico systema das *paredes* (31) para não haver sessão, e depois ás invectivas e apodos. (32)

O regimento interno da camara determina que na segunda discussão sejam tratados separada e successivamente os artigos dos projectos sujeitos ao debate. Essa discussão deve ser restricta á materia dos mesmos artigos, e como as propostas do governo não tem pri-



meira discussão, determina o regimento que o debate sobre o artigo primeiro d'essas propostas seja amplo, podendo durante elle ser examinado o projecto na sua generalidade.

Encerrada, porém, a discussão do artigo primeiro, os dissidentes continuaram a occupar-se de todo o projecto na discussão de cada artigo, sem se embaraçarem com o preceito regimental.

O presidente da camara, á vista da agitação que reinava, tolerou que proseguissem n'essa pratica, vendo baldados os esforços para pôr-lhe um côbro.

Não contentes com isso, os oradores da opposição occupavam-se do elemento servil a proposito de tudo.

Na discussão do voto de graças, como já dissemos, na discussão das leis de forças, a reforma era o assumpto obrigado de quasi todos os discursos. Para consumir mais tempo levantavam a cada passo questões de ordem e de preferencia, fundamentavam em longos discursos requerimentos sobre varios assumptos ou usavam do direito de interpellar os ministros. Póde-se dizer, sem grande exageração, que durante toda a sessão d'este anno, desde maio até fins de agosto, não se tratou na camara de outro assumpto.

Na discussão da proposta, porém, os dissidentes, em vez de analysar as disposições n'ella contidas, não fizeram, com raras excepções, senão estirados discursos, servindo-se unicamente de argumentos *ad terrorem*, apresentando-se como os unicos e legitimos interpretes da opinião publica, assegurando que os ministros e a maioria da camara não sustentavam convicções suas, e eram simplesmente instrumentos da corôa, discorrendo

sobre a nossa politica externa, fallando emfim *de omni re scibili et quibusdam aliis*.

N'essa interminavel discussão vimos, *teste David cum sybilla*, os sectarios da formula — o rei reina, governa e administra — tomar armas nas fileiras dos radicaes, para combater o imaginario poder pessoal, attribuido ao primeiro magistrado da nação. Esse poder absoluto, aproveitemos a occasião de o dizer, se existisse nas mãos do Senhor D. Pedro II, principe que, por um accidente feliz, reúne a realeza do engenho á magestade da corôa, não seria um obstaculo á felicidade do povo que, privado dos beneficios de uma constituição, fosse por elle governado.

A similhante procedimento o governo e a maioria, sem perder a calma e energia das grandes convicções, penitenciaram-se no exercicio das virtudes evangelicas, e, apenas lançando mão dos recursos que pelo regimento da camara são permittidos, foram quebrando uma a uma as armas com que uma minoria turbulenta e amotinada pretendia impôr a sua vontade.

Razão teve o visconde do Rio-Branco quando na sessão de 5 de agosto disse que a historia havia de fazer justiça á illustrada maioria parlamentar de 1871, reconhecendo que ella salvára o credito do partido conservador.

A immutavel dedicação da maioria á grande causa que se jogava no parlamento, irritou cada vez mais os membros da opposição. Tinham jurado aos seus deuses que a reforma não passaria, e foram até o recurso extremo da intimidação. Cada vez que se requeria o encerramento da discussão de um artigo, era uma scena

de confusão incrível, e uma verdadeira explosão de doestos tornava por alguns minutos impossível a votação.

— „ Maioria sem pudor! “ exclamava um dissidente.

— „ Maioria anonyma! Camara de escravos! “ gritavam outros.

— „ Teremos de appellar para a revolução das ruas! “ bradava ainda outro dissidente.

A revolução das ruas! Como se n'uma questão d'estas podessem os partidistas da escravidão contar com o povo, que estremece sempre de enthusiasmo quando se trata de uma idéa generosa e grande, como essa que estava em lucta, e que elles tinham a louca pretensão de suffocar.

A revolução das ruas! isto é, o facto que destróe, em vez da idéa que edifica; o raio que abraza os tectos, em vez da luz que allumia as officinas; o machado que derruba e o facho que incendêa, apoz a proscripção que despoença e a anarchia que triumpha.

A revolução das ruas! Como se o povo podesse acudir ao chamado d'aquelles que estão em perpetua lucta contra a philosophia, que é racionalista; contra a arte, que é revolucionaria; contra a industria, que é cosmopolita!

Desengane-se o egoismo dos poderosos que appellam levianamente para a tormentosa perturbação na ordem social. O sensato povo brasileiro só pôde ser cúmplice na revolução pacifica das idéas, na santa revolução do progresso e da civilisação, que restringe os campos da ociosidade para dilatar as searas da produção; que no lugar do claustro que fanatiza e embrutece levanta a eschola que pensa e ensina; que substitue ao pão da

charidade o pão do trabalho; e que, exaltando milhares de servos e de escravos á dignidade de cidadãos, procede em nome do direito, que exige como condições essenciaes da justiça, a liberdade e a egualdade entre todos os homens.

Voltando ao que diziamos: a attitude digna, ao mesmo tempo calma e energica, da maioria e do governo exasperava a opposição. Todo o empenho d'esta parecia que era o de provocar uma scena escandalosa, que desmoralisasse o governo, ou que tornasse necessaria a dissolução da camara. A dissolução era o adiamento, e todo o adiamento servia para o caso.

Ainda na sessão de 2 de agosto tentaram os dissidentes um esforço supremo. Depois de muitas scenas que por honra do nosso parlamento deveriam ficar esquecidas, levantou-se um dos dissidentes e, com a voz em grita e o gesto irado, começou a despejar sarcasmos e doestos sobre o honrado presidente do conselho.

As reclamações e protestos da maioria não o conti-veram. O visconde do Ric-Branco, cuja calma nas discussões mais tempestuosas é geralmente admirada, exclamou cheio de nobre indignação: — „ O gabinete apoia-se na grande maioria das duas camaras! Não ha de retirar-se só porque assim o exige a minoria, nem ha de recuar diante das injurias da opposição! “ Mas o imprudente mancebo, fóra de si, redobrou de inconveniencias. Foi então que o nobre presidente do conselho, que nunca ouvira a seus mais apaixonados adversarios politicos linguagem egual, bradou com energia: — „ O Sr. deputado não está em estado de deliberar! “

Os dissidentes deram então um espectáculo nunca

visto em nosso parlamento. O tumulto chegou ao seu auge.

Alguns, com os punhos cerrados, com a voz já rouca, descarregando violentas punhadas sobre o corrimão da balaustrada do recinto, offereciam aos espectadores que se achavam nas galerias um aspecto curioso. Houve um que armou-se até da tampa de uma carteira, quebrada á força de murros, e com ella gesticulava apostrophando os membros da maioria. Por espaço de 10 minutos continuou a desordem, vendo-se o presidente na dura necessidade de levantar a sessão.

Em meio de toda essa scena, o visconde do Rio-Branco conservou sempre a sua proverbial tranquillidade de animo.

Com um fino sorriso nos labios, e a physionomia illuminada de uma serena irradiação, firme em seu posto de honra, se alguma preocupação demonstrava era a da surpresa, quando examinava com o olhar os actores d'essa scena lamentavel. Muitos dos espectadores, entre os quaes se contavam alguns distinctos liberaes, invadiram o recinto para defendel-o, se as cousas chegassem a esse extremo. A maioria collocou-se toda junto ás cadeiras dos ministros.

O povo das galerias observava tudo isso, de pé, attonito, n'um profundo silencio eloquente de reprovações. Quando se levantou a sessão formou alas á entrada da camara, descobrindo-se respeitosaente quando o nobre presidente do conselho entrou na sua carruagem.

Deve ficar aqui consignado que se o governo e os sustentadores da reforma quizessem fallar ás paixões populares e usar de represalias, as cousas teriam tomado

caracter muito mais desagradavel. A policia recebeu por vezes denunciaes de manifestações que se projectavam, e os agentes do governo trataram sempre de impedir a realisacão d'esses projectos, fallando aos mais exaltados a linguagem da moderação e da prudencia.

A sessão do dia 3 foi toda consumida na discussão da acta e no processo sempre tão simples da eleição da meza. O escrutino correu varias vezes, porque apparecia quasi sempre excesso de cedulae na urna. Foi um dia perdido.

O dia 4 foi todo gasto com uma interpellacão ao ministro da agricultura.

No dia 5 houve outra interpellacão ao presidente do conselho. Esta foi dirigida pelo honrado conselheiro José de Alencar, ex-collega do visconde do Rio-Branco no gabinete de 16 de julho, e cavalheiro a quem este dera sempre as maiores provas de sympathia e de estima. A interpellacão versava sobre os gastos que o governo fazia com a imprensa, e o conselheiro José de Alencar pronunciou a esse respeito um discurso saturado de ironias e de ataques á pessôa do illustre visconde.

Os homens que se elevam, e fazem larga colheita de louros, como o visconde do Rio-Branco, têm por certo dias de alegria em sua vida politica. Mas o prazer que experimentam nos dias de triumpho poderá compensar as amargas decepções que soffrem nos dias da lucta? Suppomos que não. Só os que têm a sensibilidade atrophizada podem ser indifferentes ás catastrophes da vida politica, cuja historia póde ser escripta com o sangue do coração.

E' triste, consumir nos desenganos da amizade e na incerteza das affeições a mesma energia que se dispenza para debellar as resistencias do destino e vencer as esquivanças da gloria!

O visconde do Rio-Branco é um homem de coração : avaliamos, portanto, a dôr profunda com que ouviu esse discurso. Os golpes que partem de arraiaes contrarios não devem mortificar tanto como esses vibrados por mão que pouco antes se suppunha amiga. O nobre visconde escutou com religiosa attenção toda a oração de seu ex-collega, e levantando-se, possuido de sentimentos que não podia occultar, proferio um dos mais bellos improvisos a que temos assistido.

— „Se o gabinete de 7 de Março não sustentasse a verdadeira causa nacional, disse elle, não poderia subsistir um só dia luctando com adversarios e com tantos amigos; e que amigos, Sr. presidente! Com amigos mais injustos, mais intolerantes e mais violentos do que os proprios adversarios naturaes. “

Mas foi sobretudo quando se referio ás expressões finaes do orador a quem respondia que o visconde do Rio-Branco arrebatou todo o auditorio.

— „Não estou acostumado a luctar e vencer pelo insuço e pela injuria, disse elle. Se o nobre deputado, como é notorio, tem ostentado seus talentos na vida publica, e a elles deve o seu nome, todos os meus concidadãos sabem tambem que o *secretario* de quem S. Ex. fallou com tão amarga ironia não chegou a esta posição pelos brazões e pergaminhos, mas unicamente pela reputação que soube conquistar em uma vida inteira de trabalho e de honra! “

Estas palavras foram ditas com tal expressão, que a camara toda, e até mesmo os espectadores que se achavam no recinto proromperam em applausos (33).

— „ Não ha remedio, senhores (disse o visconde do Rio-Branco, concluindo), não ha remedio senão soffremos todas as imprecações, todos os apódos do nobre deputado! A injustiça com que somos tratados, desvirtuando-se a todo o momento as nossas intenções, interpretando-se no sentido mais odioso todas as nossas palavras, a injustiça com que somos tratados não nos ha de acobardar! Nós, camara e governo, temos grandes deveres a cumprir; cumpra-o cada um segundo sua consciencia, e creia o nobre deputado que temos a coragem da nossa posição e não recuaremos de nosso dever! “

No dia 7 proseguio a discussão da reforma do estado servil e o visconde do Rio-Branco pronunciou sobre ella um novo discurso.

Só no dia 27 poudo finalmente a proposta do governo, approvada em terceira discussão na camara dos deputados, ser remettida ao senado.

Estava ganha a primeira campanha.

A requerimento do illustre barão de Cotegipe, o senado escolheu uma commissão de cinco membros para dar parecer sobre o projecto. A commissão foi eleita no dia 30 de agosto, e d'ella faziam parte dous distinctos liberaes, os conselheiros Souza Franco e Paranaguá, e tres illustres conservadores os viscondes de S. Vicente e de Sapucahy, e o Sr. Barros Barreto.

No dia 31 foi lido o seguinte parecer :

„ A commissão especial:



„ Considerando que o tempo urge, que a questão foi largamente discutida na camara dos Srs. deputados e o vai sendo na impensa; e que os interesses do Estado e de todos os habitantes do Imperio soffreriam com a demora de decisão em tão grave questão; julga dever entregal-a quanto antes á sabedoria do senado. E a commissão satisfará os deveres, tomando seus membros parte na discussão para fornecerem durante a mesma os esclarecimentos a seu alcance. “

Os adversarios do projecto, batidos na camara temporaria, depositavam as suas esperanças no senado. Poucos dias antes, na sessão de 16 de agosto, orando o presidente do conselho, e dizendo que não convinha deixar indecisa a questão do elemento servil, o deputado Andrade Figueira exclamou com toda a confiança: — „ Pois ha de ficar indecisa, porque não passa no senado!

Felizmente, os chefes das parcialidades em que se divide o paiz, entenderam-se e deram-se as mãos para levar ao cabo a grande obra da emancipação: mas nem assim a empreza deixava de ter difficuldades.

Existiam na côrte 40 senadores, e d'estes, 7, eram contrarios á reforma.

Restavam, pois, 33; mas o senado para funcionar precisa do concurso de 30 dos seus membros. Se os opposicionistas prolongassem o debate e se, o que era facil de acontecer em uma camara de anciãos, quatro dos membros da maioria não podessem comparecer, estaria tudo perdido. Entre os adversarios do projecto achavam se campeões valentes e prestigiosos, que poderiam, graças ás facilidades do regimento d'essa camara, prolongar por muito tempo o debate.

Quem primeiro rompeu a discussão no dia 4 de setembro foi o illustre parlamentar conselheiro Zacarias, unico dos liberaes que procurou embaraçar a passagem do projecto, não porque combatesse a idéa capital, mas porque encontrava imperfeições n'elle.

O nobre visconde do Rio-Branco n'essa mesma sessão subiu á tribuna e respondeu a todas as objecções apresentadas por aquelle distincto orador.

„ Eu sou o primeiro a lamentar (disse concluindo) que as circumstancias me collocassem n'esta posição, e que coubesse ao ministerio de que faço parte a realisação de tão grande idéa. Sem duvida o paiz fôra mais feliz se tivesse á frente do seu governo um athleta da força do nobre senador pela Bahia. Mas o nobre senador mesmo teve a bondade de recordar-nos que ás vezes a Providencia permite que pequenos instrumentos possam realisar maiores feitos do que os genios. . . . “

No dia 5 o senado ouviu o brilhante e primoroso discurso do conselheiro Salles Torres-Homem.

Fallaram ainda, entre outros senadores, a favor do projecto, os senadores visconde de S. Vicente, Souza Franco, Nabuco, F. Octaviano, barão de S. Lourenço, Fernandes da Cunha, Figueira de Mello, Candido Mendes, Sayão Lobato, assim como o ministro da agricultura.

Contra o projecto pronunciaram varios discursos os venerandos chefes conservadores visconde de Itaborahy, barão de Muritiba e barão das Tres-Barras, os conselheiros Carneiro de Campos e Antão, o conselheiro Zacarias e o Sr. Silveira da Motta. Este ultimo orador aceitou, entretanto, a idéa capital do projecto.

O visconde do Rio-Branco pronunciou ainda dous importantes discursos, um na sessão de 15 e o outro na de 25 de setembro.

A discussão, n'esse andar, ia-se demorando; mas, á vista das inequívocas demonstrações de impaciencia que dava a população, e da firmeza da maioria, os adversarios da reforma comprehenderam que estava perdida a causa que defendiam.

Na sessão de 26 quasi todos elles tinham esgotado já as vezes de fallar, e espalhou-se que no dia seguinte teria logar a votação.

Com effeito, no dia 27 grande concurrencia de povo enchia as galerias do senado e agglomerava-se nas portas da entrada da augusta camara.

Depois de orar o Sr. Fernandes da Cunha, e de algumas observações dos Srs. Silveira da Motta e Nabuco, ninguem mais pediu a palavra, e no meio de um profundo silencio, feita a votação, o venerando presidente do senado proclamou solemnemente a lei da libertação.

Em seguida a anxiedade do povo, transformada n'um jubilo immenso, prorompeu em estrondosas acclamações. Uma chuva de flores cahio das galerias no recinto da camara, onde o visconde do Rio-Branco era abraçado por muitos membros das duas camaras, pelos espectadores, e por varios membros do corpo diplomatico e estrangeiros distinctos. O presidente não poudo conter os entusiasticos vivas ao presidente do conselho e á maioria do senado.

A' porta da casa vitalicia a melhor das ovações, a ovação espontanea e desinteressada do povo, era o mais bello florão da fulgurante corôa que assignala o visconde

do Rio-Branco ao reconhecimento dos seus compatriotas e aos applausos da humanidade.

O ministro dos Estados-Unidos, presente a essa esplendida festa da liberdade, mandára apanhar algumas flores, dizendo que ia remettê-las para os Estados-Unidos. Affirmam que o illustre diplomata, cheio de enthusiasmo, exclamára: — „ Quero que em meu paiz se saiba que o que lá custou tanto sangue derramado, no Brazil apenas custou flores. “

As manifestações de regosijo continuaram. Muitas corporações foram saudar o nobre visconde. (34) Por espaço de alguns dias verdadeiras procissões se dirigiram á sua residencia precedidas por bandas de musica.

Para commemorar tão grande acontecimento, a maçonaria mandou cunhar uma medalha, tendo de um lado a effigie do visconde do Rio-Branco e do outro uma allegoria.

Muitas felicitações de camaras municipaes e assembléas provinciaes vieram ás mãos do presidente do conselho.

As noticias que vamos recebendo das provincias confirmam o enthusiasmo com que o povo brasileiro saudou a reforma. Em S. Paulo, na capital, os estudantes da faculdade de direito promoveram uma manifestação estrondosa. Na capital de Minas, o povo em delirio derubou o pelourinho que ainda existia erguido em uma de suas praças.

E' notavel o regosijo das provincias do norte.

Enumerando as ovações que o visconde do Rio-Branco tem recebido em recompensa da poderosa e efficaz iniciativa que tomou na difficil questão da emancipação,

não podemos deixar de trazer para aqui as palavras do conselheiro F. Octaviano, um dos chefes mais prestigiosos do partido liberal, na sessão do senado em 12 de setembro. Eil-as :

„ E' justiça confessar-se que cabe ao actual presidente do conselho uma boa parte de gloria por ter ouvido a vontade da nação e procurado satisfazê-la, expondo-se á má vontade de seus proprios correigionarios.

„ Um escriptor contemporaneo, examinando com imparcialidade a historia da reforma das leis dos cereaes na Inglaterra, depois de confessar que ao illustre Cobden e seus amigos se devia o progresso da razão publica em similhante assumpto, accrescenta : — „ Mas nem por „ isso é menor o serviço prestado por Sir Robert Peel, „ tomando a si a difficil e espinhosa tarefa de lutar „ com seus amigos para aceitarem a reforma liberal. “

„ Se não fôra o seu concurso, a reforma se faria, é verdade ; porém mais tarde, com maior azedume, talvez com maiores exigencias, e seguramente com o vexame e aniquilamento do partido conservador, partido essencial no mechanismo das instituições democraticas. “

O Dr. Theophilo Ottoni, filho do illustre tribuno liberal, e um dos mais esperançosos talentos de nossa terra, diz o seguinte, no seu formoso artigo — *Alea jacta est*, publicado na *Reforma* :

„ . . . . . Todavia, no momento de sua sancção legal, manda a justiça esquecer as odiosidades partidarias, e dirigir duas palavras ao digno estadista, que levou nosso batel até o porto desejado.

„ Na vespera de Trafalgar, Nelson dizia a seus lugares-tenentes : *Amanhã conquistarei uma cadeira na camara dos lords ou um tumulo em Westminster !*

„ Golpeando de morte o estado servil, tornando-se o apóstolo da emancipação, o Sr. visconde do Rio-Branco, de ha muito chegado ao apogéo de sua gloriosa carreira politica, adquirio um lugar no Pantheon da immortalidade.

„ Ligando seu nome á historia d'esta grande transformação social, o illustre estadista filiou-se á essa pleiade de homens, que, na expressão de Mme. de Staël, pelo porte do seu merecimento, pelos rasgos da audacia pessoal, são os contemporaneos das gerações futuras.

„ Como Robert Peel, o nobre presidente do conselho não teve a prioridade da idéa, vio-a nascer e acompanhou-a em seu curso; quando ella, amadurecida, tinha calado na opinião, o homem de estado appareceu, dominou os obstaculos do proprio partido e inscreveu-a no livro da lei.

„ Durante a lucta muitos dos seus paladinos tiveram occasião de desanimo, outros franquearam receiosos de conflagração; o chefe supremo da situação foi o unico, que, á força de perseverança e tenacidade, não esmoreceu, preparou o resultado, que hoje todos applaudimos.

„ Os erros politicos de José Maria da Silva Paranhos não chegarão á posteridade, elle está sagrado; — o leuita da emancipação ha de repetir-lhe o nome entre os de Buxton e Wilberforce. “

Inda bem: os espiritos illustrados de todos os matizes politicos, quer de impulso reflectido, quer de colaboração involuntaria, concorreram nobremente para a realisação d'esta grande obra humanitaria.

Cabe n'este ponto fazer menção honrosa dos rele-

vantes serviços prestados! a prol da emancipação pelo illustre deputado por Sam Paulo João Mendes de Almeida, auctor dos luminosos artigos que durante cinco mezes appareceram no *Jornal do Commercio*, sob o pseudonimo—*A guarda constitucional*. O distincto escriptor, com a força irresistivel dos seus argumentos em tão difficil questão, afigurou-se-nos sempre como o lavrador que dirige vigorosamente a charrua entre as camadas de um solo rebelde.

Depois das manifestações da tribuna, da imprensa e das assembléas populares, manifestações solemnes da magestade da opinião, que são unisonas em applausos ao visconde do Rio Branco, que poderemos nós dizer ainda?

Os mais notaveis serviços feitos ao paiz pelo visconde do Rio-Branco empallidecem diante do esplendoroso triumpho por elle alcançado com a promulgação da lei de 28 de Setembro de 1871.

Com essa lei começa a aurora dos formosissimos dias que o inspirado poeta Victor Hugo prophetisou para o Brazil, ao escutar a voz das revelações divinas que cantam dentro de sua alma, tão grande como o infinito e profunda como a eternidade.

Qual foi, qual é o patriota que, arroubando-se nos mais ambiciosos sonhos de grandeza da patria, disse-nos algum dia estas palavras (35):

„ Haverá no XX seculo uma nação extraordinaria. Esta nação será grandiosa, o que não obstará a que seja livre. Será illustre, rica, pensante, pacifica e cordial para com o resto da humanidade. Terá a gravidade de uma irmã mais velha, posto que seja a mais nova.

„ Eis qual será a nação de que fallamos.

„ Esta nação terá por capital o Rio de Janeiro, e não se chamará Brazil, chamar-se-ha America do Sul.

„ Chamar-se-ha America do Sul no XX seculo, e nos seguintes, mas transfigurada ainda chamar-se-ha — humanidade.

„ A humanidade, nação divina, é já entrevista pelos pensadores, pelos que contemplam as penumbras: mas isto a que assiste o seculo XIX é a formação da America.

„ Visão magestosa!

„ Ha na embryonagem dos povos como na dos genios, um momento sublime de transparencia, no qual o mysterio consente que o fitem.

„ No momento em que estamos, divisa-se nas entranhas da civilização esta gestação augusta.

„ E' a germinação da America do Sul uma, unica.

„ Estamos a ponto de ver desabrochar um povo, que será o Brazil sublimado.

„ O ovario profundo do progresso, fecundado, contém sob esta fórma, já distincta, o futuro.

„ A nação que ha de ser, palpita na America actual como o ente atado na larva reptil.

„ No proximo seculo abrirá as duas azas, compostas, uma de liberdade, outra de firmeza de vontade.

„ O futuro será o continente fraternal. Cuide, pois, cada um de adoptar a sua resolução, porque esta felicidade immensa é inevitavel.

„ Do povo que não surgio ainda, existe já a capital. Parece isto um prodigio, mas é uma lei.

„ O futuro das nações forma-se com o *foetus* do homem, e a mysteriosa construcção do embrião, simul-



taneamente vegetação e vida, principia sempre invariavelmente pela idéa. “

Eis o que ha de ser o Brazil, depois da lei da emancipação, esse primeiro oásis, plantado á beira do escabroso caminho das reformas sociaes, e depois de outras que apoz essa virão, fecundadas e amadurecidas pelo espirito creador do sabio estadista que preside ao conselho da governação do paiz, se ao corajoso ministro não faltarem cooperarios; porque o tempo, esse elemento essencial da viabilidade humana, elle o sabe supprir, sendo necessario, pela audacia, pela energia, pela decisão.

Eis o que ha de ser o Brazil: dil-o o sublime poeta, o profundo pensador, que teve por mestres na politica—o exilio, que ensina pelo sentimento, o mundo, que educa pela experiencia, e a historia, que illumina pela razão.

Eis o que ha de ser o Brazil, governado por homens como o visconde do Rio-Branco, que descortina com a vista perspicaz o progresso da humanidade, sem as fogueiras do fanatismo, sem as torrentes de sangue, vertido pelos idolatras da liberdade.

A prophecia de Victor Hugo começa a emergir da penumbra—utopia para o azul—realidade.

O cidadão que, no relampago de vida que nos é dado a respirar n'este mundo, teve uma hora de communhão n'um grande pensamento de um povo que se transforma; o cidadão que n'este momento annuncia ao mundo civilisado a emancipação do escravo no Brazil, não é apenas—como o grão de areia que a vaga indolente atira á solidão das praias do oceano—o membro accidental de um ministerio transitorio, porque é a personificação de uma idéa.

---

# NOTAS

NOTES

NOTES

# NOTAS

---

(1) Em honra do povo brasileiro deve-se dizer que o pensamento da emancipação appareceu até mesmo antes da nossa independencia politica. Maciel da Costa (depois marquez de Queluz, e um dos redactores da nossa constituição politica) em 1822, e José Bonifacio em 1823, proclamaram em memorias por elles escriptas a necessidade da abolição dos escravos. Apenas fomos nação, annunciamos a futura abolição do regimen da escravidão, e esse annuncio está formalmente escripto na lei de 20 de outubro de 1823, na qual se conferio ao governo das provincias a *faculdade de propôr os meios* mais adequados para conseguir a lenta e gradual emancipação dos escravos. Nas nossas camaras appareceram logo projectos emancipadores. Os nomes de José Clemente Pereira e Diogo Feijó estão ligados a esses projectos. O que, porém, é mais digno de nota é que já em 1823 José Bonifacio lembrava as mesmas idéas que o poder legislativo adoptou este anno. A *Memoria* que então publicou foi este anno reproduzida pela *Reforma*, órgão do partido liberal. De um dos artigos que appareceram no *Jornal do Commercio*, escriptos pelo nosso talentoso amigo Dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, que se recommenda vantajosamente por alguns notaveis trabalhos historicos, transcrevemos os seguintes trechos que se referem ao notavel projecto do patriarcha da nossa independencia:

« Os dissidentes sustentam que é cedo ainda para resolver o problema da emancipação. Entretanto, já em 1823, José Bonifacio, com o seu olhar de aguia, com os sentimentos de puro patriotismo que sempre inspiraram

seu grande coração e sua intelligencia, pretendia apresentar á assembléa constituinte um projecto extinguindo o trafico e *acabando gradualmente com a escravidão*, « pois o Brazil, qualquer que seja a sua sorte futura (diz a introdução que precede a *Memoria*) *não póde progredir e civilisar-se sem cortar, quanto antes, pela raiz, este cancro mortal, que lhe rói e consome as ultimas potencias da vida, e que acabará por lhe dar morte desastrosa.* »

« A dissolução da constituinte e o desterro do grande cidadão impediram-n'o de fazer vingar n'essa epocha essa generosa idéa. Na terra do exilio escreveu elle essa interessante *Memoria*, em que justifica, com todos os recursos de sua intelligencia e do seu saber, o projecto que tentava apresentar.

« Não é tempo! gritam hoje, *depois de meio seculo de inercia*, os retardatarios, os espiritos timidos, os *homens marcos*, que tremem de qualquer nobre commettimento, que cerram os olhos deslumbrados pela luz das grandes idéas !

« Não é tempo! exclamam os grandes estadistas cuja actividade se consome esterilmente na vida ingloria do expediente ministerial.

« Pois bem! Ouça o povo o que em 1823 dizia um espirito privilegiado, um d'esses homens que têm o dom de caminhar na vanguarda dos seus contemporaneos, porque seus olhos rasgam os horisontes immensos do futuro, inacessiveis á vista das mediocridades rotineiras.

« *E' tempo*, dizia José Bonifacio, *é tempo e mais que tempo*, que acabamos com um trafico tão barbaro e carniceiro, *é tempo tambem que vamos acabando gradualmente até os ultimos vestigios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogenea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitaveis e felizes.* »

« *E por que continuaram e continuam a ser escravos os filhos d'esses africanos? Commetteram elles crimes? Foram apanhados em guerra? Mudaram de clima máo para outro melhor? Sahiram das trevas do pagão nismo para a luz do Evangelho? Não, por certo, e todavia seus filhos, e os filhos d'esses filhos, devem, segundo vós, ser desgraçados para todo o sempre.* » . . . . .

(2) E' esta a data, e não 4 de Abril, como declara o folheto *Os nossos homens*.

---

(3) Ainda este anno, no senado, o dito foi repetido por alguém que estranhava o silencio do visconde do Rio-Branco a esse respeito. O nobre viscondé respondeu que esse dito, falso, como todas as anedoctas, não tinha explicação.

---

(4) Sobre a missão de 1853 no Estado Oriental recommendamos o discurso do visconde do Rio-Branco, proferido na camara dos deputados em 17 de julho de 1855.

---

(5) Eis como ficou organizado esse gabinete:—Presidente do conselho e ministro da fazenda, marquez de Paraná; ministro do imperio, barão do Bom-Retiro (Pedreira); ministro da justiça, Nabuco de Araujo; ministro da guerra e interino da marinha, general Bellegarde.

---

(6) Retiraram-se o visconde de Abaeté e o general Bellegarde, este ministro da guerra e aquelle dos negocios estrangeiros. O visconde do Rio-Branco passou da pasta da marinha para a de estrangeiros, sendo nomeados ministros da guerra e da marinha o duque de Caxias e o barão de Cotegipe.

Todos os outros ministros ficaram. No correr d'este trabalho temos por vezes citado o folheto *Os nossos homens*, escripto, como já dissemos, por um adversario politico do visconde do Rio-Branco. Commetteu o auctor d'esse opusculo varias inexactidões, que iremos rectificando. Quando tratou, por exemplo, da recomposição ministerial, de que ora nos occupamos, disse elle: « Recomposto o ministerio Paraná, o Sr. Paranhos fica... » Observação evidentemente maliciosa para com o visconde do Rio-Branco, por quanto com elle ficaram todos os outros ministros, excepto dous.

---

(7) Os conselheiros Jeronymo Francisco Coelho e José Antonio Saraiva, ministros da guerra e da marinha, escreviam constantemente ao visconde do Rio-Branco : — « *A guerra só em último caso o Brazil a aceitará.* »

---

(8) Tomo IV, pag. 119 e seguintes.

---

(9) « O discurso a que alludimos (diz o Sr. Pereira Pinto em uma nota á pag. 121 do vol. cit.) foi publicado no *Appendice* dos annaes da camara dos deputados, pag. 66. N'esse eloquente e esclarecido debate o conselheiro Paranhos resumio com summa habilidade a historia de nossas pendencias no Rio da Prata, desde a dictadura de Rosas até a convenção de 1858 com o Paraguay. Ao leitor que tiver interesse em estudar nossas questões internacionaes, aconselhamos a leitura d'aquella importante exposição. »

Particularmente sobre a missão de que nos occupamos recommendaremos tambem o discurso de 4 de agosto de 1858.

---

(10) O visconde de Maranguape, ministro dos negocios estrangeiros, em sessão de 3 de agosto de 1857, disse terminantemente : « Eu declaro á camara que não foi o objecto da missão do honrado conselheiro Paranhos a questão de limites. Tudo quanto o nobre deputado disse ácerca d'este assumpto poderá ter lugar quando a questão, que está adiada por tratado, fór trazida ao conhecimento do corpo legislativo. »

---

(11) Tomo IV, pag. 64.

---

(12) Eis como ficou composto esse ministerio : presidente do conselho e ministro da marinha, visconde de Abaeté; ministro do imperio, Sergio Teixeira de Macedo; justiça, Nabuco de Araujo; estrangeiros, Paranhos (e interinamente da guerra); fazenda, Salles Torres-Homem. Em 12 de

fevereiro de 1850 o general Manoel Felizardo tomou conta da pasta da guerra, e em 21 de Março retirou-se o Sr. Nabuco, entrando para a pasta da justiça o barão de Muritiba.

---

(13) O general Urquiza não quiz ratificar o tratado porque o gabinete de que fazia parte o visconde do Rio-Branco recusou-se auxiliá-lo na empreza de submeter a provincia de Buenos-Ayres. No Estado Oriental (e apesar das asseverações do ministro d'essa republica, que declarava ser empenho de honra para o presidente a ratificação d'esse accôrdo), foi o tratado repellido pelo senado como desvantajoso á Republica.

---

(14) Referimos essa circumstancia unicamente porque o auctor do folheto *Os nossos homens* assegura á pag. 31 do folheto que o visconde do Rio-Branco foi em 1857, na camara, do partido da liberdade do credito.

---

(15) Esse discurso não se acha nos *Annaes*, mas pôde ser lido em extracto no *Jornal do Commercio* da epocha. O senador D. Manoel lançava em rosto ao visconde do Rio-Branco o ter começado a sua vida politica nas fileiras do partido liberal, sem lembrar-se que elle mesmo começára a sua como conservador apaixonado, e passando-se para o partido liberal, depois que entrou para o senado, tornára-se liberal tão exaltado quanto fôra conservador intolerante. D'elle dizia em 1845 na camara dos deputados o distincto liberal Gabriel José Rodrigues dos Santos ; — Peço que se estudem todos os acontecimentos irregulares, todas as scenas um pouco excessivas, todas as scenas tumultuosas que têm havido n'esta casa desde 1845, e veja-se quem tem sido o auctor dellas, quem tem tomado a si o descommunal encargo de perturbar a tranquillidade de nossos trabalhos. Acresce ainda, Sr. presidente, que eu tenho observado que esse nobre deputado tem feito por diversas vezes aggressões tão virulentas, algumas vezes tão repugnantes aos seus collegas, que seria imprudencia querer collocar-se em frente de um deputado que não está acostumado a discutir com a calma e a seriedade que cumpre haver nos nossos debates. (*Apoiados.*)

---



(16) O gabinete Caxias ficou assim constituído:—Presidente do conselho e ministro da guerra, marechal duque de Caxias; ministro da justiça e interino do imperio, conselheiro Sayão Lobato; da fazenda e interino de estrangeiros, visconde do Rio-Branco; da marinha e interino da agricultura, commercio e obras publicas, almirante visconde de Iuhaúma. Em 21 de abril completou-se o gabinete: pasta do imperio, conselheiro Saraiva; de estrangeiros, conselheiro Sá e Albuquerque; e da agricultura, general Manoel Felizardo. Mais tarde, em julho, houve recomposição ministerial. Retiraram-se os Srs. Saraiva e Sá e Albuquerque, sendo substituídos pelo barão das Tres-Barras e conselheiro Taques.

---

(17) Os adversarios do visconde do Rio-Branco censuraram-n'o até por não ter podido obrigar o general Mitre a intervir na contenda, antes da provocação de Lopez. O conselheiro Zacarias a esse respeito disse ainda o seguinte: « Arrastado pela exageração, o nobre ex-presidente do conselho exprobrou ao nobre senador pela provincia de Mato-Grosso o não ter podido alcançar a intervenção do general Mitre!... O senado não podia ouvir indifferente semelhante increpação!... Mas passo adiante. »

---

(18) Não obstante ter procedido de accôrdo com as instrucções ministeriaes, e com os factos, os escriptores anonymos, defensores do ministerio Furtado, accusaram o visconde do Rio-Branco de ter rebaixado a dignidade do Imperio procurando a alliança do general Flores, quando o Brazil não carecia de semelhante alliado! Que idéa formavam esses escriptores das questões do Rio da Prata! O proprio governo, que esses escriptores anonymos defendiam, respondéra ao visconde do Rio-Branco sobre esse ponto: — « ..... foi muito bem aceito o compromisso por V. Ex. celebrado com o general Flores. »

---

(19) N'esta missão especial o visconde do Rio-Branco era acompanhado pelo Dr. João Pedro Carvalho de Moraes, como secretario, e pelos Srs. Jarbas Muniz Barreto e Luiz d'Alvarenga Peixoto, como addidos.

---

(20) Foi publicada no *Jornal do Commercio* de 21 de março de 1865.

(21) A camara dos deputados, composta em sua quasi totalidade de adversarios politicos do visconde do Rio-Branco, absteve-se de discutir o convenio de 20 de fevereiro, e em sua grande maioria reparou o procedimento do gabinete de 31 de agosto. Muitos dos membros mais importantes d'essa camara, entre os quaes citaremos o distincto Sr. Tavares Bastos, deram-se pressa em ir cumprimentar o visconde do Rio-Branco, quando este chegou do Rio da Prata. Alguns dos chefes mais conspicuos da situação, como o marquez de Olinda e o senador Nabuco, fizeram o mesmo.

A resposta do senado á mensagem da corôa foi a mais solemne reprovação ao acto do ministerio de 31 de agosto. Eil-a:

« O senado congratula-se com V. M. Imperial pela pacificação da Republica Oriental do Uruguay, assim como pelo restabelecimento de nossas relações de paz com esse Estado.

« O convenio de 20 de fevereiro, conseguindo estes dous grandes fins, e a elevação do general Flores, nosso fiel alliado, ao cargo de governador provisorio da mesma republica, completou a nossa campanha no Estado Oriental, estipulando a satisfação de nossas justas reclamações, e garantindo a permanencia das boas relações que com vantagem reciproca devem reinar entre os dous povos.

« O senado rende a homenagem de sua gratidão a V. M. Imperial e aos bravos do exercito e da armada, pelo exito feliz da lucta a que nos provocára o decahido governo de Montevidéo. »

As paginas do *Jornal do Commercio*, logo apoz a demissão do nosso diplomata, appareceram coalhadas de artigos em sua defesa, á par de censuras energicas ao ministerio. O proprio *Correio Mercantil*, órgão do partido liberal, teve de abrir suas columnas a um sem numero de escriptos favoraveis ao nobre visconde. Manda a justiça que se declare ter concorrido muito para isso o venerando proprietario d'essa folha, o antigo e fiel amigo do nobre visconde, Dr. Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto. Das officinas d'essa mesma folha sahio tambem um opusculo escripto com a elegancia com que sempre escreveu o Dr. João Carlos de Souza Ferreira, então redactor do *Correio Mercantil*, e hoje do *Jornal do Commercio*.

No senado, os illustres parlamentares visconde de S. Vicente, barão de S. Lourenço, Ferreira Penna, barão de Itaúna e Jobim, em brilhantes dis-

curso, defenderam o acto de 20 de fevereiro. Quanto ao modo por que teve lugar a demissão do visconde do Rio-Branco, os ministros de 31 de Agosto só tiveram na tribuna um defensor. Os Srs. Zacarias e Silveira da Motta, que censuraram o convenio (posto que o primeiro em muitos pontos defendesse o diplomata brasileiro), condemnaram o procedimento do governo. « A demissão como foi dada tornou-se um acto desusado, extraordinario, rude (*apoiados*), e, direi mais, desnecessario, » exclamou o Sr. Silveira da Motta, sendo apoiado pelo Sr. Paranaguá, outro adversario do nobre visconde.

« Não era digno nem do governo nem do seu enviado, disse o Sr. Zacarias, o modo descommunal porque foi demittido, podendo qualquer homem de brio avaliar devidamente a surpresa dolorosa que elle experimentára, recebendo a noticia de sua demissão no momento em que estava de copo em punho saudando o anniversario da nossa prezada Imperatriz. Isso foi desairoso, anti-diplomatico; porque, se a diplomacia calça luva de pellica não é para descarregar mão de ferro em um cidadão illustrado, cheio de serviços, e que se achava em paiz estrangeiro desempenhando missão tão importante. (*Apoiados*).

Não deixaremos de transcrever aqui as palavras pronunciadas pelo venerando barão de S. Lourenço :

« Em minha provincia, disse elle, creio que todos os homens sensatos e experientes applaudiram o desfecho da lucta de Montevidéo, contentes porque acreditaram ainda pensar neste ponto com o governo do paiz.

« O Sr. Dantas : — Todo o norte.

« O Sr. barão de S. Lourenço : — .... Desde o começo que entendi haver-se conduzido meu nobre comprovinciano e digno collega com illustração, dignidade e honra no desempenho de sua missão diplomatica. (*Dirigindo-se ao Sr. Paranhos.*) Em meu conceito, illustre bahiano, e na opinião da terra do nosso nascimento, não sois hoje menos do que ereis hontem, se não sois mais, como me parece de justiça que o sejais pela prudencia illustrada de vosso ultimo proceder..... » E depois de analysar o convenio disse : « O meu nobre collega demittido, ao citar a rude demissão do diplomata francez Chateaubriand, que tanto quiz cobrir de gloria as armas dos Bourbons restaurados, na interferencia hespanhola, podia ter citado as palavras que o resentimento lhe inspirou na occasião : *Ingratidão! teu nome é diplomacia.* No caso presente podemos substituir a ultima palavra pela — *politica....* »

(22) O futuro historiador do Brazil não poderá deixar de consultar com interesse o trabalho publicado então pelo visconde do Rio-Branco: — *A convenção de 20 de Fevereiro demonstrada á luz dos debates do senado e dos successos da Uruguayana, por José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro. 1865. 1 vol.*

Este folheto, escripto com a elegancia de estylo, a simplicidade e a fina ironia que caracteriza todos os trabalhos do brilhante jornalista, foi o *coup de grace* que elle desfechou sobre os seus adversarios, já corridos diante da opinião.

---

(23) Ficou constituido assim: Visconde de Itaborahy, presidente do conselho e ministro da fazenda; Dr. Paulino de Souza, ministro do imperio; Dr. José de Alencar, ministro da justiça; visconde do Rio-Branco, ministro de extrangeiros; barão de Muritiba, ministro da guerra; barão de Cotegipe, ministro da marinha; J. Antão, ministro da agricultura. Houve posteriormente recomposição ministerial. Retirou-se o conselheiro José d'Alencar, sendo substituido pelo Dr. Nebias, e conselheiro Antão, que o foi pelo Dr. Diogo Velho.

---

(24) N'essa missão especial foi o visconde do Rio-Branco acompanhado pelos Srs. Adolfo Paulo d'Oliveira Lisboa e Luiz d'Alvarenga Peixoto na qualidade de addidos servindo de secretarios.

---

(25) Recommendamos a leitura dos dois memorandos, escriptos pelo nosso habil diplomata durante a negociação.

---

(26) Acompanharam desta vez como secretario o Dr. José Maria da Silva Paranhos, deputado á assembléa geral legislativa, e como addido o Sr. João Luiz Keating, segundo official da secretaria de estado dos negócios extrangeiros.

---

(27) Esta questão preocupava de ha muito o visconde do Rio-Branco. Em 1857, sendo ministro dos negocios estrangeiros, e estando em conferencia com o Sr. Scarlett, ministro inglez, este attribuiu a demasiado aferro de nossa parte ao systema da escravidão, a reluctancia do governo imperial contra as solicitações que lhe eram feitas para emancipar desde logo os africanos livres que existiam em varios estabelecimentos publicos. A resposta que então deu o visconde do Rio-Branco, publicada na obra de Auguste Cochin (*L'abolition de l'esclavage; Paris, 1861, 2 vols.*), com algumas modificações, occasionou em 1864 uma interpellação do senador barão da Uruguayana, que censurava -o visconde do Rio-Branco por ter, segundo dizia elle, compromettido o Brazil declarando ao ministro britannico que o governo tratava de levar a effeito a emancipação dos escravos. Respondendo a essa censura, disse o visconde do Rio-Branco, depois de referir a sua entrevista com o Sr. Scarlett, e as observações d'este: — « Invocando as razões de ordem publica que têm impedido a medida geral, reclamada pela legação britannica em nome das estipulações vigentes entre o Imperio e a Grã-Bretanha, eu disse-lhe (ao Sr. Scarlett) que, *longe de haver o aferro que elle nos attribuia, as tendencias do espirito publico no Brazil eram em sentido inteiramente diverso, tanto que davam já que pensar aos nossos estadistas.* Então referi, como exemplo, a organização da sociedade Ypiranga, que annualmente, em acto publico e solemne, libertava alguns escravos; accrescentei que não havia muitos dias que eu assistira a uma dessas festas da sociedade Ypiranga, achando-se presentes Suas Magestades Imperiaes e alguns ministros..... Não vem agora a proposito dizer que eu ainda não me inscrevi entre os abolicionistas, se os ha hoje, da escravidão no Brazil. *Reconheço, como todos, o mal que d'ahi nos resulta; penso, tanto quanto é dado á minha intelligencia e previsão,* nas medidas que, em futuro mais ou menos proximo, esta materia póde exigir dos poderes do Estado; longe, porém, de mim a intenção de julgar possivel *desde já o proposito* que em 1857 me attribuiu, ou attribuiu ao governo imperial, o ministro de S. M. B..... »

---

(28) Esta modificação traduzio-se em mais de um facto. Na camara dos deputados, por esforços do ministro do imperio (conselheiro Paulino de Souza), haviam cahido algumas medidas insignificantes, lembradas pela opposição, no sentido de facilitar a emancipação. Em setembro a opposição liberal apresentou no senado um additivo ao orçamento em que vinham consignadas as idéas capitaes do projecto da camara,— abstracção

feita da idéa da liberdade do ventre. O venerando chefe do gabinete declarou que votava contra, só porque essas idéas vinham consignadas como emenda ao orçamento. Se viessem em projecto separado, não teria duvida em acceitá-las.

(29) Logo nos primeiros dias depois da abertura do parlamento, a opposição liberal do senado assestou suas baterias contra o gabinete. Na sessão de 6 de Maio foi o visconde do Rio-Branco chamado duas vezes á discussão, e na de 8 teve tambem de subir duas vezes á tribuna do senado. Tratava-se da organização do ministerio e do seu programma politico. O visconde do Rio-Branco referio-se á falla do throno, onde vinham consignadas as idéas do gabinete: — « Não temos, pois, outro programma mais definido e mais positivo do que aquelle que se acha exarado na falla do throno. Este programma satisfaz tanto aos nobres senadores, que até nos disputam o direito de apresentá-lo! O seu desenvolvimento ha de apparecer nos differentes projectos que temos preparado, e que serão opportunamente offerecidos á consideração do corpo legislativo..... Representantes de um grande partido politico, como é o partido conservador, nós temos a peito realizar as idéas reclamadas pela opinião publica e acceitas solemnemente pelo mesmo partido. No desempenho deste programma eu espero em Deus que saberemos ser interpretes fieis do partido a que pertencemos, antepôr sempre o interesse nacional a quaesquer interesses individuaes. Para realizar este empenho que contrahimos perante a corôa e perante o paiz, pedimos aos nossos amigos apoio franco e decidido. Se o não merecermos, que elles o manifestem pelos meios constitucionaes e façam cahir o gabinete. Nós não queremos viver senão com a esperanza de podermos prestar algum serviço util ao paiz. Aos nossos adversarios não pediremos senão que tenham tambem para com o ministerio e para com o partido que o sustenta moderação e justiça. E' necessario que a lucta politica se estabeleça no verdadeiro terreno constitucional, seja uma lucta de opiniões e aspirações legitimas entre concidadãos que propendem ao mesmo fim, que é a felicidade publica, embora se dirijam por meios differentes. Evitemos as personalidades e os doestos, luctemos por mostrar quem melhor comprehende as necessidades publicas, quem é capaz de maior dedicação pelas idéas que podem dar em resultado o que todos nós desejamos: o bem geral do Brazil.... »

Na mesma sessão, replicando aos Srs. Zacarias e Silveira Lobo, disse:  
« ..... Se eu entendesse que o sentimento do dever e a confiança de

meus amigos me não obrigavam a aceitar este encargo, eu o teria declinado. Não foi, de certo, confiado sómente em mim que o aceitei, mas sim, e sobretudo, confiado na cooperação franca e leal de meus amigos políticos. (*Apoiados.*)

« Alludio-se á divisão do partido conservador. Mas quem fez essa allusão, senhores! Os representantes da situação passada! Os nobres senadores já não se recordam que governaram este paiz durante seis annos, reinando a mais completa discordia entre si! (*Apoiados.*)..... A falla do throno contém um programma que não desagrada á illustre opposição. Os nossos adversarios, porém, são sempre ferteis em recursos para negar-nos justiça! Pretendem que apresentamos as idéas contidas n'esse programma, não por convicções, nem porque estejam arraigadas no espirito do partido conservador, mas unicamente com o fim de mantermo-nos no poder. Arvorámos uma bandeira falsa, uma bandeira de corso, como disse o nobre senador pela provincia de Minas.

« Senhores,ahi estão os documentos publicos e solemnes comprovando que ha muito tempo o partido conservador se propõe reformar a lei de 3 de dezembro no sentido da falla do throno. Na camara dos deputados existem projectos formulados n'este sentido, e o meu illustre collega da justiça, no ministerio de 2 de maio de 1861, de que tambem fiz parte, apresentou um projecto inspirado pelo mesmo pensamento. A reforma da lei da guarda nacional não está no mesmo caso? Não entendemos tambem e não sustentámos sempre que era indispensavel modificar quanto fosse possivel, e segundo o conselho da experiencia, o processo eleitoral, no intuito de garantir a liberdade do voto politico, de que depende todo o nosso systema constitucional?.....

« Os precedentes da minha vida politica foram por mais de uma vez invocados pelo nobre senador por Minas-Geraes. S. Ex. não póde perdoar-me que eu dêsse os primeiros passos na vida politica apresentado pelo partido liberal, entretanto o nobre senador não olha para o seu lado (*apoiados*), não nos explica como ahi se acham no sen partido como chefes, aliás muito respeitaveis pelos seus reconhecidos talentos, os Srs. Nabuco, Zacarias, Saraiva, Paranaguá e outros (*muito bem!*) Esses distinctos estadistas passaram do partido conservador para o liberal quando já eram notabilidades; entretanto não se quer levar a bem que eu, estreando a vida politica com o partido liberal, hoje não me ache na mesma posição!

« E' certo que ha mais de dezoito annos meus adversarios politicos, sobretudo aquelles que me mostram uma desaffeição arraigada, como a do nobre senador por Minas, me censuram e me invectivam, se bem que ás vezes me elogiam; mas nem os elogios me têm seduzido, nem as inve-

ctivas me têm demovido do lugar que a consciencia, o dever e a dignidade assignalaram-me; e posso dizer com alguma ufania que, conservando-o, tenho subido na estima e consideração de meus amigos politicos e de meus concidadãos em geral. (*Muitos apoiados.*)

« Fui accusado tambem, Sr. presidente, de querer apagar as divisas que separam os dous partidos. Os nobres senadores julgam-se sem duvida muito proximos ao poder, e estão com medo que o partido conservador queira confundir-se com o partido liberal. Senhores, a minha proposição é diferente d'aquella que me attribuem assim o nobre senador por Minas, como o nobre senador pela Bahia. Eu não disse que os partidos hoje se confundem: o que disse é que não ha entre nós dissidencia de principios fundamentaes. A dissidencia está na medida e oportunidade de sua applicação. E esta proposição, que causa espanto aos nobres senadores, e que já me foi muito extranhada em outra occasião, foi tambem enunciada por um orgão illustrado, por um eminente estadista da Inglaterra, o conde Derby, com refereneia aos partidos millitantes desse paiz. E se na Inglaterra onde os partidos representam privilegios e interesses de classes, as dissidencias se têm attenuado a tal ponto, que o conde Derby disse que entre os *tories* havia liberaes, como entre os liberaes havia conservadores, por que é que os nobres senadores extranhão as minhas palavras? Por que razão, em vez de contestarem simplesmente essa proposição, que não tende a formar a torre de Babel dos partidos, mas a trazer as nossas luctas a seu verdadeiro terreno, os nobres senadores não dizem quaes são os pontos de dissidencia profunda? ..... »

No dia 9 do mesmo mez de maio pronunciou o visconde do Rio-Branco um longo discurso na camara dos deputados sobre a viagem do Imperador á Europa, e no senado teve de proferir tres discursos sobre o mesmo assumpto, nas sessões de 12 e 13 do mesmo mez. Seguiu-se o debate sobre o voto de graças, e o nobre presidente do conselho, nos discursos de 16 e 23 de Maio, passou em revista todas as arguições da opposição liberal. Este ultimo discurso merece ser lido por mais de um titulo. «... O nobre senador pela Bahia, exclamou o honrado visconde, o nobre senador pela Bahia (o Sr. Nabuco) nos disse que a missão do partido conservador era uma missão passiva; de sorte que S. Ex. nos faz o favor de considerar como representantes de opiniões mortas, e o partido liberal como representante de opiniões vivas? Mas d'onde vem essa differença? a nossa origem não é a mesma? o partido conservador representa acaso privilegios, interesses de alguma classe? seus interesses não estão identificados com os da nação? (*Apoiados.*) Por que, pois, estabelecer semelhante differença?



« D'esta illusão nasceu, Sr. presidente, a surpresa com que alguns dos nobres senadores, e principalmente o nobre senador por Minas-Geraes, que hoje fallou, receberam o discurso da corôa, ou os projectos annunciados pelo gabinete actual. Elles suppunham ter o monopolio das idéas liberaes, mas esta illusão desapareceu, assim como têm desaparecido praticamente tantas outras. (*Apoiados.*) Senhores, nem no paiz classico do nosso systema de governo, onde o partido conservador tem outro caracter, onde representa interesses sociaes e privilegios que não existem entre nós, nem mesmo ahi o partido conservador é inimigo da liberdade. Os *tories* muitas vezes têm realisado reformas liberaes (*apoiados*), já o disse o nobre presidente do conselho do ministerio passado. Quem ignora que a emancipação dos catholicos foi obra do partido *tory*? quem não sabe que muitos *tories* tambem concorreram, depois desta, para a reforma parlamentar? quem não sabe que no seu ultimo ministerio D'Israeli promoveu a reforma eleitoral, alargando os principios liberaes sobre que deve assentar a escolha dos representantes da nação na camara dos commons?..... » O nobre presidente do conselho sustentou depois que, se durante os seis annos do dominio liberal nenhuma reforma tinha sido levada a effeito, devia-se isso unicamente ás divergencias que lavraram em seu seio, e não á obstinação do senado: « .... Se o partido liberal, disse elle, tinha a peito essas idéas, se estava concorde nellas, devia iniciar seus projectos, devia fazêl-os passar na camara temporaria, e trazêl-os ao senado; e se esses projectos, reclamados pelo paiz, não recebessem o assentimento do senado, o partido liberal ficaria em uma posição brilhante, collocando a maioria d'esta camara em conflicto entre seus preconceitos, sua obstinação, e a opinião publica.... »

Entre outros pontos importantes de que se occupou o visconde do Rio-Branco neste discurso, sobresahe um em que defendeu o partido conservador de uma arguição que lhe foi dirigida pelo senador Souza Franco. Este illustre chefe liberal disse que os conservadores quando subiam ao poder gastavam os recursos que lhes legava o partido liberal. « Esta proposição doeu-me (disse o nobre presidente do conselho) tanto mais quanto eu fiz parte do gabinete que precedeu ao de S. Ex., de 4 de maio de 1857, e por isso impuz-me logo o dever de examinar qual era o estado do thesouro quando o nobre senador subio ao poder em 4 de maio de 1857, e qual o estado do thesouro quando S. Ex. deixou o poder.

« Os esbanjadores que precederam ao nobre senador deixaram-lhe um saldo de 12,062 contos existente nos cofres do thesouro e thesourarias, até ao ultimo dia de abril de 1857. O nobre senador achou-se tão á larga e tão provido, que immediatamente foi ás camaras e propôz esta reso-

lucão em 7 de junho do mesmo anno de 1857: — Fica o governo auctorizado para depositar no Banco do Brazil e suas caixas filiaes as sommas disponiveis no thesouro e nas thesourarias de fazenda, contratando a abertura de contas correntes com juros e retiradas livres.

« Eis, senhores, o estado do thesouro quando se retiraram os esbajadores e subio ao poder o nobre senador pela provincia do Pará. Elle pediu auctorisação para depositar os saldos das caixas do thesouro e das thesourarias nos bancos em conta corrente com juros e retiradas livres. Não eram saldos que o nobre senador se propunha accumular; a resolução referia-se aos saldos que elle encontrou no thesouro, e estavam verificados até o ultimo de abril. Entretanto vamos ver o que o nobre senador fez d'este saldo, se elle, com o seu espirito economico accumulou sobre esta outras sobras, augmentando aquella herança, que recebeu de seus antecessores; ou se, pelo contrario, consumio o cabedal que encontrou. Eu não quero censurar o nobre senador, mas quero defender-me e ao partido a que pertenco. Não quero dizer que o nobre senador não gastasse bem, mas como elle diz que a sua politica é reduzir despesas, e que os conservadores não fazem senão augmental-as, eu sou obrigado a apresentar-lhe os factos da nossa historia financeira.

« Liquidado e exercicio de 1856 a 1857, passou elle para o de 1857 a 1858, que foi o da gestão do nobre senador, o saldo de cerca de 12,000 contos. O exercicio de 1857 a 1858, todo do nobre senador, encerrou-se com um *deficit* de cerca de 700 contos, que foi supprido por aquelle saldo. O exercicio de 1858 a 1859, do qual seis mezes pertenceram ao gabinete do nobre senador, deixou o *deficit* de 4,810 contos, que tambem foi supprido por aquelle saldo. Ora, eis aqui como o nobre senador foi economico relativamente aos seus antecessores. Mas devo apresentar outros algarismos que são instructivos. A despeza do exercicio de 1855 a 1856 foi de 40,242 contos, a de 1856 a 1857 de 40,373. Começa agora o exercicio do nobre senador: em 1857 a 1858 subio a 51,755 contos, e em 1858 a 1859, de que seis mezes, como já disse, pertenceram tambem á gestão do nobre senador, montou a mais de 52,718. Como é, pois, que o nobre senador vem nos dizer que, quando elle governa, as despesas publicas diminuem; que seus adversarios, os conservadores, gastam o saldo que deixam os seus antecessores e elevam em progressão sempre ascendente a despeza publica?! Eu não quero dizer que..... o nobre senador não fosse economico, que gastasse mal. Mas, pela logica do nobre senador, eu teria todo o direito de interpretar assim os factos. Póde-se gastar mais e gastar bem; podem occorrer despesas independentes das previsões do governo, póde despender-se muito mais, mas

para fins productivos, que deem em resultado o augmento da renda nos annos futuros. »

Concluida no senado a discussão da resposta á falla do throno, começou ella na camara dos deputados, onde versou unicamente sobre o periodo relativo á reforma do estado servil, proferindo o nobre presidente do conselho nas sessões de 29 e 31 de maio tres discursos.

Durante o mez de Junho esteve occupado na camara vitalicia com a discussão do credito de 20,000 contos para a prolongação das estradas de ferroexistentes. Sobre esse emprestimo pronunciou cinco discursos (sessões de 12, 13, 19, 22 e 27 de junho. O projecto passou com uma emenda sua. Nas sessões de 22 e 26 do mesmo mez proferio dous discursos sobre uma moção do Sr. barão de S. Lourenço relativa aos ultimos acontecimentos da França.

Em julho e agosto tomou parte na discussão da reforma do estado servil na camara dos deputados.

No mez de agosto teve de empenhar-se em largas discussões no senado. No dia 9, em resposta ao conselheiro Octaviano, declarou os motivos pelos quaes o gabinete não apresentára este anno a reforma eleitoral. No dia 10 o venerando visconde de Itaborahy, um dos chefes mais illustres do partido conservador, e seu ex-collega de ministerio, fundamentando um requerimento, rompeu em opposição e justificou o procedimento da minoria da camara dos deputados na questão da reforma servil. O visconde do Rio-Branco levantou-se logo depois e defendeu a maioria d'essa camara. A discussão proseguio nos dias seguintes, e na sessão de 14 teve o nobre presidente do conselho de pronunciar um novo discurso em resposta ao senador Zacarias, que, unico entre os liberaes, animava a resistencia obstinada dos dissidentes da camara. Dias depois, tratando-se da licença que o governo pedia para o barão de Cotegipe, encarregado de uma missão especial no Rio da Prata e Paraguay, vieram novamente a terreiro os acontecimentos da camara e as nossas questões externas, o que obrigou o visconde do Rio-Branco a occupar a attenção do senado por tres vezes.

Tratando-se da resolução relativa ao orçamento, pronunciou no senado tres notaveis discursos, e um outro na camara temporaria em sessão de 16 de agosto. N'este ultimo, o visconde do Rio-Branco, com a ironia que sabe manejar, passou em revista as occusações que a minoria da camara fazia ao gabinete, e mostrou que, tendo esta accusado o ministerio de cortejar a opinião contraria apresentando um vasto programma de reformas, mostrava-se já muito mais desejosa de reformas do que o

gabinete, e, dominada pela paixão, rompia com as tradições do partido conservador, e atacava desapiedadamente até mesmo leis e instituições creadas por esse partido.

Foram esses os seus discursos mais importantes durante a sessão legislativa d'este anno.

---

(30) Foi o mais notavel dos discursos pronunciados pelo visconde do Rio-Branco sobre esta questão. No Brazil foi elle transcripto por quasi todas as impressas das provincias, e na Bahia e Pernambuco publicado em avulso e distribuido pelo povo. O *Times* e outros orgãos da imprensa da Inglaterra e dos Estados-Unidos deram d'elle um extracto.

---

(31) Para que a camara possa funcionar, é necessario que estejam reunidos 62 deputados, e, como os defensores da proposta alcançavam pouco mais d'este numero, os dissidentes nunca se apresentavam, para que não houvesse casa, e só tomavam lugar no recinto quando a sessão estava aberta. Graças a essa tactica, muitas sessões foram perdidas, pois bastava para isso qualquer descuido dos membros da maioria. Se dous ou tres chegavam um minuto depois da hora, deixava de haver sessão. As difficuldades cresceram mais no mez de agosto, com a retirada de dous deputados governistas, ficando a maioria reduzida a 63 membros, e nos ultimos dias a 62.

---

(32) Nas provincias a noticia das occurrencias do dia 2 produziu a mais dolorosa impressão. Como *specimen* dos artigos que appareceram, leia-se o que publicou o *Correio da Bahia* de 11 de agosto. Eil-o :

« As occurrencias da sessão da camara dos deputados de 2 do corrente não podem deixar de entristecer os homens honestos de todos os partidos.

« Amigo sincero e desinteressado da situação, pesa-nos ter de registrar um facto que, embora nenhuma influencia exerça na marcha politica, todavia fornece vasto campo ás explorações da malevolencia e da intriga.

« Lamentamos essas violentas explosões, verdadeiros furacões, que apoz si deixam somente o rasto sinistro da devastação e do luto.

« Que ha a esperar da virulencia da linguagem senão o descredito dos homens e a desmoralisação do systema ?

« Até onde chegaremos se em vez de ser a palavra do legislador expressão grave, fiel, embora energica, de uma convicção profunda, se converter em acerado punhal, brandido contra o coração adversario ?

« Onde a garantia da dignidade nas assembléas deliberantes, senão na delicadeza e no respeito reciprocos ?

« Penalisa-nos em extremo o incidente a que alludimos. Desejavamos poder arrancar da nossa historia parlamentar essa pagina, e subtrahil-a ao juizo severo da posteridade.

« Elevado ao fastigio do poder pela confiança da corôa, sanccionada pelo voto das camaras, o visconde do Rio-Branco assumio uma grande responsabilidade, e contrahio imperiosos deveres que se esmera em satisfazer, pondo em contribuição todos os seus dotes intellectuaes, sua vasta illustração e seus numerosos amigos.

« Espinhosa é sem duvida a missão nas actuaes circumstancias, quando se trata de resolver a mais importante questão que se tem agitado no paiz depois do periodo constitucional ; mas S. Ex. não desanima ante as difficuldades, nem recua em face dos perigos, reaes ou imaginarios, que os Cassandras descortinam por entre as brumas do futuro, e prosegue com louvavel constancia e tenacidade na grandiosa obra que constituirá o seu maior padrão de gloria.

« Mas, qual o plano do governo que em seu desenvolvimento não encontra embaraços oppostos, já pela paixão partidaria, já pela reacção de interesses offendidos ?

« O visconde do Rio-Branco é bastante esclarecido e sagaz para não haver pensado em todas as repugnancias e obstaculos que teria de vencer ou combater ; mas não contava por certo ter de esgrimir no terreno dos improperios.

« Foi por isso que, apossado de subita e legima indignação ao sentir o agudo estylete de uma affronta tão imprevista, como cruel, partida de um correligionario politico, apenas discordante em uma questão social, attribuiu as duras palavras do aggressor mais á excitação da paixão, a obscurimento do espirito, do que a positiva intenção de offendel-o.

« E porque não seria licito ao nobre visconde explicar por esta fórma tão inqualificavel ataque ? Acaso a posição que occupa impõe-lhe a obrigação de ouvir silencioso, sem um protesto ao menos, os apodos que lhe forem dirigidos ?

« Não, por Deus ! Seria preciso que o illustre parlamentar e diplomata respirasse uma atmospherá impura para que lhe apagassem os brios de cavalheiro, e ouvisse impassivel e imperturbavel um affrontoso epitheto.

« Não ! Um homem de honra não consente que a sua dignidade seja barateada, e o seu nome enxovalhado e arrastado pelo chão entre surrissos de escarneo e apostrophes de desprezo !

« A honra não se abdica nos umbraes dos salões legislativos.

« O Sr. visconde poderia repellir o insulto com palavra igual, mas não ; o seu proposito não foi injuriar o deputado, mas simplesmente constatar um facto, a exacerbação do deputado que abusava da liberdade parlamentar.

« E se por este modo não arredasse de si o sangrento estigma que lhe foi atirado, como poderia continuar a merecer a consideração e estima de seus concidadãos ?

« Não bastam para recommendar o estadista ao conceito publico os revelantes serviços prestados ao paiz ; é mister tambem que o edificio levantado com dedicações e sacrificios seja coroado por uma reputação pura, honrada e venerada por amigos e adversarios.

« O nome do visconde do Rio-Branco é uma gloria nacional, que ha de passar á historia da patria, não envolto ne-se sudario talhado em momento de hallucinação por um correigionario politico, mas cercado das benções, do respeito e da admiração do povo brasileiro. »

---

(33) Accusado pelo Sr. J. de Alencar de ter dividido o partido conservador, disse n'essa sessão o viscondé do Rio-Branco :

« S. Ex. apresentou-se como o apostolo da conciliação do partido conservador, e mais de uma vez exhortou a maioria a que se não deixasse desvairar, a que estendesse braços fraternaes á minoria. Sr. presidente, nunca apostolo algum faltou mais ao seu proposito do que o nobre deputado no seu violento discurso ! (*Apoiados da maioria.*) Se a illustrada minoria quer, com effeito, dar entrada em seu espirito a idéas mais moderadas e mais justas para com os seus amigos de hontem, deve escolher outro órgão, outro advogado d'essa idéa ; o nobre deputado pelo Ceará, por mais que o queira (foi elle mesmo quem o disse quando fallou de seu temperamento opposicionista), o nobre deputado pelo Ceará será sempre um elemento de desunião, uma causa dissolvente nas luctas politicas. (*Apoiados da maioria ; não apoiados e interrupções.*)

« De que servem estas exhortações á maioria e á minoria ? De que serve este lamentar continuo sobre a divisão do partido conservador ? Acaso pretende-se imputar ao gabinete de 7 de março a divisão que hoje

observamos? (*Muito bem da maioria.*) Pois é possível que a questão do estado servil nos tenha cegado a todos? Quem não sabe que esta divisão data do ministerio transacto? (*Muitos apoiados; muito bem, e apartes.*)

« Eu estava longe do paiz, e quando voltei já no partido lavravam essas dissensões. (*Apoiados da maioria.*) O ministerio de 7 de março encontrou o partido conservador já dividido, não só na côrte, mas em quasi todas as provincias (*apoiados e apartes*); longe de operar essa divisão, longe de contribuir para esse triste estado de cousas, tendia e tende ainda o gabinete a congraçar os animos (*não apoiados da opposição*), a ligar o partido conservador, para que possa exercer a missão a que está destinado..... O honrado ministro da justiça do gabinete de 16 de julho e o honrado ministro do imperio d'esse gabinete, os dous nobres representantes pelo Ceará e pelo Rio de Janeiro, que se sentam hoje nos bancos da opposição, e que dirigiam essas pastas politicas, são os mais proprios para explicar ao partido conservador e ao paiz quaes as causas d'essa lamentavel divisão! (*Muitos apoiados; muito bem.*)

« Mas, senhores, quaesquer que sejam as causas, a que vem a união do partido conservador, quando se trata de um assumpto social da maior importancia? Para que vivem os partidos? Vivem unicamente para que seus membros se deleitem na estima e confiança reciproca? Não, Sr. presidente, os partidos se organisam e vivem para servir ao paiz e para realisar as idéas inscriptas em suas bandeiras. (*Muito bem! muito bem!*)

« O movimento da opinião publica, um grande interesse nacional obrigou-nos a trazer á tela da discussão a reforma do estado servil; e os nobres deputados dissidentes, que não querem o fraccionamento do partido, vieram tornar a união cada vez mais difficil, lançando ao governo e á maioria que o sustenta, ou seus correligionarios e amigos, accusações as mais injustas, ironias as mais amargas, proferindo até phrases nunca ouvidas n'este parlamento. A tão desejada união deve ser obtida a tal preço? E quando mesmo fossem empregados para ella outros meios, deveriamos nós sacrificar á união do partido uma questão d'esta ordem? (*Apoiados, muito bem da maioria.*) Não, senhores! acima do partido conservador, acima de todos os partidos, estão as grandes idéas de interesse social! (*Apoiados da maioria, muito bem, muito bem.*)

(*Interrupções.*)

« Aconselhou o nobre deputado, não em nome d'esses grandes interesses que justificam os partidos, mas unicamente por uma medida de conveniencia para o partido conservador, que adiassemos a camara ou a dissolvessemos, ou mesmo que renunciássemos o poder, para que subsistem nossos adversarios.

« Sr. presidente, são questões estas muito graves; não pense o nobre deputado que nos conservamos firmes n'esta posição por apêgo ao poder; os factos hão de convencê-lo do contrario, espero em Deus. Estas cadeiras em que nos sentamos, deve sabê-lo o nobre deputado pelo Ceará, só têm encantos para quem não as conhece de perto. (*Apoiados.*) Estamos aqui pelo sentimento de um dever imperioso (*apoiados da maioria, muito bem, muito bem*), e a idéa de que os nossos adversarios podem subir ao poder não nos assusta de modo algum. Se para satisfazer as grandes necessidades do momento o partido conservador é impotente, e os nossos adversarios são os mais proprios, que subam, em boa hora subam elles. (*Muitos apoiados; muito bem da maioria.*)»

---

(34) Das manifestações que tiveram lugar as duas mais sollemnes e significativas foram a da classe militar e a do povo maçónico. A opposição parlamentar tinha procurado irritar a classe militar contra o governo, propondo, como additivo á resolução que prorogava o orçamento, o augmento dos soldos. Fê-lo porque sabia que o governo na occasião não podia aceitar esse additivo. O procedimento da classe militar foi o mais eloquente, porque ao passar a lei da emancipação dirigio-se em grande numero á casa do nobre visconde, associando-se o povo a essa manifestação. Aos brilhantes discursos pronunciados por esses bravos e illustros defensores da constituição e das leis, respondeu o visconde do Rio-Branco recordando que nos primeiros annos de sua vida tinha tambem pertencido á classe militar, e que foi quando cingia uma espada que aprendeu a religião do dever; vio entre os chefes e mancebos que allí estavam reunidos muitos dos seus discipulos, e não esqueceu o tempo de fadiga e glorias em que conhecêra quasi todos no Paraguay.

A commissão que os membros de todas as lojas do Grande Oriente do Brazil elegeram para apresentar uma felicitação ao visconde do Rio-Branco, grão-mestre d'aquelle oriente, era presidida pelo Dr. Branchant, que pronnciou o seguinte discurso:

« Sr. Visconde.— A sabia e patriótica camara vitalicia do Brazil acaba de approvar a proposta apresentada pelo gabinete por V. Ex. presidido para a extincção do elemento servil entre nós, unico povo que conservava ainda hoje essa hedionda instituição, a qual, reduzindo o homem á triste condição de objecto, fazia ao mesmo tempo com que nos não pudessemos apresentar diante das nações mais adiantadas do globo como filhos de um



paiz civilisado, cujos corações são aliás aquecidos pela chamma benéfica das grandes idéas.

« Estadista e prudente, não quizeses que essa transformação se fizesse de chofre e completa, porque assim seriam perturbados e mesmo abalados grandes e importantes interesses sociaes e economicos.

« Muito, porém, conseguistes : porquanto, se não foi pela raiz extirpado esse cancro que corróe as entranhas da nossa sociedade, applicastes-lhe pelo menos uma medicação tão salutar que, sem abalo do seu estado geral, o irá progressivamente modificando de forma a tê-lo feito de todo desaparecer em pouco tempo.

« Como as raças dotadas de faculdades superiores, os grandes homens não são collocados acima dos outros e dos outros povos, senão porque têm maiores deveres a preencher.

« Chegado á elevada posição que occupais, devida exclusivamente á vossa intelligencia, illustração e merecimentos, não podieis deixar de pugnar pela mais sancta das causas, procurando levantar o homem escravo d'esse estado de abjecção a que fôra atirado pelo abuso da força, e no qual por tanto tempo jazêra, privado de exercer os mais sagrados attributos da razão, por meio dos quaes quiz Deus differençar-nos de todos os outros seres da creação.

« E o fizestes : arrancando-o d'essa condição degradante que motivava a nossa vergonha, podeis hoje trazê-lo diante do mundo e da civilisação, dizendo-lhes : « Essa condemnada instituição já não é lei. N'esta terra já o homem nasce homem. E vós, os que ainda arrastaes as cadéas do preconceito, tende confiança no futuro : a sabedoria e generosidade do povo brasileiro são grandes como as vossas esperanças. »

« A lucta em que vos empenhastes, Sr. visconde, foi renhida e afadigosa ; mas escudado, como vós vos achaveis, pela chlamyde invencivel do direito, a victoria não podia ser duvidosa, e eis-a ! ahi está brilhante, fecunda e risonha das mais justas e sanctas esperanças.

« Não são as paixões partidarias que n'este momento fallam em nossos corações ; não : a linguagem que ouvis é a da consciencia pronunciada por aquelles que, ha muito com o exemplo e a palavra, alistaram-se soldados nas paginas da civilisação e do Evangelho.

« Vencestes uma grande batalha !

« Com vossas mãos derramastes sobre as sagradas pias do baptismo as aguas regeneradas da liberdade !

« Fostes um tribuno do direito, e com justiça a historia ligará vosso nome a uma de suas mais gloriosas paginas.

« A posteridade, Sr. visconde, nem sempre vem depois. O grande povo, o povo maçónico que aqui védes reunido, é uma anticipação do futuro.

« E por nós, seu fraco orgão, elle vem jubiloso e confiado nos destinos da nossa terra, vos render devida homenagem. Esta homenagem é uma saudação: aceitai-a.

« Ella diz apenas :

« Sr. visconde, haveis merecido muito da patria, sois um benemerito da humanidade !

« Rio, 28 de Setembro de 1871. »

O visconde do Rio-Branco, com a modestia que o caracteriza, respondeu pouco mais ou menos nos seguintes termos :

« Meus senhores.— Profundamente commovido pela honrosa manifestação que acabo de receber, eu devo significar-vos que o facto que commemorais com tanto enthusiasmo não é, nem póde ser, obra de um só homem, ainda que este possuisse meritos que, sou o primeiro a reconhecer, me fallecem, a mim, que n'este momento solemne me vejo tão distinguido, não pelo que fiz ou mereço, mas pela realisação de uma idéa humanitaria, bafejada pelo povo brasileiro, de quem não fui mais do que um mero interprete.

« E esse enthusiasmo, senhores, é justo quando consideramos o triumpho pacifico e reflectido que nossa civilisação alcançou, sem as luctas e os perigos que reformas d'esta ordem têm produzido em outras nações.

« A idéa triumphante é tão esplendida que fez elevar aos olhos de seus compatriotas, e até de estrangeiros amigos, aquelle que tem consciencia da inferioridade do seu merecimento, comparado com o de tantos outros varões que illustram o Brazil, e que se têm distinguido nas pugnas da causa da liberdade.

« Por minha vez, eu, pois, dirijo sinceras congratulações a todos os cidadãos presentes, nacionaes e estrangeiros. que considero meus irmãos pela homogeneidade dos sentimentos, como verdadeiros maçons, enfim. Estas congratulações vos são devidas, porque todos vós tendes concorrido efficazmente, como orgão e agentes da opinião publica, para a realisação do grande acontecimento que o Brazil inteiro saudará com sincera effusão de jubilo. »

(35) *O Futuro do Brazil*, artigo de V. Hugo, publicado ultimamente em Bruxellas.

---

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

# Notes on the study of statistics

Faint, illegible text in the upper middle section of the page.

Faint, illegible text in the middle section of the page.

Faint, illegible text in the lower middle section of the page.

Faint, illegible text in the lower section of the page.

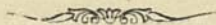
Faint, illegible text in the lower section of the page.

Faint, illegible text in the lower section of the page.

Faint, illegible text in the lower section of the page.

Faint, illegible text at the bottom of the page, possibly a footer or page number.

## Nota ao fac simile do autographo.



MEU CARO LUIZ

Sempre que leio um autographo, por simples que seja, de algum homem notavel, sinto ardente desejo de saber em que circumstancias, quando, porque, para quem e para onde foi escripto? O mesmo succede a toda a gente. Não quererás tu satisfazer esta justa curiosidade a respeito do FAC SIMILE que tem de acompanhar a biographia do illustre visconde do Rio-Branco, e que tive occasião de ver ao sahir do prelo?

Teu

E. C.

---

MEU CARO CYBRÃO

A tua carta de hontem é mais uma prova da muita affeição que te mereço. Está certo que não fazes senão retribuir-me.

E' justa a tua curiosidade a respeito do FAC SIMILE. Ella veio discretamente lembrar-me que o mundo é máo, e que não deixará de attribuir á vaidade minha o publicar uma carta recebida de um grande da terra.

Creiam-me ou não, quando tive a lembrança de juntar esse FAC SIMILE ao meu insignificante trabalho, fil-o innocentemente, quero dizer, sem pretensões.

E' verdade, porém, que para imitar ao Mirecourt ou ao Hippolyte Castille, não havia mister de uma carta a mim dirigida; bastava qualquer autographo do personagem biographado. Ficava assim realiado o fim que n'esse caso se tem em vista, que é o de fazer conhecida a escripta dos homens celebres. N'este momento recordo-me de ter visto uma edição das obras de Gøthe que traz o FAC SIMILE de um bilhete dirigido pelo grande poeta á sua lavadeira, recommendando-lhe não sei que arranjos na roupa que lhe mandava.

E' o que eu devia ter feito, imitar o editor allemão, se me tivesse occorrido que entre nós a admiração e o respeito não passam de sentimentos de ante-camara, e que nos louvores tributados ao poder costuma-se a ver sempre uma genuflexão da dependencia ou qualquer outro epigramma feito á inviolabilidade que o homem sonha na sua passagem pela terra.

Tudo isso é verdade, mas é tambem verdade, que nem todas as ambições dobram o joelho, despidas dos arrojões que glorificam a dignidade humana, contentando-se com algumas distincções pueris e vaidosas; algumas ha felizmente que combatem e buscam triumphar, em nome das idéas progressivas, e dos homens corajosos que as adoptam, para esplendor e prosperidade da patria.

A formula —PRIMUS IN ORBE DEOS FECIT TIMOR, servirá quando muito para explicar a origem dos deuses no velho mundo grego, mas não póde ser a que regula as acções do homem n'este seculo illuminado pela liberdade do pensamento.

Quem poderá hoje negar, que foi menos á gloria da igreja romana, do que á satisfação do amor da arte, que o pincel de Miguel Angelo ergueu na Capella Sextina aquellas gigantescas figuras, que parecem tudo o que quizerem, excepto uma aspiração dirigida ao ceu?

Valha-nos Deus! No fim de contas, sommados os gozos que o amor, a ambição, a gloria e todos os outros grandes sentimentos ou grandes palavrões nos offerecem para o que se chama a vida intellectual, não ha nada como o embrutecimento do espirito, que do remanso da vida material nos leva . . . . Mas onde diabo me leva a penna?

Vou responder á tua pergunta.

Essa carta foi escripta pelo visconde do Rio-Branco em 1870, quando tive a honra de ser seu secretario na missão especial que lhe estava confiada.

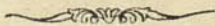
S. Ex., deixando-me na Assumpção, partira para o interior da republica, afim de visitar o theatro das nossas ultimas operações de guerra no Paraguay. Ia tambem, movido de um sentimento piedoso, visitar a sepultura do general Menna Barreto, que succumbio gloriosamente na batalha de Peribebui: pagava assim o ultimo tributo da amisade que votára a esse bravo entre os bravos, e ajoelhava, em nome da patria reconhecida, n'esses campos da desolação, n'esse vasto cemiterio, que o viajante passa com os olhos afogados em pranto, e onde não ha pedra que não esteja tincta de sangue, nem ha echo de floresta que não repercutisse o adeus supremo de algum soldado brasileiro.

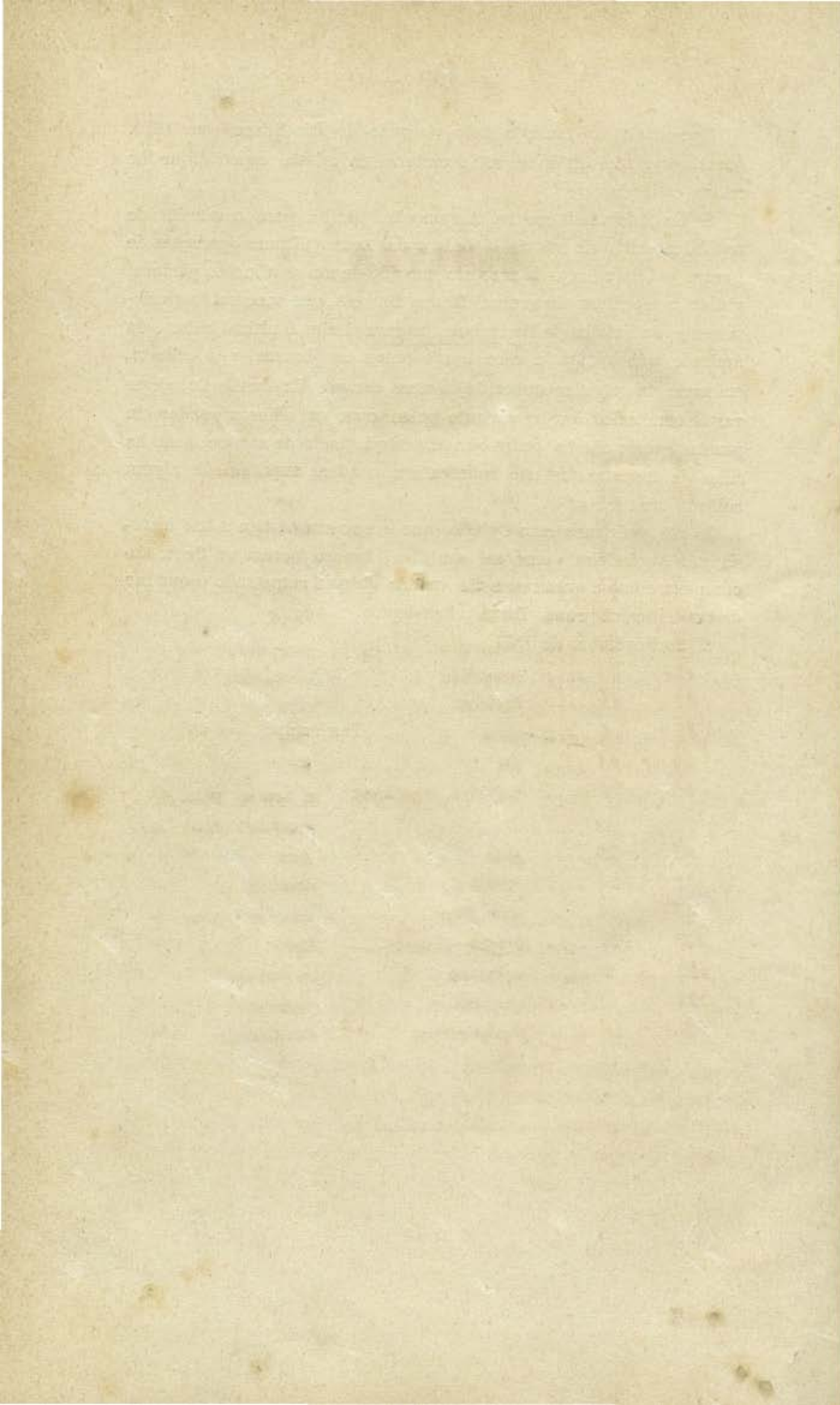
Já vês, pois, meu caro Cybrão, que o *FAC SIMILE* tem a sua historia, tão verdadeira como sei contál-a; ignoro, porém, se ficou tão completa como a quizeras, e tão vestida de gala como tudo o que sae de tua feiticeira penna. Dir-m'o-has depois.

27 de Novembro de 1871.

Teu sempre

L. DE A. P.





## ERRATAS

---

| Pag. | Lin.    | Onde se lê                  | Leia-se  |
|------|---------|-----------------------------|--|
| I    | 6 ....  | <i>A ti pois,</i>           | <i>A ti, pois,</i>                                   |
| VI   | 15 .... | <i>qua</i>                  | <i>que</i>   |
| 6    | 7 ....  | <i>pesadello</i>            | <i>pesadelo</i>                                      |
| 6    | 14 .... | <i>fruto</i>                | <i>fructo</i>  |
| 6    | 23 .... | <i>esmolla</i>              | <i>esmola</i>  |
| 7    | 2 ....  | 1845                        | 1846   |
| 12   | 20 .... | <i>conprida</i>             | <i>cumprida</i>                                      |
| 12   | 30 .... | <i>comprida</i>             | <i>cumprida</i>                                      |
| 15   | 11 .... | <i>vigoroso</i>             | <i>rigoroso</i>                                      |
| 21   | 6 ....  | <i>mais</i>                 | <i>mas</i>   |
| 34   | 11 .... | <i>foi</i>                  | <i>fz</i>  |
| 50   | 5 ....  | <i>a inveja, semelhante</i> | <i>a inveja, como disse<br/>em poeta, semelhante</i> |
| 62   | 26 .... | <i>pois</i>                 | <i>fixos</i>   |
| 73   | 29 .... | <i>rasultou</i>             | <i>resultou</i>                                      |
| 83   | 24 .... | <i>isso fôra</i>            | <i>isso não fôra</i>                                 |
| 103  | 24 .... | <i>templo</i>               | <i>livro</i>   |
| 119  | 9 ....  | <i>escrutino</i>            | <i>escrutinio</i>                                    |
| 122  | 3 ....  | <i>impensa</i>              | <i>imprensa</i>                                      |
| 127  | 18 .... | <i>fraquearam</i>           | <i>fraquearam</i>                                    |

---



David  
03.01  
C-37

60

C/448

